
NAÇÃO E DEFESA



ANO VIII — N.º 25 — JANEIRO - MARÇO DE 1983
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL—PORTUGAL

DIRECTOR

General ALTINO AMADEU PINTO MAGALHÃES
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção

Professor Rocha Trindade, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho,
Coronel Silva Carvalho (Presidente), Capitão-de-mar-e-guerra Ferreira da
Costa, Professor Marques Guedes, Tenente-coronel Oliveiros Martins
(secretário).

Propriedade, Redacção e Administração:

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

Reedição limitada de 1994

ISSN 0870-757 X

Depósito legal n.º 54801/92

EDITORIAL	5
ABERTURA DAS ACTIVIDADES ANUAIS DO IDN	9
<i>Altino de Magalhães</i>	
O CIDADÃO, O ESTADO E A DEFESA NACIONAL	21
<i>A. Rocha Trindade</i>	
OS FACTORES MORAIS E OS ASPECTOS MORAIS DA DEFESA	31
<i>Joaquim Luís Cupertino</i>	
CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA DIPLO- MÁTICA PORTUGUESA	51
<i>Jorge Borges de Macedo</i>	
A CONDUÇÃO DE CRISES E O PODER MARÍTIMO	77
<i>António Emilio Sacchetti</i>	
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE CONCEITOS DE DEFESA	91
<i>Leonel Cardoso</i>	
A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ESTRATÉGICA MUNDIAL E A VALIDADE DAS TEORIAS GEOESTRATÉGICAS	107
<i>Virgílio de Carvalho</i>	
A DEFESA NO MUNDO	129

EDITORIAL

EDITORIAL

1. Foi publicada, em 11 de Dezembro de 1982, a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas. Da exclusiva competência da Assembleia da República, esta Lei estabelece normas, define deveres e atribui responsabilidades, ao Estado e aos cidadãos, sobre matéria de tão alta importância como é a de «garantir, no respeito das instituições democráticas, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra agressão ou ameaça externas».

É agora necessário aprovar e publicar os diplomas legais que complementem esta Lei, conforme nela mesmo se dispõe. Entre esses diplomas assumem especial importância e urgência aqueles que se destinem à «coordenação entre os serviços de informação militares e os demais serviços de informações existentes ou a criar» nas diferentes áreas da defesa nacional.

2. De facto, de acordo com esta Lei, a política de defesa nacional tem carácter permanente, natureza global e âmbito interministerial. Isto é: — exerce-se a todo o tempo e em qualquer lugar, abrange uma componente militar e componentes não militares, e todos os órgãos e departamentos do Estado são responsáveis pela promoção das condições indispensáveis à sua execução.

Para esse efeito, no contexto da política de defesa nacional assim configurada, e ainda de acordo com a Lei, o Governo elabora e aprova o conceito estratégico de defesa nacional, devendo as suas grandes opções ser objecto de debate da Assembleia da República, antes da respectiva adopção e aprovação.

3. Ora, fazer estratégia é procurar e encontrar as melhores formas de alcançar os objectivos propostos, utilizando os meios disponíveis e tendo em conta as oposições existentes. É assim na

estratégia operacional, como é também, antes dela ou a par dela, na estratégia genética ou estrutural, esta orientada para encontrar as melhores formas de obter os meios necessários para se alcançarem os objectivos a atingir, tendo em conta as oposições a vencer.

É desta última estratégia que, em tempo de paz, fundamentalmente se deve tratar, ao estabelecer-se o conceito estratégico de defesa nacional.

4. Os objectivos nacionais a defender; as ameaças ou agressões exeternas a enfrentar, de toda a ordem, militares e não militares, nas suas componentes de acção directa e indirecta; os meios de defesa a estruturar ou a utilizar, na componente militar e nas componentes não militares, previstas na Lei, são, em resumo, as variáveis a considerar no processo de elaboração do conceito estratégico de defesa nacional. Trata-se de um conjunto complexo de elementos dinâmicos que exigem um conhecimento profundo, permanentemente actualizado, para que possa permitir a elaboração desse conceito e mantê-lo, sempre, devidamente ajustado ao evoluir das situações.

5. Do que se refere, ressalta clara a necessidade de um serviço nacional de informações estratégicas, devidamente estruturado e responsável, que naturalmente inclua, mas que exceda, o âmbito da informação militar. Mais do que necessidade, trata-se de uma verdadeira indispensabilidade, pois sem informações estratégicas adequadas e oportunas não tem sentido, nem crédito, qualquer conceito de estratégia de defesa nacional.

É nestes termos que se entende ser da maior urgência legislar e implementar a organização desse serviço, cuja previsão se faz, de resto, na actual Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas.

IDN, 10 de Março de 1983

**ABERTURA DAS ACTIVIDADES ANUAIS
DO IDN**

Altino de Magalhães

ABERTURA DAS ACTIVIDADES ANUAIS DO IDN (*)

Senhor Presidente da Assembleia da República;
Senhor Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional, em representação de Sua Excelência o Primeiro-Ministro;
Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça;
Exmo. e Reverendíssimo Bispo Auxiliar D. Serafim Ferreira da Silva, em representação de Sua Eminência o Cardeal-Patriarca de Lisboa;
Senhor General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, interino;
Senhor Ministro das Finanças e do Plano;
Senhores Ministros;
Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada;
Senhor General Chefe do Estado-Maior do Exército;
Senhores Embaixadores do Canadá e da Espanha;
Senhores Deputados;
Senhores Oficiais Gerais;
Senhores Adidos Militares;
Senhores Associados da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional;
Senhores Auditores do Curso de Defesa Nacional/83;
Minhas Senhoras, Meus Senhores:

Agradeço a V. Exas., muito sinceramente, a honra da Vossa presença.

A alta consideração que assim demonstram, constitui um forte estímulo para prosseguirmos nos nossos trabalhos. E acarreta-nos acrescidas responsabilidades pelo crédito de confiança que nos testemunham.

(*) Discurso proferido em 29 de Novembro de 1982 pelo Director do IDN, general Altino de Magalhães, na sessão solene de abertura das actividades do IDN em 1982/83.

Uma palavra de especial saudação é devida aos Exmos. Auditores do CDN/83. Renovo a todos os meus melhores votos de feliz sucesso no esforço que se propõem despender neste Curso, ao serviço do nosso País.

- 1 — Com este acto iniciam-se solenemente os trabalhos do IDN de 1982/83.

Vai promover a abertura dos trabalhos o ilustre Assessor deste Instituto, Exmo. Professor Doutor Armando Teófilo da Rocha Trindade, proferindo uma alocução subordinada ao tema «O Cidadão, o Estado e a Defesa».

- 2 — Antes, porém, de passar a palavra ao Senhor Professor Rocha Trindade, permitam-me V. Exas. que apresente um breve apontamento das actividades que vêm sendo desenvolvidas, no cumprimento da missão e das disposições legais que enquadram o funcionamento do IDN.

- 3 — Pode considerar-se que o IDN tem agora, praticamente, quatro anos de actividades. Além de um número apreciável de seminários, de conferências e de estudos sobre temas de grande interesse para importantes sectores da vida nacional, o IDN realizou, nestes quatro anos, quatro Cursos de Defesa Nacional e cinco Estágios Interforças. Estas actividades assumiram já, no seu conjunto, significativa estabilização. Têm-se revelado eficientes para o cumprimento da missão do IDN e caracterizaram já duas áreas de actuação, bem identificadas, ainda que com pontos de ligação entre si:

— Uma, a da preparação ou valorização de quadros civis, dos sectores público e privado, e de quadros militares, dos três Ramos das Forças Armadas, em matéria de defesa nacional, e ainda de realização de estudos e de sensibilização de segmentos importantes da população para esta matéria;

— Outra, a da preparação ou valorização conjunta de quadros militares, dos 3 Ramos das FA, para o estudo de problemas comuns ou de operações conjuntas e combinadas das forças de terra, mar e ar, em complemento da preparação feita, separadamente, nas escolas dos respectivos Ramos.

4 — É neste panorama que o plano de actividades do IDN para 1983 se articula em tarefas que contemplam uma e outra das áreas referidas, compreendendo:

- 1 Curso de Defesa Nacional;
- 3 seminários;
- 6 a 8 conferências, sobre problemas internacionais;
- 4 a 6 conferências, sobre temas nacionais;
- Visitas a regiões do País e do estrangeiro,

destinadas ao tratamento das matérias de defesa nacional. E ainda:

- 1 Estágio Interforças;
- 1 Estágio de Estados-Maiores Conjuntos;
- 1 ou 2 Estágios de Introdução aos Jogos de Estratégia,

destinados ao tratamento das matérias específicas das FA.

De interesse comum para as duas áreas referidas, prosseguir-se-á a edição trimestral da revista «Nação e Defesa», e continuarão também, em permanência, os trabalhos de revisão e actualização do estudo «O País que Somos».

5 — Procurando concretizar um pouco as tarefas acabadas de referir, acrescentarei o seguinte:

- a) *O CDN/83* que hoje se inicia, terá a frequência de 24 Auditores, 15 civis e 9 militares; vai ter a duração de seis meses e constituirá a tarefa nuclear do Instituto;
- b) *Os Seminários* versarão temas a concretizar oportunamente, num critério de contribuir para o estudo e solução de problemas importantes da vida nacional. Em 1982 apenas foi possível realizar um Seminário que se subordinou ao tema «Educação e Defesa Nacional». Teve a participação de cerca de 50 personalidades ligadas ao sector do ensino e da educação;
- c) *As conferências sobre problemas internacionais* serão proferidas por personalidades de reconhecido prestígio internacional. Estão

já programadas quatro conferências, integradas no CDN/83, subordinadas aos seguintes temas:

- «As tendências actuais das relações internacionais»;
- «As tensões no Bloco Leste»;
- «As tensões nas relações Euro-Atlânticas»;
- «Os grandes problemas militares da OTAN».

Estas conferências vão ser proferidas, respectivamente, pelos:

- Professor Pierre Hassener;
- Professora Anne Kriegel;
- Professor Helmut Sonnenfeldt;
- Almirante Harry Train.

d) *As conferências sobre temas nacionais* serão objecto de oportuna concretização dos temas e dos locais de realização. Em 1982 foram realizadas seis conferências subordinadas aos seguintes temas:

- «A Defesa Nacional», proferida na Câmara Municipal de Tomar, pelo então Coronel, Abel Cabral Couto;
- «O significado da posição estratégica Portuguesa», proferida na Universidade dos Açores pelo Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho;
- A mesma conferência foi proferida pelo mesmo conferencista na Universidade Católica Portuguesa, Secção de Viseu;
- «A Indústria e a Defesa Nacional», proferida na Associação Comercial do Porto pelo Engenheiro Joaquim Ferreira do Amaral;
- A mesma conferência foi proferida, pelo mesmo conferencista, na Sociedade Martins Sarmento de Guimarães;
- «A Zona Económica Exclusiva foi tratada em forma de painel na Universidade de Aveiro, comportando a análise dos recursos vivos da ZEE, pelo Comandante José Emílio Cabido de Ataíde; a vigilância e o controlo da Zona, pelo Capitão-de-mar-e-guerra José F. Ferreira da Costa, e, finalmente, a situação da ZEE no quadro do direito do mar, pelo Prof. Doutor Armando Marques Guedes.

Todas as conferências tiveram boa assistência e em todas foi bastante vivo o debate que se seguiu às exposições apresentadas.

- e) *As visitas*, integradas no CDN/83, serão realizadas às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, à Região Norte do Continente e a um país a definir;
- f) *O EIF/83* será frequentado por 25 oficiais, 10 da Marinha, 15 do Exército;
- g) *O EEMC/83* será frequentado por 24 oficiais superiores, a meio das carreiras dos três Ramos das FA; será destinado à preparação desses oficiais para trabalhos em elevados escalões de comando ou estados-maiores conjuntos e combinados;
- h) *De estágios de introdução aos jogos de estratégia*, realizou-se um primeiro estágio em Out/Nov82; vai ser estudado, a partir dos resultados positivos que foram alcançados, qual o desenvolvimento que deve ser dado a esta matéria.

6 — A todos estes trabalhos se entrega, devotadamente, o reduzido pessoal militar e civil dos quadros do IDN.

Mas não seria possível cumprir as tarefas que nos propomos realizar, sem o apoio de altas personalidades da inteligência nacional que generosamente colaboram nos trabalhos do IDN. Estão connosco, nesta sala, algumas dessas altas personalidades. Permitam-me V. Exas. que, nesta oportunidade, lhes preste a minha melhor homenagem pelo seu superior espírito de colaboração e o meu agradecimento de Director do IDN, pelo prestígio e altos serviços que prestam ao Instituto.

7 — Como é sabido, na ausência da definição de um conceito de defesa a nível nacional o IDN formulou e adoptou, desde 1979, para base dos seus trabalhos, um conceito de acção pluri-disciplinar. Pode ser definido como o conjunto de medidas de carácter político, económico, sócio-cultural e militar que permitam enfrentar todas as ameaças que, directa ou indirectamente, possam pôr em causa a segurança da Nação.

A actual Constituição da República define a defesa nacional como obrigação do Estado. E fixa-lhe os objectivos de, cito o texto constitucional, «garantir, no respeito das instituições democráticas,

a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas» (fim de citação).

8 — Este passo do texto constitucional, que acabo de citar, é omissivo na indicação dos meios com os quais o Estado se obriga a garantir os objectivos de defesa estabelecidos.

Esses meios são definidos noutras disposições da Constituição, que passo também a recordar e a citar:

«Artigo 9.º: São tarefas fundamentais do Estado:

a) Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam;»

«Artigo 275.º: Às Forças Armadas incumbe a defesa militar da República.»

«Artigo 276.º A defesa da Pátria é dever fundamental de todos os portugueses.»

(Fim de citação).

Verifica-se, destas disposições, que a defesa nacional, tal como é conceituada na actual Constituição, se apoia num conjunto de medidas de carácter político, económico, social, cultural e militar. Trata-se, portanto, de um conceito paralelo ao que já vinha sendo considerado para base dos trabalhos do IDN. Também os objectivos estabelecidos para a defesa nacional não diferem nos dois conceitos; nem as ameaças a enfrentar são diferentes, uma vez que as ameaças ou agressões externas, consideradas na Constituição, não podem deixar de ser entendidas em âmbito global e nas componentes de acção directa e de acção indirecta que lhes são inerentes.

Isto para concluir que, praticamente, não teremos alterações a fazer na orientação e na execução dos trabalhos deste Instituto, face ao conceito de defesa nacional agora expresso na Constituição, no qual esses trabalhos passam, naturalmente, a basear-se. Se há diferenças na forma de apresentação, os dois conceitos coincidem, de facto, na matéria de fundo.

9 — Mas, conforme repetidamente temos afirmado neste Instituto, para além de conceitos ajustados, o que é fundamental em matéria de defesa nacional é a vontade de a exercer. É, portanto, em última análise, o homem, como senhor da vontade, o elemento decisivo da defesa da Nação. A nossa actual Constituição assim o parece entender, ao consagrar que a defesa da Pátria é dever fundamental de todos os portugueses. Sublinho de todos os portugueses, isto é, em termos da Constituição, de todos, sem qualquer excepção decorrente de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.

10 — É, então, a cada um de nós, como cidadão português, que incumbe a obrigação de se educar a si próprio e de promover ou contribuir, dentro das suas responsabilidades sociais e institucionais, para a educação de todos os portugueses, face ao dever da defesa nacional. Isto é, incumbe-nos a obrigação de formar a inteligência, a vontade e o espírito de todos nós para bem cumprirmos, a todo o momento, o dever cívico fundamental de defender a Pátria. A Pátria que, para nós, é Portugal.

Devemos formar e usar a inteligência para nos consciencializarmos, honestamente, dos graves problemas políticos, económicos, culturais, sociais e militares que atravessamos; para encontrarmos os verdadeiros objectivos nacionais que, em todos estes sectores, materializem e assegurem as condições necessárias à defesa da Nação; objectivos que representem e traduzam não apenas o querer de alguns, mas que expressem e concretizem, de facto, o sentir e as aspirações profundas de todos nós; e devemos ainda formar e usar a inteligência para definirmos as acções necessárias à obtenção e consolidação dos meios que nos permitam alcançar esses objectivos, nos diversos sectores.

Devemos criar uma vontade forte de sermos e de continuarmos a ser portugueses; uma vontade forte para nos colocarmos ao serviço da defesa da Nação; para vencermos dificuldades e levarmos por diante as tarefas árduas que temos de realizar nos sectores da política, da economia, da cultura, dos assuntos sociais e das Forças Armadas, para podermos concretizar as condições que nos permitam enfrentar ameaças ou agressões externas, nas

suas componentes directas e indirectas, contra a independência nacional, a integridade do território, e a liberdade e a segurança dos Portugueses.

Devemos, sobretudo, formar o nosso espírito no sentido da solidariedade, da confiança, da união, da paz que deve existir, *que tem de existir*, entre todos nós, portugueses. Só com este espírito poderemos solucionar, em conjunto, os problemas que nos afligem, que são nossos, e que ninguém virá resolver por nós.

- 11 — A experiência dos últimos anos mostra-nos, com evidência, que não é pelo caminho da desconfiança uns dos outros, tantas vezes projectada em actos públicos nacionais; que não é pelo caminho dos conflitos institucionais sistemáticos; que não é pelo caminho da violência, da agressão, da agressividade, das lutas em que são lançados constantemente portugueses contra portugueses; que não é pela disputa, sem mérito, de coisas sem grandeza, que é possível basearmos a defesa da Pátria e construirmos o bem-estar, a segurança, a felicidade seja de quem for.

Parece evidente que, em vez de abrirmos trincheiras de combate, temos de lançar entre nós pontes de ligação, de solidariedade, de respeito mútuo.

Decidimos viver em democracia, mas não basta dizermo-nos democratas para o sermos. Temos de demonstrar, em todos os nossos actos, um procedimento democrático; temos, sobretudo, de respeitar, profundamente, os cidadãos e as instituições democráticas no uso dos seus legítimos direitos.

- 12 — Julgo, entretanto, que podemos e que devemos ter esperanças de melhores dias.

Em cerimónia anterior a esta, terminei as palavras que tive oportunidade de dizer com uma nota de confiança.

Permitam-me V. Exas, que as repita. Disse então:

«Somos hoje um povo traumatizado à procura de um novo rumo. Mas temos, com certeza, a força bastante e o patriotismo necessário para continuarmos Portugal na dignidade com que nos foi legado pelos nossos Maiores.

Não temos que dar ouvidos a derrotismos nem a calúnias. Somos uma Nação com honra. Não decidimos ser, não havemos de ser, nunca, uma Nação de mediocres e de fracos.»

- 13 — Agradeço a atenção de V. Exas. e vou dar a palavra ao Exmo. Professor Doutor Rocha Trindade, para proferir a alocução subordinada ao tema «O Cidadão, o Estado e a Defesa».

Altino de Magalhães
General

O CIDADÃO, O ESTADO E A DEFESA NACIONAL

A. Rocha Trindade

O CIDADÃO, O ESTADO E A DEFESA NACIONAL (*)

A lição inaugural anual das actividades de um estabelecimento de ensino superior é comumente designada por «oração de sapiência» e a tradição manda que obedeça aos seguintes requisitos:

- Para fazer jus à designação, o orador convidado deve fazer prova de sabedoria formal, isto é, dar mostras de profunda erudição — o que, por vezes, é interpretado como devendo impor o uso de uma linguagem hermética, especializada e, se possível, inacessível à maioria do auditório;
- A oração deve ser longa no tempo, vasta na área de conhecimento que aborda, profunda no seu tratamento e densa nos conceitos e proposições apresentadas.

Multiplicando uma área vasta por uma profundidade considerável obtém-se, no espaço geométrico normal, um volume imenso; introduzindo a longitude de tempo como nova dimensão, é-se levado a um hiperespaço a quatro dimensões, expresso em unidades de metro cúbico-segundo; se tal for ainda multiplicado por uma densidade de matéria superior à média, teremos um volume-tempo com o peso conceptual (hiperespacial, entenda-se) de muitas toneladas-segundo.

É por conseguinte no sentido de suportar esta hiperforça que Vossas Excelências antecipadamente fortaleceram o ânimo para me ouvir. No entanto, tendo já correspondido a uma parte da expectativa pela introdução *ab initio* do espaço einsteiniano (em harmonia com a minha formação de base), sinto-me desobrigado de continuar no mesmo tom; e passarei então a usar outro tipo de linguagem, mais em harmonia com os objetivos deste Instituto e mais de acordo com a natureza do Ensino de Defesa Nacional que agora se inicia.

(*) Lição inaugural do Curso de Defesa Nacional/83.

Linguagem eclética, pois que a Defesa toca em múltiplos domínios da actividade humana; linguagem chã, pois que, se nacional, deve atingir a consciência de todos os cidadãos, qualquer que seja a sua formação ou qualificação escolar. E, ainda, porque este Instituto de Defesa Nacional soube criar já, nos poucos anos da sua actividade, uma reputação de abertura, de pluralidade e de frontalidade no tratamento dos problemas que aborda, uma linguagem de total franqueza.

Falarei, pois, como se não estivessem presentes — como estão — as mais altas figuras do Estado, dos seus órgãos, e das mais responsáveis actividades da Nação; terão talvez notado a ausência dos cuidadosamente e hierarquicamente ordenados vocativos protocolares, substituídos pelo respeitoso aceno de cumprimento com que comecei; e isto porque é apenas a vós, senhores auditores do Curso de Defesa Nacional/83, que as minhas palavras são dirigidas.

Vou falar-vos sobre Defesa Nacional e sobre o papel e a responsabilidade do cidadão (e através dele, do Estado) nessa Defesa. E a minha primeira reflexão diz respeito à origem do cometimento, que é feito aos cidadãos, dessa tarefa.

Repare-se — e perdoai-me, se considerardes a minha afirmação como iconoclástica — que é totalmente irrelevante que essa obrigação apareça mencionada, ou não, no texto da Constituição. E isto porque ela deve figurar, tem de figurar no caso de uma sociedade sã, naquilo que cada cidadão tem escrito na sua consciência. Não se trata de uma norma regulamentar, mas de um preceito ético; e de nada serve que a Constituição o preveja, se a consciência dos cidadãos não for capaz de interpretar correctamente esse preceito e as obrigações que dele decorrem.

E esta é talvez ocasião para uma reflexão lateral sobre a própria natureza de uma Constituição. Embora lei fundamental é *apenas uma lei*, sobre o articulado da qual todo o cidadão tem o direito de formar uma opinião e de concordar ou de discordar — embora tal lhe não confira, como aliás em relação a qualquer outra lei, o direito de a infringir. Isto para confinar a Constituição ao seu verdadeiro papel de conjunto de normas definidoras do que é o cidadão e do que é o Estado; e do que são os seus órgãos, quais os respectivos papéis, deveres e direitos, e quais as relações que nesse texto se determinam entre eles.

No entanto, aprovada a sua revisão por uma maioria qualificada, e devidamente promulgada, a Constituição está em vigor e deve ser cum-

prida sem restrições, até à entrada em vigor de uma nova revisão a proceder temporaneamente — já que se não trata de um documento perfeito, enfermando de erros e defeitos, uns mais graves, outros menos, e que precisarão de ser corrigidos em devido tempo.

A mesma posição de respeito, conduzindo à necessidade do seu cumprimento (mas não de renúncia à sua crítica), se põe em relação a outras leis — e talvez seja oportuno referir que, em minha opinião, a nova Lei de Defesa Nacional enferma igualmente de erros sérios, possivelmente resultando da discutível imposição de uma maioria alargada para a sua aprovação — o que, paradoxalmente, lhe terá introduzido aspectos mais inconsistentes ou menos desejáveis; e a tenha tornado, por outro lado, mais difícil de corrigir...

(E peço à distinta assistência que não interprete a minha posição como qualquer tipo de ataque à instituição parlamentar responsável pela aprovação daquela lei; apenas reafirmo a minha posição como a de um cidadão que aceita as decisões dos representantes que elegeu para o governarem, mas que não é obrigado a concordar com eles...)

Aliás, é este o próprio fundamento da democracia representativa: os cidadãos escolhem os seus representantes através do voto; aceitam a regra da maioria eleitoral que permite constituir uma maioria parlamentar e um governo; ajuizam das suas respectivas acções e manterão ou retirarão no futuro o seu voto quando considerarem que os seus governantes acertaram ou que erraram; e não é mais complicado do que isso.

Porquê então aparecem, na política, as coisas como muito mais complexas? Porquê a sensação de instabilidade que constantemente nos faz sentir em desequilíbrio periclitante; porquê a impressão difusa de que muito está errado, de que tudo está indefinido, ou mal projectado, ou não vai resultar, ou não serve de nada?

Porque não sentem muitos Portugueses que estão a contribuir validamente para a construção da sua terra, de Portugal?

A resposta que proponho a estas perguntas é de que não estamos a assumir, porque não sabemos ou não estamos habituados a fazê-lo, o papel de cidadãos naquilo que é indispensável para a sobrevivência de uma sociedade organizada.

A cidadania não é qualquer coisa de intuitivo ou de congenitamente disponível na entidade humana: consta de todo um edifício conceptual que é fruto da experiência de convívio participativo entre os membros de

uma sociedade complexa, como o são as da civilização do nosso século. É feita de normas, de problemas, de soluções, de papéis sociais e de relações organizadas entre eles, sendo este todo conducente não só à sobrevivência, como ao desenvolvimento progresso económico, social e cultural, dessa sociedade. Tudo isso se ensina e se aprende.

Se o ente humano se não reconhece como parte de uma sociedade e não impõe a si próprio a necessidade de defendê-la da desagregação, do conflito ou de estagnação, essa sociedade está doente e os seus componentes são apenas um amontoado de entes singulares, defendendo cada um os seus interesses pessoais próprios.

Sendo (ou devendo ser) o Estado a emanação organizada da cidadania, existirá um divórcio e quiçá um conflito entre a entidade colectiva e os entes individuais, sempre que aquele requisito se não verifique. Tal acontece nos regimes totalitários, onde a força e a repressão são os únicos factores de estabilidade; a condição primeira da democracia é a compreensão exacta e o assumir completo da qualidade de cidadão.

Temos de ensiná-lo às novas gerações, no seio da família, através da educação personalizada que é responsabilidade da mãe e do pai. Temos que fazê-lo no interior da escola; pois tão importante é ensinar matérias que nos ajudam a apreender a essência das coisas naturais, as criações materiais do homem e o pensamento organizado e funcional, como o é ajudar as crianças a compreender a nossa sociedade, preparando-as para nela virem a desempenhar plenamente o seu papel. Como ainda devemos fazê-lo no dia-a-dia, formalmente e informalmente, através das associações e dos partidos, dos meios de comunicação social e das ocasiões de convívio colectivo.

A maior dificuldade desta formação, ou melhor, desta *educação*, é a de pressupor e mobilizar conceitos de natureza imaterial, com conteúdos de carácter essencialmente valorativo e ético. Numa sociedade que tende a despir-se de preocupações desse tipo, mais preocupada com graves problemas de natureza material, é incómodo propugnar a retomada de um discurso eminentemente moral; e difícil enquadrar os seus preceitos em códigos de valores com aceitação generalizada.

A chamada classe política tem aqui particulares responsabilidades: a longa experiência de um regime autocrático criou-lhe mais os hábitos de oposição ao poder do Estado do que da construção desse poder; mais da

desconfiança do que da colaboração; e da tendência para a rejeição liminar de todo o discurso anterior, mesmo naquilo que pudesse conter de desejável. Assim, deixou-se de exaltar o amor à Pátria e às coisas de Portugal e que o simbolizam; deixou-se de ensinar nas escolas a organização do Estado e da Nação; abandonou-se qualquer tentativa de transmitir conceitos éticos e de procurar instituir uma formação cívica dos jovens.

Não estranhemos pois que se diga comumente «este País» em vez de dizer Portugal; e que para muitos jovens a nossa bandeira pouco mais valha do que o pano de que é feita.

- Não estranhemos que o valor ético do trabalho tenha sido substituído pelo valor em escudos do salário; que se tenha perdido a vergonha de produzir pouco e mal, de faltar sempre que possível, ou de ser gratificado por aquilo que se tem obrigação de fazer.
- Não estranhemos que os portugueses estejam divididos; que os Partidos se guerreiem entre si ou dentro de si; que os órgãos do Estado se digladiem, esquecendo o exemplo que lhes cabe dar aos cidadãos.

Não são estes problemas de fácil ou de rápida solução: nem são alguns só os culpados de este estado geral de anomia social que verificamos existir; todos somos nesse processo intervenientes, agentes e responsáveis. Mas é ilusório tentar resolver apenas os problemas de momento, procurando atacar os seus sintomas da maneira mais conjuntural e menos adequada a uma verdadeira reconstituição do tecido social português. Gostaria de elaborar um pouco neste ponto, que se pode resumir na afirmação seguinte: a maioridade da cidadania permite ao Estado, e obriga o Estado, a assumir uma política de verdade e de clareza.

Nenhum governo será capaz, por mais brilhantes e competentes que sejam os seus membros, de resolver no curto prazo os problemas sociais, económicos, políticos e culturais de que sofre a sociedade portuguesa. Em particular e como exemplo, numa situação de crise económica interna e internacional, qualquer conjunto de medidas anti-inflacionistas apenas poderá conseguir limitar a taxa de inflação, mas nunca reduzi-la a zero. Nestas circunstâncias, o poder de compra de todo o assalariado não pode senão diminuir; o estabelecimento de qualquer programa de aumentos salariais, supostamente destinados a recuperar o poder de compra dos trabalhadores é, em si próprio, uma medida que só pode agravar a taxa de

inflação. É óbvio que as forças sindicais têm disso consciência; razão pela qual nunca aceitarão, sem luta, qualquer tecto salarial, por mais elevado que seja — donde um desencadear imediato de uma intensificação reivindicativa, frequentemente acarretando considerável queda na produção, sem que o problema tenha tido qualquer espécie de solução útil.

Em situação de crise, todo o governo responsável terá de tomar medidas impopulares, cujos eventuais resultados positivos só serão visíveis a médio ou a longo prazo; logo, constitui um mau princípio de governação que um governo condicione a sua actuação à manutenção de uma opinião pública favorável (o que introduzirá uma distorção grave nas medidas que venha a tomar); ou que a oposição tome como pretexto a existência de descontentamento público para exigir mudança de governo.

Por essa razão as legislaturas (das quais emana a constituição de um governo) têm uma duração de quatro anos, e não de quatro meses; compete à maioria parlamentar ajuizar, em cada momento e através de um acompanhamento cuidado e constante da política governamental, se lhe deve retirar a confiança antes do termo do mandato parlamentar — não cabendo esta competência à pressão de greves ou de manifestações de rua, à oposição enquanto minoritária, aos órgãos de comunicação de massas ou a resultados de eleições não legislativas.

Pensar ou defender o contrário só pode resultar de um mal entendido sobre o que são as regras do jogo político em democracia. E, como em qualquer jogo, a ignorância das regras é geradora de conflitos e de frustrações. No seio de uma nação, o que será posto em causa é a própria unidade nacional; e, sem esta, não poderá haver espírito de Defesa.

Uma outra reflexão sobre a cidadania levar-nos-á a analisar o problema das relações psicológicas entre a instituição militar e a sociedade civil.

Ao longo da nossa história, foram diversos os sentimentos da população em geral, no que respeita às Forças Armadas: respeito ou temor, esperança ou desconfiança, identificação ou rejeição. E é natural que assim seja.

Perante um inimigo exterior, as Forças Armadas representam um baluarte de primeira linha de defesa; donde, a identificação. Numa situação de conflito interno, representam o peso que poderá desequilibrar as forças em presença, fazendo pender a vantagem para um dos lados; daí, o temor.

Mas, de qualquer modo, o sentimento mais geral da sociedade civil é o de ignorância em relação à instituição militar; disso resulta a incompreensão e, frequentemente, a desconfiança.

Constituiu um passo importante para quebrar o isolamento da casta militar o serviço militar dos cidadãos; do exército profissional ou mercenário passou-se à noção do povo em armas e a prestação do serviço tornou-se simultaneamente numa obrigação e num direito da cidadania.

Mas atenção: o sacrifício material que acarreta a dedicação temporária do civil a uma tarefa de natureza militar só é psicologicamente aceitável quando por um lado ele próprio lhe reconheça utilidade e necessidade e quando, por outro, o dever e o direito sejam universais, isto é, extensíveis a todos os cidadãos válidos. É preciso, combinando os dois requisitos, que todos os cidadãos de um país tenham, em algum tempo da sua vida, adquirido a capacidade de membros da força armada, para poderem voltar a desempenhar esse papel, sempre que tal seja necessário.

O diálogo entre civis e militares, como entre quaisquer outros grupos e sociedades, é condição necessária à construção de um ideal comum; esta casa onde nos encontramos é um exemplo, modesto embora, de como esse esforço pode ter algum êxito.

Muitas das ideias aqui expostas são passíveis de polémica e não pretendem constituir verdades incontestáveis. Algumas precisarão de aprofundada reflexão e debate; muitos outros pontos relacionados com o Cidadão, o Estado e a Defesa, foram deixados completamente em claro.

O seu estudo é objecto do curso de Defesa Nacional que agora se inicia.

Defesa Nacional é um conceito amplo que envolve tudo o que diga respeito à sobrevivência de uma nação e de um país, como tal considerados; pratica-se recorrendo à existência de uma consciência nacional que constitui o integral e a envolvente das consciências cívicas dos cidadãos. A formação da cidadania, englobando aquilo que tem de universal, modelado pela identidade nacional, é pressuposto obrigatório de todo o espírito e de toda a actuação de defesa.

Saibamos despertar isto em nós, e criá-lo nos nossos filhos.

**OS FACTORES MORAIS
E OS ASPECTOS MORAIS DA DEFESA**

Joaquim Luís Cupertino

OS FACTORES MORAIS E OS ASPECTOS MORAIS DA DEFESA

I — *A IMPORTÂNCIA DOS FACTORES MORAIS NA CAPACIDADE DE DEFESA*

Existe na Natureza uma ordem. Todos os seres são governados por leis e se orientam para uma finalidade.

O homem é um pequeno mundo, um universo em miniatura. Leis o governam também e a muitas delas jamais a vontade humana se lhes poderá opor.

A par das leis da natureza a que o homem está submetido desde a sua concepção, o mesmo homem, ao nascer, integra-se na organização social, regida esta também por um ordenamento jurídico.

Começa então a aquisição de conhecimentos, de modelos, de valores, de símbolos e continua pela vida fora este processo de aprendizagem de maneiras de agir, pensar e sentir, em conformidade com a sociedade a que pertence.

Os elementos da sociedade e da cultura tornam-se parte integrante da personalidade psíquica e transformam-se em conteúdo dessa estrutura: há uma adaptação da pessoa ao seu ambiente social e tal adaptação produz-se simultaneamente ao nível biológico, psico-motor, afectivo e mental. Tudo isto, em conjugação com o papel da hereditariedade do indivíduo e da própria vontade individual, explica a conduta dos homens na sociedade.

Nenhum indivíduo ou grupo, porém, pode viver fora de qualquer regra ou lei, por mais elementar que esta seja.

O agir do homem, em seus actos conscientes e livres, está sujeito também a uma espécie de fiscalização do próprio indivíduo, e o fiscal que cada um é de si mesmo alegra-se ou entristece-se com as acções praticadas.

Perante um facto, um acontecimento ou uma omissão, o homem toma uma posição crítica, emite um juízo de valor, cataloga as acções como *boas* ou *más*, numa palavra, faz juízos de moralidade, porque tem uma consciência moral — essa espécie de voz interior que ressoa no mais íntimo

do homem — que confere ao ser e ao agir humano uma orientação ética. A consciência abre a sua atenção para os valores fundamentais, imperiosos, à luz dos quais o homem *deve* construir a sua vida e personalidade.

Como a consciência é apanágio de todos os homens, são eles todos reunidos que devem resolver a problemática moral da sua vida individual e colectiva.

Todavia, valores tão essenciais não se impõem pelas vias da coacção. Emergem da liberdade e é graças a esta, como opção fundamental pessoal, que o homem se submete às normas de moralidade como imperativo da sua realização integral.

O homem, embora nem sempre conforme com elas o seu procedimento, reconhece, todavia, a existência de leis morais, com as quais a consciência confronta e afere a todo o instante as acções humanas e reconhece também que a sociedade necessita de agir eticamente, sem o que a mesma cairá inevitavelmente na decadência e na degradação, uma vez que as relações humanas e as relações públicas exigem harmonia e paz baseadas na justiça e no bem.

Entre a sociedade e o homem há uma permanente interacção: o indivíduo influencia o grupo, e este influencia o homem.

Quando o indivíduo, por egoísmo ou amoralidade, apenas vê o seu interesse pessoal, apenas se sacrifica por si e despreza os interesses da sociedade a que está ligado, cai numa flagrante contradição: não quer sacrificar-se pela comunidade a que pertence e não quer nobilitá-la nem defendê-la, mas, em compensação, quer dela colher benefícios e vantagens que de outra forma não receberia. O homem é certo que não deve deixar escravizar-se pela sociedade, mas tem de compreender que lhe compete valorizar e honrar a comunidade a que pertence, pois o sucesso e progresso desta é também um êxito pessoal seu.

Os indivíduos, as famílias e os diferentes grupos sociais necessitam de uma comunidade política ampla, no seio da qual unam as suas forças para promoverem mais eficazmente o bem comum, e isto requer a existência duma autoridade que faça convergir para tal as energias de todos os cidadãos. Mas o exercício desta autoridade política deve actuar sempre dentro dos limites da ordem moral respeitando e valorizando a pessoa humana. Com efeito, o homem, por sua natureza, é um ser social, por isso é e deve ser sempre o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais.

«A ordem social e o progresso devem, pois, reverter sempre em bem das pessoas, já que a ordem das coisas deve estar subordinada à ordem das pessoas e não ao contrário.» (G. S. 26.)

Todavia a profundidade e rapidez das transformações reclamam com maior urgência que ninguém se contente, por não atender à evolução das coisas, ou por inércia, com uma ética puramente individualística. O dever de justiça cumpre-se cada vez mais com a contribuição de cada um em favor do bem geral e assim o homem realiza-se mais plenamente quando assume as multiformes exigências da vida em comum e se empenha no serviço da comunidade humana.

Um dos serviços que deve prestar à comunidade em que está inserido qualquer cidadão é o da defesa da mesma comunidade nacional e, entre outros, um dos modos concretos dessa defesa é o da prestação do «serviço militar» por parte dos jovens mais válidos da sociedade.

Os jovens são parte integrante da comunidade nacional. A juventude encontra-se num momento da vida em que reconhece ser forte e pujante fisicamente. Na verdade, até aos vinte anos tudo tem recebido da comunidade dos cidadãos e pouco ou nada tem dado em troca em proveito dos outros.

Os pais deram-lhe a vida; os mestres a instrução; a sociedade a língua, a cultura, os costumes e talvez a religião. Em suma, a colectividade deu-lhe ou aperfeiçoou-lhe a personalidade.

Tornado apto para as grandes tarefas sociais, o jovem deve ser útil ao Povo de que provém, deve comprometer-se na produção do trabalho e no progresso científico, na política e na segurança e continuação da sua comunidade. É nesta ideia que se insere um dever cívico de todo o cidadão: o cumprimento do serviço militar.

A primeira exigência da comunidade nacional é *durar*, é *existir*.

Para assegurar esta duração há uma perpétua ascensão de gente moça, membros jovens, que vão entrar na idade adulta e dispõem de força física, possibilidades de iniciativa e de responsabilidade. Todos sentem no peito chamadas de aventura, sonhos de primavera que desabrocha para a vida, vontade instintiva de auto-afirmação e de personalidade diferenciada.

Os jovens encontram-se no momento da vida em que é possível depositar neles o gérmen de certos reflexos corporais e psicológicos necessários para que um combatente se comporte como é preciso. Talvez mesmo seja

permitido aproximar o serviço militar dos momentos de «iniciação», que respondem a uma estrutura fundamental da natureza humana, destinada a durar, por uma contínua aportação de jovens à plena vida do grupo social que existe desde há muito tempo e lhes entrega todo «um património». A «iniciação» responde a este momento em que a herança das gerações anteriores é confiada ao néofito com a obrigação de a preservar da destruição e da profanação.

O «serviço militar» é o momento em que a herança humana da Nação é confiada à consciência e à guarda dessa porção de si mesma que passa da infância, em que recebeu, à vida adulta, na qual se deverá dar.

O jovem integra-se no serviço da comunidade humana, ao chegar à posse das suas forças, segundo a «Lei da solidariedade» e dum destino comum. Escolhe os chefes da comunidade nacional: tem direito a votar; sente a responsabilidade da continuação do seu Povo na paz e progresso social: deve «servir» a Nação, e uma das formas válidas é a defesa desta contra qualquer tipo de ataque armado e para isso existe o serviço militar.

Todos somos necessários uns aos outros: fazemos tudo uns pelos outros. Tudo é serviço. Tudo o que se possui está afectado por uma «dívida social», por uma exigência rigorosa de «serviço» dos outros homens. Somos todos solidários no bem comum: tudo aquilo de que possa dizer que tenho (força, saúde, dinheiro, inteligência, relações, influência, habilidades, habilitações, empresa, automóvel, etc.), tudo isto é certamente «meu», mas deve servir também para a valorização de toda a humanidade em que estou integrado, uma vez que todos os homens formam uma família, a grande família humana.

«Devedor» de tudo e de todos, sou-o, em primeiro lugar, à comunidade dos homens com os quais estou ligado por um mesmo destino histórico ou pelas mesmas oportunidades humanas, quer dizer, ao meu Povo, à minha comunidade nacional, à minha Pátria.

Como disse, o primeiro imperativo que se impõe à Nação ou à sociedade é o de «durar». Ora, ultrapassando os seus membros como instituição ou herança, não tem entretanto existência física como Nação senão a que não cessa de lhe dar a multidão de cidadãos que a compõem. Isto exige a sua aportação activa e incessante. As exigências da sua duração são mais delicadas, mais precárias que as da duração duma espécie animal, porque no caso da espécie, um instinto infalível, inscrito na constituição do animal, lhe assegura essa certeza. A vida duma Nação, sendo diferente, como

é, da pura sobrevivência física dum certo «filum» humano, é o produto de actividades livres, propriamente humanas. Nesta ordem de realidades, a necessidade toma o nome de «dever». É assim, efectivamente, que se fixa uma vontade livre. A permanência da Nação na existência, nessa qualidade de existência que lhe é própria, repousa sobre o «serviço» e, portanto, sobre o sacrifício de cada um a favor de todos.

«A sociedade humana (escrevia Lamennais, em 1817) funda-se no dom mútuo ou no sacrifício de homem a homem, ou de cada ser humano a todos os homens, e o sacrifício é a essência de toda a verdadeira sociedade. A doutrina evangélica da renúncia a si próprio, tão estranha ao sentido humano, não é mais do que a promulgação desta grande lei social» (in «Essais sur l'indifférence» citado por Yves Congar, «O Exército e a Consciência», Porto, 1969).

O «serviço militar» é, portanto, um «dever», uma necessidade, uma dívida social, que tem de ser paga, para a Pátria «durar» com meios de defesa e sobrevivência, porque os seus filhos querem que ela continue. Os jovens, antes de uma colaboração activa de cidadãos na acção comum, familiar, profissional, etc., têm de pagar a «dívida» de filhos à Pátria, que é sua mãe, e isso é o «serviço militar», que é um dever legal, mas também moral, porque, antes da disposição legislativa, obriga em consciência por imposição da justiça, da piedade, da solidariedade e do destino comum.

A *justiça* requer que se dê a cada um o que lhe é devido e especialmente que não se lhe causem prejuízos. Ora, se cada cidadão não defende a paz interna e externa da sua Nação não dá a esta o que lhe é devido, isto é, a sua continuidade e progresso, a defesa assegurada pelos seus filhos, a sua integridade e permanência em liberdade.

A *piedade* é a virtude que nos obriga a tributar amor, respeito e veneração a Deus, à Pátria e aos nossos pais. Dizia Cícero: «A piedade mediante a qual se cumprem os deveres e se honram atenciosamente aqueles a quem estamos ligados pelo sangue e os benfeitores da pátria» (Ret. Liv. II, cap. LIII).

A *solidariedade* faz com que, de entre muitos, cada um se sinta obrigado, por tudo e por todos, na responsabilidade mútua e no pagamento de alguma coisa na totalidade. Ora cada cidadão é membro duma comunidade nacional e tem obrigação de contribuir para a continuação da colectividade na existência. Uma vez a Pátria ofendida na sua paz, é dever de cada um dos seus membros contribuir para a sua defesa, se necessário à

custa de todos os sacrifícios, para a salvaguarda de todos os valores nacionais. Desertar é não ser solidário nos momentos de perigo da Pátria e dos concidadãos, é a mais vil cobardia de um membro da colectividade, porque enfraquece a defesa e deixa os outros entregues a si mesmos na luta contra os inimigos do Povo a que pertence.

O *destino comum* é o fim de todos os membros da comunidade nacional: os homens são «uma» humanidade, as coisas formam «um» universo. Tudo o que têm, tudo o que são, não o têm para si apenas, egoisticamente, mas têm-no para todos; foi-lhes dado para que tudo se realize no caminho recto — o da continuidade da comunidade humana. O instinto da sociabilidade exige uma cultura que a família, os movimentos e organizações humanas, as escolas, e sem dúvida também o serviço militar devem assegurar. O destino comum da Pátria exige o contributo pessoal de cada cidadão.

A defesa da Pátria não se esgota no cumprimento do serviço militar, como é óbvio, mas é uma das formas do autêntico patriotismo, que é o amor da Pátria, não apenas o amor que qualquer homem deve à sua terra, por dever natural de piedade e de justiça, mas «o afecto ou sentimento que se concretiza na prestação real de serviços à comunidade, sobretudo na obediência às autoridades legítimas e à colaboração na defesa do torrão pátrio».

O Patriotismo, dever natural de qualquer cidadão, pode apresentar-se sob três aspectos:

- 1) Patriotismo-sentimento: a adesão espontânea de alguém à sua Pátria, a adesão anterior e independente de qualquer reflexão intelectual. Há entre o cidadão e a sua pátria uma espécie de osmose gerada pela comunhão de vidas e de interesses mútuos: a pátria tudo dá aos seus filhos; eles tudo lhe dão em troca. Esta comunhão, em que a vida da pátria e a sua continuidade histórica e geográfica e a vida e o ambiente genético do cidadão se interpenetram, faz com que ambos, espontaneamente, vibrem em uníssono. Nesta reacção natural comum gera-se uma simpatia que é a fonte essencial do amor que o filho tem pela pátria-mãe;
- 2) Patriotismo-dever: a razão diz-nos que, mais do que simples sentimento, o patriotismo é um dever, quer por motivo pessoal enquanto condição para o aperfeiçoamento próprio, visto o bem da comuni-

dade reverter a favor do bem de cada um dos seus membros; quer por motivo social, enquanto resposta de cada um ao muitíssimo que recebe dos outros, pois que os benefícios que recebemos da pátria são importantes e numerosos, o que nos coloca perante ela numa situação insanável de dívida permanente. A necessidade de pagar esta dívida, devolvendo à comunidade uma parte do que dela constantemente se recebe, é o que torna o patriotismo numa obrigação de consciência ou dever de justiça;

- 3) Patriotismo-devoção: a pátria tem sobre nós uma certa razão de paternidade. A pátria é não só a «terra patrum» (a terra dos antepassados), mas também a terra onde nós nascemos e a terra dos vindouros. Noutro plano, a pátria é para nós o que uma mãe é para um filho: gera-nos, plasma em nós o ser de que somos dotados no todo da nossa personalidade. Quando dizemos «terra-mãe» e dizemos ser seus filhos é a este sentido, a esta ideia de filiação, que nos referimos. Paternidade significa «comunicação de natureza». Ora a pátria comunica-nos também a sua natureza, pois «uma pessoa age em cada momento com a sua personalidade total, quer dizer, com o seu temperamento, os seus caracteres hereditários, o seu aparelho neuro-fisiológico, e também com todas as experiências vividas desde o nascimento e os traços que lhe ficaram dessas experiências» (Guy Rocher, «Introduction à la sociologie générale»). Por outras palavras, a personalidade jurídica, histórica e racial da pátria comunica-se aos seus herdeiros, que recebem dela, com o sangue e a idade, o idioma, o espírito, o carácter, o nome e a honra.

Porque se dá o nome de «virtude da piedade» à atitude espiritual que o homem deve manifestar de respeito, de amor e de serviço, àqueles de quem depende no seu próprio ser (aos seus progenitores, enquanto princípios da sua existência) e tal atitude para com Deus toma o nome de «religião» — essa mesma atitude de espírito, enquanto se traduz no exercício da «piedade» pátria, chama-se «culto da pátria».

O Concílio Vaticano II faz a este propósito a seguinte recomendação: «Cultivem os cidadãos com magnanimidade a lealdade e o amor da pátria» (G. S. 75) e noutro passo: «Os católicos sintam-se obrigados a promover o bem comum na dedicação à pátria e no fiel cumprimento dos deveres civis» (Ap. Act. 14).

Sem chauvinismo, sem jingoísmo, sem xenofobia ou tentações de imperialismo de qualquer rosto, cada nação necessita de fomentar racionalmente em cada cidadão o sentimento da honra e do dever, a lealdade e a nobreza de carácter, pois, entre outras, estas virtudes, aliadas a um grande amor da pátria, são de importância capital; aliás, todos os outros factores morais o são, na capacidade de defesa dum país.

II — A LEGITIMIDADE MORAL DA DEFESA

A guerra é um facto universal, mas um facto «humano» na sua génese, nos seus actores, e na sua teleologia.

Como facto «humano» inclui-se, necessariamente, nas leis que regem a consciência dos homens: as leis morais. Mas pergunta-se, frequentemente, se a guerra é um valor positivo ou negativo, isto é, se ela é um bem ou um mal para a humanidade; se poderá alguma vez a guerra ser legítima ou se é sempre de condenar; se será um mal menor a tolerar ou não.

Na realidade, a guerra cai permanentemente sob a alçada de um direito natural cabalmente afirmado na consciência colectiva da humanidade; está submetida também ao julgamento moral dos seus autores, dos participantes nela, e dos espectadores de outros povos, ainda que não intervenientes. A guerra suscita problemas de consciência em pessoas ansiosas por romper os hábitos da guerra e em encontrar solução para as divergências particulares, não recorrendo sistematicamente sempre ao «fio da espada» mas a argumentos válidos de equidade e de justiça, estudados na calma e na conveniente ponderação.

A guerra, como facto, é um mal. Mas o mal físico nem sempre é sinónimo de mal moral. Quando um mal físico não é intrinsecamente perverso e nos aparece, no contexto de certas circunstâncias, como um mal a que necessariamente é preciso recorrer para a consecução de um efeito bom, efeito que se considera absolutamente indispensável conseguir em ordem à salvaguarda de valores fundamentais, então é lícito o recurso a esse mal físico. A esta regra ou princípio dão os autores o nome de «lei do mal necessário». Por exemplo: amputar um braço é um mal físico evidentemente; mas se, a um enfermo, tal amputação é o único meio de lhe salvar a vida, então é lícita tal operação, porque a vida a preservar vale muito mais do que um braço a perder. Do mesmo modo tal lei se aplica no caso da morte de alguém: morrer é um mal, viver é um bem, portanto,

matar é acto ilícito. Ora, um cidadão que seja ameaçado de morte à qual não possa fugir, a não ser matando o seu injusto agressor, pode e deve defender-se num caso extremo até mesmo causando a morte do seu adversário, pois que a sua vida é um bem a preservar e a sua morte um mal a evitar. É em «legítima defesa» que ele causa a morte do injusto agressor, porque a sua vida estava ameaçada de perigo iminente, grave e irremediável.

Na vida internacional dos povos, a guerra é um mal. Mas quando uma nação é de tal modo agressora dos direitos mais fundamentais e autênticos de outro Estado que este não tenha outro meio eficaz de impedir tal agressão, a não ser a força militar, evidentemente que a este lhe é lícito recorrer a ela como a um direito e um dever, porque o recurso à força transforma-se em necessidade. Entre dois males (a violação de direitos colectivos muito importantes e a guerra como último recurso) opta-se pelo menor mal, que pode ser, neste caso, a guerra. Esta, assim, não é um fim, mas um meio, por ser um mal necessário: é, neste caso, «a defesa violenta da ordem contra a desordem», como a definiu Valensin, e aplicam-se-lhe com propriedade as palavras de S. Agostinho: «*Pacis igitur intentione geruntur bella*» — as guerras fazem-se com intenção da paz, («*Cidade de Deus*», liv. 19, cap. 12). A justificação da guerra não se deve buscar nela própria, que é um mal, mas no mundo dos valores morais — a causa da guerra, a sua necessidade, a sua condução e o seu termo.

A elaboração por parte da Igreja duma doutrina acerca da moralidade da guerra começa quando, com o Imperador Constantino, pôde livre e oficialmente desenvolver a sua acção.

S. Ambrósio (340-397) na obra «*De Officiis*» faz referência acerca da defesa do direito da guerra e da defesa do próximo, vítima de injustiças.

A fonte originária e mais notável da doutrina cristã da guerra, porém, é S. Agostinho (354-430). Segundo ele a guerra tem as seguintes características: carácter público, necessário, providencial, punitivo, instrumental e ingrato. É ele quem fala pela primeira vez nas «guerras justas», lamentando a sua necessidade, e dando a sua primeira definição: «São chamadas justas as guerras que vingam as injúrias, como, por exemplo, quando se castiga uma nação ou uma cidade que deixou de punir uma ofensa causada pelos seus ou de restituir o que injustamente foi roubado.»

S. Agostinho tirara alguns elementos da «guerra justa» defendida por Cícero (106-43 a. C.), mas este, por justa, entendia a observância das formalidades exteriores prescritas pelas leis e pelos ritos religiosos. Cícero, porém, dizia que era legítima não só a guerra defensiva como a ofensiva.

Depois de S. Agostinho a doutrina cristã acerca da guerra é desenvolvida, entre outros, por S. Isidoro, arcebispo de Sevilha (560-636), pelo canonista Yves de Charles (1040-1116), e pelo beneditino Graciano (século XII).

S. Tomás de Aquino (1225-1274) escreveu sobre a moralidade da guerra, respondendo à pergunta «se é pecado fazer guerra», e aponta três condições para a sua legitimidade: a autoridade do príncipe, a causa justa e a recta intenção; e indica como fins supremos da guerra: o bem comum e a paz.

No século XVI, o dominicano Francisco de Vitória, professor em Salamanca, afirma que a comunidade internacional não deve passar despercebida ao moralista e ao jurista. Para ele, uma guerra torna-se injusta se há utilidade para uma parte, com prejuízo da família comum dos povos ou da Cristandade.

O jesuíta Francisco Suarez (1546-1617) estuda os problemas morais e jurídicos da guerra no círculo fechado da escola, mas expressa melhor o conceito da comunidade internacional e fala-nos do direito das gentes.

Nos nossos dias, a doutrina da «guerra justa» que encarava a guerra como o meio de restabelecer um direito injustamente violado e que se ocupava sobretudo com o que parecesse susceptível de justificar a *iniciativa* da guerra, está a ser abandonada.

Já Bento XV, quando da Primeira Guerra Mundial, se tinha convencido da inadequação da teologia tradicional da «guerra justa» e afirma a necessidade de recorrer a negociações pacíficas para evitar a guerra (carta aos beligerantes, em 28 de Julho de 1915). E João Paulo II, ao discursar na Argentina na visita àquele país, por ocasião da guerra nas Malvinas, afirmou: «Hoje não é mais possível a guerra justa. Todo o recurso à violência vai contra a justiça.»

O Concílio Vaticano II reconhece como único direito de guerra aos governos o direito de «*legítima defesa*», que só vale enquanto subsistir o risco de agressão, e o seu uso, é claro, supõe esgotadas todas as possibilidades da prévia negociação pacífica.

Diz textualmente: «Enquanto existir o perigo de guerra e não houver uma autoridade internacional competente e dotada dos convenientes meios, não se pode negar aos governos, depois de esgotados todos os recursos de negociações pacíficas, o direito de legítima defesa.» (G. S. 79.)

Este direito trata, na prática, exclusivamente da defesa contra o injusto ataque militar do território nacional. O direito à guerra não pode ser hoje senão o de um recurso a ela em caso de extrema crise, nas circunstâncias em que é o adversário quem impõe a guerra. A bem dizer é a suspensão do direito normal mais do que o próprio direito normal.

O próprio acto da legítima defesa é sempre um assunto de suprema gravidade. Já Pio XII afirmara que, em diversos casos, mesmo perante uma injustiça grave, pode ser dever das vítimas antes sofrer a injustiça do que resistir-lhe. Disse textualmente em 19 de Outubro de 1953 no discurso à XVI Sessão do Secretariado Internacional de Documentação de Medicina Militar: «Não basta ter que se defender contra qualquer injustiça para utilizar o método violento da guerra. Quando os prejuízos que esta implica não se podem comparar com os da injustiça tolerada, pode-se ter a obrigação de sofrer a injustiça.» Pio XII pensava nesse momento nas tentativas de resistência que, considerando o poder destruidor da guerra moderna, eram afinal ainda mais ruinosas e mortíferas para aquele que tenta resistir à violência do que a injustiça infligida.

A honra de um Estado vítima de agressão também pode estar em fazer tudo para poupar os seus cidadãos a excessivos e inúteis pesados tributos de sangue.

O Concílio Vaticano II rodeou o reconhecimento do direito à defesa de algumas observações: as políticas de força e de prestígio não podem ser aprovadas, como as de conquista e hegemonia e os abusos de toda a espécie que, mesmo em tempo de paz, a posse da força militar torna possível, tanto no plano político como no militar. Assim como, uma vez estalada a guerra, as necessidades da defesa não autorizam tudo entre os beligerantes.

E o Concílio louva «aqueles que renunciando à violência na reivindicação dos próprios direitos, recorrem a meios de defesa que estão também ao alcance dos mais fracos, sempre que isto se possa fazer sem lesar os direitos e obrigações de outros ou da comunidade» (G. S. 78).

III — OS PROBLEMAS MORAIS QUE A PROBLEMÁTICA DA DEFESA PODE SUSCITAR, PARTICULARMENTE EM SITUAÇÕES DE GUERRA, ETC.

A guerra é de todos os fenómenos sociais o mais espectacular e pernicioso. Escreveu Clausewitz: «A guerra é um acto de violência e não há limite à manifestação dessa violência.» Nós podemos dizer que a guerra é a própria violência institucionalizada.

Para ser evitada a guerra, novos métodos de prevenção têm surgido nos últimos tempos. Contam-se entre eles: a tática de dissuasão e a corrida aos armamentos.

Com o aparecimento da *tática de dissuasão* ou *equilíbrio do terror* os estados enfrentam-se coagindo-se mutuamente e procurando cada um convencer o outro ou os restantes de que o uso da força é o fim das soluções. Assim a dissuasão pretende, sem luta armada, modificar de certo modo a psicologia e os propósitos dos adversários, é uma autêntica guerra psicológica directa e devolve às conversações o seu papel de malabarismo político verbal.

Com a posse das actuais armas sofisticadamente mortíferas o mundo é um gigantesco paiol, onde cada Governo vela para evitar uma simples faísca.

O jogo internacional de inibições mútuas vai permitindo uma relativa estabilidade: as violências catastróficas ficam bloqueadas e os países limitam-se a um jogo de influências, ameaças e acções políticas menos directas e menos perigosas.

A *corrida aos armamentos* delapida riquezas imensas que poderiam remediar tantas misérias, quer aproveitando tais gastos pecuniários no ensino, saúde, habitação, etc., quer canalizando as energias humanas para melhores aplicações. Além disso, o equilíbrio resultante da corrida aos armamentos não é a paz segura nem verdadeira. Há hoje, todavia, cada vez em maior número, situações de guerras mais ou menos larvadas com o recurso a novos métodos mais insidiosos e subversivos. Em muitos casos, o recurso ao *terrorismo* é autenticamente uma nova forma de guerra.

Um trabalho persistente e muitas vezes incompreendido da Igreja tem sido a tentativa de «humanização» das guerras, realçando o conhecimento da identidade insubstituível, do valor e dignidade do homem, livre ou escravo,

nacional ou estrangeiro. Se, para os Gregos, o conceito «indivíduo» tinha uma concretização autónoma da natureza humana universal e, para os Romanos, o conceito de «pessoa» o significado jurídico de cidadão livre e como tal não se applicava ao escravo, entre os povos mais incultos o «homem», sobretudo o inimigo, não passava de simples motivo ou alvo para se cevar instintos selvagens de matança ou ocasião propícia para se afirmar a força, a virilidade e o valor dos guerreiros.

A Igreja, pregando a dignidade da pessoa humana, até porque o homem foi feito à «imagem e semelhança de Deus» — como diz o Génesis —, tem chamado a atenção da consciência dos povos para a necessidade de serem moralizadas as relações bélicas.

Na Idade Média, a Ordem dos Cavaleiros de S. João de Jerusalém (mais tarde Ordem de Malta) consagra-se a cuidar dos feridos e doentes.

Na batalha de Solferino (24 de Junho de 1859) em que os Franceses venceram os Austríacos, as mulheres dessa localidade italiana tratavam indistintamente dos militares feridos de ambas as nacionalidades rivais e dizem: «tutti fratelli» — são todos irmãos.

Na mesma batalha Henry Durant (1828-1910), prémio Nobel em 1901, concebeu a criação de uma obra internacional que se destinasse a socorrer as vítimas das guerras, e dessa ideia surgiu a associação humanitária Cruz Vermelha, contendo o seu distintivo uma cruz, símbolo da salvação realizada por Cristo, e vermelha do Seu sangue redentor e do sangue dos homens derramado nas batalhas, com o lema «inter arma caritas» — caridade entre os exércitos — que dizem bem dos objectivos que se propõe realizar.

A Igreja proibiu os duelos, instituiu as «tréguas de Deus» em determinadas quadras religiosas, de que encontramos resquícios ainda hoje nas amnistias em que se perdoam penas a cumprir, etc.

Esse trabalho de vinte séculos inspirou a concretização de várias normas que visam salvaguardar cada cidadão e temos exemplo disso na Declaração dos Direitos do Homem aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948, e em outras convenções similares, mas sobretudo no chamado Direito de Guerra que obriga as nações que o subscreveram, e sob a cláusula da reciprocidade, a respeitá-lo.

Dentre as Convenções que Portugal assinou, e que nos interessa recordar particularmente, registo as seguintes:

- 1) Declaração de S. Petersburgo (1868) — proibindo o emprego de certos projecteis;

- 2) 1.^a e 2.^a Convenção da Haia (1899) — ambas proibindo igualmente o emprego de certos projecteis;
- 3) 3.^a, 4.^a e 9.^a Convenção da Haia (1907) — respectivamente sobre a abertura das hostilidades, sobre leis e costumes da guerra terrestre e sobre bombardeamentos pelas forças navais em tempo de guerra;
- 4) Protocolo de Genebra (1925) — sobre o emprego de gases asfixiantes, tóxicos ou similares, e de meios bacteriológicos;
- 5) 1.^a e 2.^a Convenção de Genebra (1929) — respectivamente sobre prisioneiros de guerra e sobre a situação dos feridos e doentes nos exércitos em campanha;
- 6) 1.^a, 3.^a e 4.^a Convenção de Genebra (12 de Agosto de 1949) — respectivamente sobre a situação dos feridos e doentes dos exércitos em campanha (revendo e completando alguns aspectos tratados na 2.^a Convenção de Genebra de 1929), e sobre prisioneiros de guerra (revendo e completando alguns aspectos tratados na 1.^a Convenção de Genebra de 1929), e sobre a protecção das pessoas civis em tempo de guerra.

Todos estes diplomas e outros que se lhe venham a juntar sobre o assunto, embora não esgotem a matéria, formam um pequeno «Código de Guerra» a que todo o soldado está obrigado a obedecer, desde que o seu Estado o tenha assinado e enquanto o não denunciar.

As Convenções de Genebra têm também o nome de Direito de Genebra.

Actualmente o Direito de Genebra considera os limites humanitários a respeitar no que se refere:

- Às *personas* do país contra o qual se combate;
- Aos *bens* do inimigo;
- Aos *meios* de causar danos ao inimigo;
- Ao *modo* de combater.

a) *Pessoas do país contra o qual se combate*

Estas pessoas podem dividir-se em:

Não beligerantes — o grosso da população civil (especialmente as crianças, as mulheres e os velhos);

Beligerantes:

- 1) Combatentes;
- 2) Não combatentes:

— *Propriamente ditos:*

- O pessoal do serviço de saúde;
- O pessoal do serviço religioso;
- O pessoal equiparado.

— *Postos à margem da luta:*

- Os prisioneiros;
- Os feridos;
- Os doentes;
- Os mortos;
- Os parlamentários.

b) Bens do inimigo

Estes podem dividir-se em:

- Propriedades privadas;
- Centros populacionais;
- Edifícios e bens de utilidade espiritual.

c) Meios de causar danos ao inimigo

Os beligerantes não têm um direito ilimitado quanto à escolha dos meios de causar danos ao inimigo.

d) Modo de combater

A luta deve ser leal quanto possível;

Por isso são proibidos os venenos, matar o inimigo que depõe as armas, etc.

O Concílio Vaticano II alude a este Direito de Genebra quando diz: «Existem diversas convenções internacionais relativas à guerra assinadas por bastantes nações, e que visam a tornar menos desumanas as actividades bélicas e suas consequências; tais, por exemplo, as que se referem à sorte dos soldados feridos ou prisioneiros, e outras semelhantes. Estes acordos

devem ser observados. Mais ainda, todos, sobretudo os poderes públicos e os peritos nestas matérias, têm obrigação de procurar aperfeiçoá-los quanto lhes for possível, de maneira a que sejam capazes de melhor e mais eficazmente refrearem a crueldade das guerras», e tendo diante dos olhos o estado de prostração da humanidade devido aos perigos e danos das guerras a Constituição Apostólica «Gaudium et Spes» afirma: «... O Concílio quer, antes de mais, recordar o valor fundamental do direito natural internacional e dos seus princípios universais. A própria consciência da humanidade afirma cada vez com mais força estes princípios. As acções que lhes são deliberadamente contrárias, bem como as ordens que as mandam executar são, portanto, criminosas; nem a obediência cega pode desculpar os que as cumprem. Entre tais actos devem-se contar, antes de mais, aqueles com que se leva metodicamente a cabo o extermínio de toda uma raça, nação ou minoria étnica. Tais acções devem ser veementemente condenadas como horríveis crimes e louvada no mais alto grau a coragem de quantos não temem resistir abertamente aos que as querem impor» (G. S. 79). E declara solenemente: «Toda a acção bélica que tende indiscriminadamente à destruição de cidades inteiras ou vastas regiões e seus habitantes é um crime contra Deus e o próprio homem, que se deve condenar com firmeza e sem hesitação» (G. S. 80).

«Uma coisa é utilizar a força militar para defender justamente as populações, outra coisa é querer subjugar as outras nações. O poderio bélico não legitima qualquer uso militar ou político que dele se faça. Nem, finalmente, uma vez começada lamentavelmente a guerra, já tudo se torna lícito entre as partes beligerantes» (G. S. 79).

Sabemos todos que, nas negociações diplomáticas, o recurso a tribunais internacionais e a desenfreada corrida aos armamentos nem sempre são plenamente eficazes, porque a vontade dos intervenientes procura jogar mais com o prestígio e o interesse do seu país do que alcançar a paz. Impõe-se, por isso, à consciência dos homens um urgente «desarmamento moral», que consiste na exclusão de desconfiança mútua e de ambições desmedidas. Na verdade, como o Papa proclamou recentemente na Inglaterra: «A extensão e o horror da guerra moderna, nuclear ou não, tornam-na totalmente inaceitável como meio de resolver os diferendos entre as nações». A não ser que, pondo de parte inimizades e ódios, se celebrem no futuro pactos sólidos e honestos acerca da paz universal, e a humanidade, que já agora

corre grave risco, chegará talvez, desgraçadamente, apesar da sua admirável ciência, àquela hora em que não conhecerá outra paz além da horrível tranquilidade da morte.

O homem actual está a caminho de um desenvolvimento mais pleno e de uma maior descoberta e afirmação dos próprios direitos. E sabe que, por maior que sejam as suas descobertas e o avanço nos campos da ciência e da técnica, ele continuará a descobrir sempre no fundo da própria consciência aquela lei que não se impõe a si mesmo, mas à qual deve continuamente obedecer, se quiser continuar a merecer o nome de Homem. É uma lei escrita no coração humano pelo próprio Criador e a dignidade do homem está em obedecer-lhe e por ela é que será julgado. A consciência é o centro mais profundo e secreto, é o santuário do homem, no qual se encontra a sós consigo mesmo e com Deus, cuja voz se faz ouvir silenciosa e misteriosamente na intimidade do seu ser.

É por isso que a paz no mundo exige, antes de mais, um correcto «desarmamento moral» da humanidade, pelo qual cada homem começa por depor, no seu íntimo, todos os sentimentos de inveja, de ódio e de sede de dominação sobre os outros e fica disponível para dialogar com o seu semelhante. «O diálogo para a Paz, uma necessidade do nosso tempo» — foi precisamente o tema que o Santo Padre escolheu para o Dia Mundial da Paz celebrado em 1 de Janeiro de 1983.

«Só de um verdadeiro diálogo poderão nascer as condições justas, duradouras e seguras para se conseguir a paz», e João Paulo II acrescenta: «Os conflitos que deflagraram nestes últimos meses são a triste ilustração da falta de um tal diálogo.»

«A paz não se estabelecerá nem se manterá sem que se usem os meios para isso. E o meio por excelência — diz o Papa — consiste em adoptar uma atitude de diálogo, em introduzir pacientemente os mecanismos e as fases do diálogo em toda a parte, onde a paz se encontra ameaçada ou já comprometida, nas famílias, na sociedade, entre as nações ou entre os blocos de nações.»

«O diálogo entre as Nações deve ser baseado na firme convicção de que o bem de um povo não pode afinal obter-se contra o bem de um outro povo: todos têm os mesmos direitos e as mesmas reivindicações de uma vida digna para os seus cidadãos. É essencial também progredir no superamento das clivagens artificiais herdadas do passado, dos antagonismos dos blocos. É necessário reconhecer mais a interdependência crescente entre as

Nações. Se se quiser determinar o objecto do diálogo internacional, pode dizer-se que este tem de incidir particularmente sobre os direitos do homem, a justiça entre os povos, a economia, o desarmamento e o bem comum internacional» — esclareceu o Papa.

Termino com as mesmas palavras com que o Santo Padre finaliza a sua mensagem para o Dia Mundial da Paz: «Oxalá que, com os cristãos, todos os homens de boa vontade possam aceitar este desafio para o nosso tempo, mesmo no meio das situações mais difíceis, quer dizer, possam fazer todo o possível para evitar a guerra e para isso empenhar-se, com uma convicção ainda maior, a percorrer o caminho que exclui a sua ameaça: o diálogo para a paz».

IDN, 5 de Janeiro de 1983.

Joaquim Luís Cupertino

Coronel capelão

CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA
DA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA
ESTUDO DE GEOPOLÍTICA

Jorge Borges de Macedo

the program. The program was designed to be a 10-week course, but the program was extended to 12 weeks due to the need for more time to complete the program.

10

11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000
1001
1002
1003
1004
1005
1006
1007
1008
1009
1010
1011
1012
1013
1014
1015
1016
1017
1018
1019
1020
1021
1022
1023
1024
1025
1026
1027
1028
1029
1030
1031
1032
1033
1034
1035
1036
1037
1038
1039
1040
1041
1042
1043
1044
1045
1046
1047
1048
1049
1050
1051
1052
1053
1054
1055
1056
1057
1058
1059
1060
1061
1062
1063
1064
1065
1066
1067
1068
1069
1070
1071
1072
1073
1074
1075
1076
1077
1078
1079
1080
1081
1082
1083
1084
1085
1086
1087
1088
1089
1090
1091
1092
1093
1094
1095
1096
1097
1098
1099
1100
1101
1102
1103
1104
1105
1106
1107
1108
1109
1110
1111
1112
1113
1114
1115
1116
1117
1118
1119
1120
1121
1122
1123
1124
1125
1126
1127
1128
1129
1130
1131
1132
1133
1134
1135
1136
1137
1138
1139
1140
1141
1142
1143
1144
1145
1146
1147
1148
1149
1150
1151
1152
1153
1154
1155
1156
1157
1158
1159
1160
1161
1162
1163
1164
1165
1166
1167
1168
1169
1170
1171
1172
1173
1174
1175
1176
1177
1178
1179
1180
1181
1182
1183
1184
1185
1186
1187
1188
1189
1190
1191
1192
1193
1194
1195
1196
1197
1198
1199
1200
1201
1202
1203
1204
1205
1206
1207
1208
1209
1210
1211
1212
1213
1214
1215
1216
1217
1218
1219
1220
1221
1222
1223
1224
1225
1226
1227
1228
1229
1230
1231
1232
1233
1234
1235
1236
1237
1238
1239
1240
1241
1242
1243
1244
1245
1246
1247
1248
1249
1250
1251
1252
1253
1254
1255
1256
1257
1258
1259
1260
1261
1262
1263
1264
1265
1266
1267
1268
1269
1270
1271
1272
1273
1274
1275
1276
1277
1278
1279
1280
1281
1282
1283
1284
1285
1286
1287
1288
1289
1290
1291
1292
1293
1294
1295
1296
1297
1298
1299
1300
1301
1302
1303
1304
1305
1306
1307
1308
1309
1310
1311
1312
1313
1314
1315
1316
1317
1318
1319
1320
1321
1322
1323
1324
1325
1326
1327
1328
1329
1330
1331
1332
1333
1334
1335
1336
1337
1338
1339
1340
1341
1342
1343
1344
1345
1346
1347
1348
1349
1350
1351
1352
1353
1354
1355
1356
1357
1358
1359
1360
1361
1362
1363
1364
1365
1366
1367
1368
1369
1370
1371
1372
1373
1374
1375
1376
1377
1378
1379
1380
1381
1382
1383
1384
1385
1386
1387
1388
1389
1390
1391
1392
1393
1394
1395
1396
1397
1398
1399
1400
1401
1402
1403
1404
1405
1406
1407
1408
1409
1410
1411
1412
1413
1414
1415
1416
1417
1418
1419
1420
1421
1422
1423
1424
1425
1426
1427
1428
1429
1430
1431
1432
1433
1434
1435
1436
1437
1438
1439
1440
1441
1442
1443
1444
1445
1446
1447
1448
1449
1450
1451
1452
1453
1454
1455
1456
1457
1458
1459
1460
1461
1462
1463
1464
1465
1466
1467
1468
1469
1470
1471
1472
1473
1474
1475
1476
1477
1478
1479
1480
1481
1482
1483
1484
1485
1486
1487
1488
1489
1490
1491
1492
1493
1494
1495
1496
1497
1498
1499
1500
1501
1502
1503
1504
1505
1506
1507
1508
1509
1510
1511
1512
1513
1514
1515
1516
1517
1518
1519
1520
1521
1522
1523
1524
1525
1526
1527
1528
1529
1530
1531
1532
1533
1534
1535
1536
1537
1538
1539
1540
1541
1542
1543
1544
1545
1546
1547
1548
1549
1550
1551
1552
1553
1554
1555
1556
1557
1558
1559
1560
1561
1562
1563
1564
1565
1566
1567
1568
1569
1570
1571
1572
1573
1574
1575
1576
1577
1578
1579
1580
1581
1582
1583
1584
1585
1586
1587
1588
1589
1590
1591
1592
1593
1594
1595
1596
1597
1598
1599
1600
1601
1602
1603
1604
1605
1606
1607
1608
1609
1610
1611
1612
1613
1614
1615
1616
1617
1618
1619
1620
1621
1622
1623
1624
1625
1626
1627
1628
1629
1630
1631
1632
1633
1634
1635
1636
1637
1638
1639
1640
1641
1642
1643
1644
1645
1646
1647
1648
1649
1650
1651
1652
1653
1654
1655
1656
1657
1658
1659
1660
1661
1662
1663
1664
1665
1666
1667
1668
1669
1670
1671
1672
1673
1674
1675
1676
1677
1678
1679
1680
1681
1682
1683
1684
1685
1686
1687
1688
1689
1690
1691
1692
1693
1694
1695
1696
1697
1698
1699
1700
1701
1702
1703
1704
1705
1706
1707
1708
1709
1710
1711
1712
1713
1714
1715
1716
1717
1718
1719
1720
1721
1722
1723
1724
1725
1726
1727
1728
1729
1730
1731
1732
1733
1734
1735
1736
1737
1738
1739
1740
1741
1742
1743
1744
1745
1746
1747
1748
1749
1750
1751
1752
1753
1754
1755
1756
1757
1758
1759
1760
1761
1762
1763
1764
1765
1766
1767
1768
1769
1770
1771
1772
1773
1774
1775
1776
1777
1778
1779
1780
1781
1782
1783
1784
1785
1786
1787
1788
1789
1790
1791
1792
1793
1794
1795
1796
1797
1798
1799
1800
1801
1802
1803
1804
1805
1806
1807
1808
1809
1810
1811
1812
1813
1814
1815
1816
1817
1818
1819
1820
1821
1822
1823
1824
1825
1826
1827
1828
1829
1830
1831
1832
1833
1834
1835
1836
1837
1838
1839
1840
1841
1842
1843
1844
1845
1846
1847
1848
1849
1850
1851
1852
1853
1854
1855
1856
1857
1858
1859
1860
1861
1862
1863
1864
1865
1866
1867
1868
1869
1870
1871
1872
1873
1874
1875
1876
1877
1878
1879
1880
1881
1882
1883
1884
1885
1886
1887
1888
1889
1890
1891
1892
1893
1894
1895
1896
1897
1898
1899
1900
1901
1902
1903
1904
1905
1906
1907
1908
1909
1910
1911
1912
1913
1914
1915
1916
1917
1918
1919
1920
1921
1922
1923
1924
1925
1926
1927
1928
1929
1930
1931
1932
1933
1934
1935
1936
1937
1938
1939
1940
1941
1942
1943
1944
1945
1946
1947
1948
1949
1950
1951
1952
1953
1954
1955
1956
1957
1958
1959
1960
1961
1962
1963
1964
1965
1966
1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025
2026
2027
2028
2029
2030
2031
2032
2033
2034
2035
2036
2037
2038
2039
2040
2041
2042
2043
2044
2045
2046
2047
2048
2049
2050
2051
2052
2053
2054
2055
2056
2057
2058
2059
2060
2061
2062
2063
2064
2065
2066
2067
2068
2069
2070
2071
2072
2073
2074
2075
2076
2077
2078
2079
2080
2081
2082
2083
2084
2085
2086
2087
2088
2089
2090
2091
2092
2093
2094
2095
2096
2097
2098
2099
2100
2101
2102
2103
2104
2105
2106
2107
2108
2109
2110
2111
2112
2113
2114
2115
2116
2117
2118
2119
2120
2121
2122
2123
2124
2125
2126
2127
2128
2129
2130
2131
2132
2133
2134
2135
2136
2137
2138
2139
2140
2141
2142
2143
2144
2145
2146
2147
2148
2149
2150
2151
2152
2153
2154
2155
2156
2157
2158
2159
2160
2161
2162
2163
2164
2165
2166
2167
2168
2169
2170
2171
2172
2173
2174
2175
2176
2177
2178
2179
2180
2181
2182
2183
2184
2185
2186
2187
2188
2189
2190
2191
2192
2193
2194
2195
2196
2197
2198
2199
2200
2201
2202
2203
2204
2205
2206
2207
2208
2209
2210
2211
2212
2213
2214
2215
2216
2217
2218
2219
2220
2221
2222
22

CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA

ESTUDO DE GEOPOLÍTICA

8 — *O fim de uma hegemonia*

No conjunto, e começando pelo que mais interessava a Portugal, pode dizer-se que, depois do Tratado de Utrecht, a influência francesa no mar e no ultramar perdeu muito da impunidade e segurança que tivera. Em contrapartida, o poder marítimo da Grã-Bretanha cresceu consideravelmente, tanto em equipamento náutico como nos apoios portuários disponíveis. No entanto, nesta altura, o facto se trazia vantagens navais, ainda não tinha incidência de maior na capacidade britânica de intervenção continental. Por isso, a presença inglesa na Europa manejava ainda limitados recursos políticos para se poder diversificar, se exceptuarmos a aliança com Portugal e, em menor grau, com a Holanda. Mas constituíam uma escassa perspectiva para efeito da Europa Central e Oriental, assim como em qualquer confronto continental de maior vulto. No entanto já pode averbar-se, nesta altura, como vitória diplomática britânica, o ter impedido durante muito tempo que se constituísse qualquer espécie de bloco Bourbon que lhe fosse adversário. Logo a seguir ao Tratado de Utrecht, essa mesma Espanha bourbônica levou por diante, em relação à Itália, uma política independente da França, contando mesmo com a imediata oposição desta última. Quer isto dizer que, depois do Tratado de Utrecht, não se conseguiu qualquer sistema estável de equilíbrio das potências na Europa continental, com capacidade para substituir a anterior hegemonia francesa. A coligação de Estados passava a ser a única alternativa para o equilíbrio europeu.

Entretanto a Grã-Bretanha começou, desde logo, a alargar as potencialidades continentais que lhe permitissem apoiar-se numa nova potência com viabilidades na Europa Central e meios militares suficientes para, em ligação com a influência marítima britânica, ter condições para impedir o regresso da hegemonia francesa sobre o continente europeu. Essa nova potência não podia deixar de ser a Prússia que, desde 1701, tinha deixado

de ser o ducado de Brandeburgo para passar à categoria de reino. Ela acabaria por enfraquecer a influência francesa na Europa Central e por desenvolver uma nova viabilidade para o problema alemão e para a sua unidade, sem passar pela Áustria, uma vez que as ambições acalentadas por Luís XIV para que a França se tornasse a potência arbitral naquela decisiva região da Europa Central tinham ruído por completo. Em tudo isto se desenhava lentamente uma nova, mas ainda nebulosa, disposição de forças europeias. Mas, desde já, se vislumbrava, definitivamente, a importância do poder marítimo, ao lado de novos participantes no equilíbrio continental.

Afinal, com o fim da Guerra da Sucessão de Espanha, a grande derrotada tinha sido a França. A partir desta altura, deixou de poder conduzir uma política europeia da sua exclusiva iniciativa e passou a ter de encabeçar coligações necessariamente precárias, assim como sujeitas a equívocos e erros. E será este sistema que, em diferentes moldes, virá a desenvolver-se, ao longo do século XVIII, até chegar às lutas napoleónicas. Era o único recurso que restava à França para assegurar a influência que precisava de ter. E, em rigor, era a sua principal experiência diplomática que lhe havia permitido enfrentar, no século XVI, a Espanha, e no século XVII, a Áustria.

A demora que a França levou a adaptar-se à nova situação de hegemonia partilhada é bem a prova do abalo sofrido por todo o seu sistema diplomático e militar com o Tratado de Utrecht e de Rastadt.

Também se vê, por esses mesmos Tratados, que a França não foi capaz de se impor à Europa nem de definir formas estáveis de cooperação. A luta para a hegemonia europeia ia, portanto, prosseguir, nestes moldes. Por ela continuava a confirma-se a constante que, ao longo de séculos, se tem desenhado, de um modo mais ou menos regular: na Europa podem existir situações hegemónicas mas não podem existir impérios. E isso é importante, pois a hegemonia é um conceito relativo e precário, enquanto o Império, um conceito institucional e orgânico. A França que tentara criar na Europa Ocidental uma situação de domínio para o qual concebera a organização de um aparelho militar, diplomático, político e cultural via-se, no Tratado de Utrecht, tratada como uma potência forte mas a quem a Europa conseguira impedir que impusesse o seu império. Esse sistema de unificação estava manifestamente para além das suas possibilidades. E se

o Tratado de Utrecht melhorava as suas fronteiras naturais, ia pouco além disso. Afinal, a França continuava a mostrar mais capacidade para o equilíbrio europeu do que para uma hegemonia permanente que tanto desejava. A esse respeito, a Áustria saía muito mais beneficiada, com a sua presença reforçada na Itália e nos Países Baixos: aproximava-se, afinal, do mar do Norte e do Mediterrâneo, enquanto a França continuava a circunscrever-se à área que, já no século XV, concebera como sua. Contudo, a mesma certeza acompanhava a Áustria de que a Europa se dividia em áreas de equilíbrio, numa cooperação precária e variável e que o seu Império não seria fácil de alargar. A unidade alemã também continuava para além das suas possibilidades políticas e militares, face às responsabilidades que enfrentava na fronteira oriental.

O enfraquecimento internacional do poder de decisão da França conduzia, pois, a uma Europa dividida. Era preferível que assim fosse, decerto, mas, por isso mesmo, surgiam outros problemas derivados dessa impossibilidade de uma hegemonia permanente. Os anos que se seguiram revelaram que a Europa só podia subsistir se criasse entre os seus diferentes Estados acordos que conjugassem esforços, mas que não envolvessem perigos para a independência daqueles que os subscreviam. Era essa, aliás, a mensagem expressa na Espanha dos Reis Católicos ou na Áustria dos Habsburgos, as duas experiências europeias que reuniram nacionalidades sob uma precária soberania política unificada, com um mínimo de adulteração pelo centralismo nos séculos XVI ou XVII. Mas não era transferível nem alargável a mais «regiões»: tinha atingido a máxima extensão possível, na sua precária margem entre a centralização e a autonomia.

9 — *A dualidade da experiência política europeia*

Em grande medida, a importância em política internacional das nacionalidades resultava do facto de ser essa a melhor forma de criar zonas de governo onde os confrontos fossem menos tensos; a capacidade de presença dos órgãos centrais do Estado como proporcional à velocidade dos transportes não afectava assim o quotidiano. As relações humanas entre os diferentes núcleos da população continuavam, pois, a ter efectiva realização com um sentido de comunidade e solidariedade, muito limitadamente influenciado pelo poder central. As elites permaneciam. Com o enfraquecimento da hierarquia católica ou mesmo religiosa, só esses laços de conju-

gação dos interesses regionais, dentro da sua efectiva e funcional audiência, davam eficácia à área nacional: eram, ainda assim, a forma menos opressiva de manter e aproveitar as forças locais sem que, em contrapartida, perdessem capacidade de resistência e de actuação, uma vez que uma região mantinha desse modo a sua força mais preciosa: os factores de unidade regional revelavam-se superiores aos factores de cisão que todos os conjuntos populacionais comportam. A Nação continuava a ser a dimensão em que a presença física do rei ou dos seus representantes directos e responsabilizados tinham mais valor político significativo. Facultavam um conteúdo menos opressivo para uma centralização, pois os delegados do poder central, por intermédio do rei, apresentavam-se com menor distância relativamente aos governados. Os delegados do rei, desse modo sujeitos tanto ao alcance da vigilância real e da consequente revogação das suas atribuições, como à verificação da sua eficácia ou idoneidade, por parte dos governados. O perigo que, em política interna, espreitava este sistema, era a impunidade desse delegado do Poder, quando se tornava válido. E quando os validos se revelassem corruptos ou insuficientes era o próprio poder real que ficava em causa.

No entanto, num estado como a França, a situação complicava-se. Esta, na realidade — ao contrário da Áustria — tinha, acerca do Estado, uma clara intenção de uniformidade, para assim garantir a sua fronteira nacional. Nela, portanto, a centralização obrigava a uma justificação ideológica que subalternizava as nações particulares que antes a constituíam, para dar lugar a uma unidade estratégica. A magnificência do Poder, a sua capacidade externa, a sua maior representatividade unificada como superior à regional, uma classe com fortes laços unitários como a nobreza e depois o funcionalismo, eram armas do poder centralizado francês. Noutros casos, como na Polónia, essa mesma centralização só se mantinha, a partir do perigo externo, enquanto na Prússia era levado a efeito por meio do Estado forte e militarizado, forma de defesa da sua fronteira com poucos recursos naturais de protecção. A Áustria, o Estado federal mais bem sucedido da Europa Central, aglutinava regiões cultural e geograficamente autónomas; mas fazia-o de diferentes modos, conforme as regiões, onde o poder central em Viena respeitava e aproveitava as idiosincrasias nacionais ameaçadas por vizinhos muito mais perigosos do que o poder central austríaco.

Na verdade, as nacionalidades afirmavam-se como uma concepção adequada às exigências das comunidades, mas já as concepções quanto à natureza do Estado obrigavam a um trabalho político no sentido da criação de organismos centralizados e unificadores. Os grandes Estados procuravam conseguir que as diferentes nações se colocassem sob uma chefia pessoal. Quando assim sucedia, tornava-se indispensável a constituição de organismos burocráticos de apoio, dispondo, inevitavelmente, de uma lógica de manutenção e de coesão que acabava por entrar em choque com as nacionalidades particulares. Desse modo, os principais Estados europeus comportavam duas dimensões e dois comportamentos, a nacional-regional e a central. A dimensão regional, mais estável, inseria-se, de uma forma mais ou menos feliz, no corpo artificial do Estado presidido por um rei ou imperador.

Eram estes Estados, de diverso modo complexos, que presidiam ao equilíbrio europeu. Cada um deles se movimentava no sentido de integrar o maior número de regiões nacionais, de modo a não perder a sua capacidade de intervenção e defesa nesse mesmo equilíbrio conjunto. Esta dupla experiência política do respeito pelas nacionalidades e da sua confluência estruturada em órgãos de unificação, mais ou menos poderosos, levou a conceptualizações diversas e riquíssimas no pensamento político europeu. O Iluminismo generalista da França subalternizava a nação, aliás de acordo com as conveniências estratégicas do Estado francês. O seu projecto político acabou por se formar, na Revolução Francesa, funcionalmente eleitoralista e, como tal, essencialmente nivelador das elites locais. E o localismo espanhol como superior ao poder central acabou por corroer a força da monarquia.

Logo a seguir ao Tratado de Utrecht, o debate que veio a travar-se dizia respeito à execução do que nele estava estipulado. O problema não era fácil. Em termos diplomáticos, o Tratado exprimia aquela transferência da posição hegemónica até aí assumida pela França para situações quase paritárias com as quais se negociavam as alianças. Mas a transição não foi só táctica; era, sobretudo, geoestratégica, tecnológica e política. Nem a França, nem qualquer potência ocidental do continente europeu tinha recursos para se impor sem negociações, isto é, sem uma plataforma de interesse comum. Mas a situação também resultava destes dois outros pontos: a maior capacidade da marinha de guerra inglesa e a crescente capacidade das nações e, consequentemente, dos exércitos de dimensão

média. Acrescente-se o cada vez mais importante papel do comércio na riqueza dos Estados e, portanto, o facto da prosperidade das áreas depender da necessidade de comunicações regulares e seguras.

Em 1718, quando a Espanha procurou recuperar na Itália os seus domínios atribuídos à Áustria pelo Tratado de Utrecht, todos estes factores de mais longa gestação entraram em movimento. Aproveitando-se do envolvimento austríaco com os turcos, Filipe V de Espanha reconquistou a Sardenha, a Sicília e o Reino de Nápoles. Levou assim a que se formasse uma coligação entre a França, a Grã-Bretanha e a Áustria, que entendiam que a paz europeia estava assegurada pelo equilíbrio de forças definido por aquele Tratado e que a sua alteração provocaria uma situação muito mais ameaçadora. Por sua vez, as razões da Grã-Bretanha no seu choque com a Espanha provinham do receio que a política italiana desta alterasse, em seu favor, o equilíbrio do mar Mediterrâneo, onde a influência britânica começava a consolidar-se, a Ocidente, com a posse das Baleares e de Gibraltar.

E assim, a seguir ao Tratado de Utrecht, em vez de assistirmos à colaboração entre a França e a Espanha verificou-se o estado de guerra (1718) entre aquelas potências, antes aliadas, e a uma aliança entre os Estados antes inimigos. A França, uma vez que a Espanha queria recuperar a sua influência política na Itália (onde o seu principal apoio estava na resistência italiana à presença austríaca), opôs-se, terminantemente, ao regresso espanhol à Itália, dentro do seu objectivo de recuperar a influência europeia, por meio da negociação de alianças, a partir dos Tratados de Utrecht e Rastadt. Para o conseguir organizou aquela primeira coligação, de acordo com as novas forças em desenvolvimento na Europa. Não hesitou, pois, em aliar-se com a Grã-Bretanha e a Áustria.

O confronto entre a Espanha e a França e a aliança ou acordo desta última com a Grã-Bretanha aliviou, consideravelmente, a pressão espanhola sobre Portugal, e permitiu que o nosso país pudesse voltar à sua política de distanciamento em relação às controvérsias de política externa europeia enquanto elas tinham só incidência regional, seja na Itália e no Mediterrâneo, seja na Europa Central. E apesar das solicitações francesa e britânica para Portugal participar na coligação antiespanhola, D. João V rodeou essa sua potencial participação com tantas exigências que era flagrante a sua preferência pela não intervenção. Foi, na verdade, o que se

verificou: Portugal não teve participação militar na aliança das potências marítimas com a França e a Áustria (Quádrupla Aliança) em luta com a Espanha. A neutralidade efectiva prevalecera.

10 — *A evolução das contingências*

Quando se reuniu o congresso de Cambrai (1721) para negociar a paz com a Espanha, a França recusou, por diferentes formas, mas sempre com eficácia, a presença dos delegados portugueses. A recusa era, decerto, em grande média, legítima, e vai até revelar alguns problemas mais profundos da política interna portuguesa. Foi talvez mesmo o primeiro acontecimento onde se evidenciava a existência em Portugal do conflito inevitável nas monarquias absolutas, que é o choque entre os quadros hereditários e os de nomeação, ou seja, a luta entre o funcionalismo de emanção real e o funcionalismo derivado das camadas privilegiadas. Ao longo do reinado de D. João V, esse conflito começou a tomar forma sobretudo nos quadros diplomáticos e definia-se, sobretudo, no confronto entre as intenções dos representantes diplomáticos de Portugal de longa permanência no estrangeiro e desejosos de avultarem nas cortes onde tinham assunto, e a diplomacia da corte, burocrática, avisada, que desejava, quase sempre, o menor vulto possível e que não se iludia com a siceridade dos auxílios prometidos. A respeito do Congresso de Cambrai para a paz com a Espanha, o mais interessado na participação portuguesa era, afinal, o conde de Tarouca. Mas a corte portuguesa manifestava uma escassa preocupação pelo acontecimento. Contudo, por outras razões, esse facto revelava afinal um outro aspecto de significativa e perturbadora incidência no conjunto: as dificuldades e os limites da neutralidade. O motivo provinha ainda da guerra da Sucessão de Espanha: tendo-se concluído sem a imposição de uma hegemonia, levava a que se intensificasse o sistema das negociações e das tentativas para a montagem de alianças, que no jogo internacional não podiam deixar de levar ao rateio das condições, à definição do seu preço e sua consequente precaridade.

As objecções opostas pela França a que Portugal entrasse no Congresso de Cambrai assentavam nos poucos sacrifícios que este fizera com a Quádrupla Aliança e nas dificuldades que tinha levantado em participar nas operações militares. Por esses motivos, a França, de modo algum, podia

aceitar o ingresso de Portugal no Congresso, uma vez que o seu exemplo podia dar origem ao crescimento dos «aliados» reticentes ou condicionais, causando dificuldades ao funcionamento das coligações e ao cálculo das forças efectivamente mobilizáveis. A exclusão de Portugal do Congresso de Cambrai (1722) era pois inevitável e até, de certo modo, aceite por todos, excepto pelos diplomatas mais inclinados à espectacularidade das suas missões do que à difícil estratégia das pequenas potências.

Para além disso, o Congresso de Cambrai evidenciava também uma resistência cautelosa da França à potencial hegemonia marítima britânica. Corresponde o facto a uma condição muito mais ampla que foi o aumento considerável dos interesses comerciais na definição da capacidade internacional de cada potência. A luta europeia tinha deixado de ter como só definitivas as componentes militar e política; embora estas continuassem a ter um peso decisivo, tinham, explicitamente, de comportar e de se inserir em exigências de conteúdo mais amplo. O facto relaciona-se com essa situação que se foi definindo, ao longo do século XVIII, no sentido da transferência para o mar de uma parte cada vez mais importante da hegemonia europeia, com a consequência da impossibilidade desta poder ser assegurada por uma potência só continental. Mas sintomático é que o facto se tenha verificado, primeiro, no domínio militar antes do político ou do económico, em virtude da evolução da construção naval, do armamento dos navios, do papel do transporte, tornando assim consideravelmente mais eficazes as consequências gerais das operações marítimas. A marinha que, até havia pouco tempo, era sobretudo um meio de transporte e de embarque tornou-se um meio de domínio e bloqueio cada vez mais aperfeiçoado. Daí resultou que o conceito de espaço estratégico se alterou definitivamente uma vez que as áreas marítimas sob influência europeia se tornaram essenciais para cálculo da pressão económica e como tese militar.

A Europa era dotada de excedentes agrícolas que podiam alimentar um número considerável de artífices e transportadores que viviam do comércio ultramarino, enquanto, por sua vez, a produção europeia precisava dos mercados da Índia, das Américas e mesmo da China e do Próximo Oriente para absorver os artigos exportáveis por ela produzidos. Estes absorviam uma soma considerável de trabalho, de outro modo sem aplicação. Em muitos casos não eram indispensáveis, mas sim vantajosos como incentivos à produção e à criação de empregos e ocupações. A este respeito a França continhuava a ter, no primeiro quartel do século XVIII,

consideráveis vantagens nesse domínio, praticando um tipo de comércio altamente remunerador, como seja a venda de artigos de luxo e de grande sugestão por motivos de moda, civilização ou categoria social. Em contrapartida, a Grã-Bretanha dirigia-se a outro tipo de mercado, ligado a uma produção mais voltada para o grande consumo, assente numa tecnologia preocupada com o aumento indiscriminado de produção e a qualidade média. Embora a indústria francesa e a inglesa fossem de tipo diverso e com áreas de mercado nem sempre sobreponíveis, era cada vez maior a viabilidade de confronto na luta pelos mesmos mercados. As clientelas podiam com facilidade misturar-se e os modos de produção característicos não estavam tão claramente diferenciados que obrigassem à diversificação dos mercados. Em relação ao consumo cada vez maior, a dinâmica tecnológica britânica era, sem dúvida alguma, superior à que podia provir das solicitações provenientes de uma produção assente no artesanato de qualidade e na perfeição do acabamento, como sucedia com a França. Mas ambos assentavam numa agricultura rica e susceptível de alimentar artífices, operários e transportadores, em quantidades consideráveis.

Este condicionamento económico ligava-se com uma situação militar que permitia a manutenção de exércitos permanentes e de uma indústria de armamento de certo volume. No decurso dos anos seguintes à guerra da Itália (1721), foram muitas as ocorrências particulares que obscureciam estas questões fundamentais que estavam levando à definição de um tipo diferente de grande potência e pareciam indicar que os Estados continentais europeus se deixavam enleiar nas suas questões particulares, e esqueciam o agravamento dessa insuficiência continental em garantir a hegemonia e que tinha acabado por tornar decisivo o papel do mar no equilíbrio europeu.

Esta transferência para o mar da raiz da hegemonia europeia, ao longo do século XVIII, foi claramente percebida pelo grande pensador militar Mayan. Constitui, sem dúvida, o fenómeno de mais importantes consequências para as relações diplomáticas e o equilíbrio das potências europeias no século XVIII e é um elemento indispensável para a análise da raiz da insuficiência europeia. Como enfrentar a questão? No Congresso de Cambrai, a França, em face da inevitabilidade da presença inglesa, sua aliada momentânea contra a Espanha, fez todo o possível por evitar o reforço continental da Grã-Bretanha e resistiu energicamente, como se disse atrás, a que Portugal estivesse representado no Congresso. A sua intenção era diminuir o

valor das votações pró-inglesas. Ao mesmo tempo, não queria deixar de tentar captar a boa vontade britânica, embora lutasse, encarnecidamente, contra ela no campo económico e no domínio da sua influência continental. Mas a Inglaterra tinha uma filosofia política, económica e militar completamente diferente e mais eficaz. O choque acabaria por dar-se, embora ambas as potências — a França e a Grã-Bretanha — tivessem interesse em adiá-lo.

De contraste em contraste, de luta em luta, passando pelo equívoco fundamental que foi a Guerra da Sucessão da Áustria, onde, pela última vez, no Antigo Regime, a França lutou contra a Áustria, acabou por se formar a consciência concreta e definida de insuficiência europeia. A propaganda francesa responsabilizava disso a Grã-Bretanha, mas, na verdade, o fenómeno era muito mais profundo, ligado com os tipos de mercado, com a produção agrícola e o aparelho de transportes. A Grã-Bretanha foi, naturalmente, quem mais se aproveitou dessa deslocação do Poder para o mar, embora o fenómeno transcenda em muito esse facto: a hegemonia britânica só veio a durar mais tempo, por virtude das grandes transformações industriais que reforçaram na indústria britânica uma capacidade económica privilegiada e que vieram a ser conhecidas pela primeira revolução industrial. Mas não deve supor-se, por este facto, que a França tenha desistido, no século XVIII, da luta pela hegemonia marítima ou que a sua posição de combate ao comércio britânico estivesse, no segundo quartel daquele século, condenada à derrota.

A hegemonia naval britânica crescem devagar; não era nem uma evidência nem um terror.

A França, na primeira metade do século XVIII lutava energicamente contra o reforço da posição naval e da presença britânica no mar; a sua actividade comercial exhibia uma capacidade bem agressiva, capaz de vencer os britânicos que encontravam a concorrência francesa, mesmo em mercados que tradicional e interessadamente lhe eram afectos. E o mesmo se verificava no campo político e diplomático: os recursos de que a França dispunha para conseguir alianças europeias não eram, então, de forma alguma dispiciendos, dentro das perspectivas que a sociedade e os Estados europeus apresentavam naquela altura. O problema francês consistia muito mais no uso hábil dessas capacidades francesas e europeias. Foi nesse campo que a unanimidade interna dos governos só muito lentamente veio a verificar-se. Primeiro, a luta contra as «ambições» espanholas levou, como se

viu, à aliança entre a França e a Grã-Bretanha e dessa aliança resultou uma solução para a questão italiana e a consequente, embora ilusória, permanência do acordo político entre aquelas duas potências. No entanto, esse acordo de forma alguma tranquilizava a França que sabia ser precária ou de curta duração a coincidência dos seus interesses, em terra e no mar, com os britânicos. No entanto, o empenhamento francês no acordo com a Grã-Bretanha acabou por suscitar a aproximação entre a Espanha e o Império austríaco, agravando a divisão da Europa continental, tanto mais que a França, no final do segundo quartel do século, acentuou ainda mais o seu confronto com a Áustria, ao pretender alargar a sua área de influência europeia, aproximando-se da Polónia. Para tanto, o Duque de Bourbon, primeiro-ministro francês, cancelou o casamento de Ana Maria, filha de Filipe V e Isabel Farnésio, com Luís XV, enquanto este casava com a filha do rei da Polónia. Para completar este quadro, estabeleceu com a Grã-Bretanha e a Prússia a Liga de Hanover (1725). Mas já começava a recear a indiscutível capacidade diplomática britânica em se aproveitar dos diferendos europeus e em criar o seu próprio sistema de alianças. A França negociava então o apoio de Filipe V, sobretudo para impedir que a Grã-Bretanha conseguisse aquela mesma aliança. Neste «regresso» à Espanha, a França procurava evitar uma dependência sem alternativa relativamente à Grã-Bretanha; revelava a mesma intenção quando se propôs intervir na Polónia com o fim de assegurar a sua zona de influência tradicional que abrangia a Turquia e a Suécia. Apesar de todas essas cautelas ainda não tinha chegado a altura de alterar a aliança formal com a Grã-Bretanha e continuava a articular a sua acção europeia na luta contra a Áustria. O Tratado de Viena de 1738 trouxe as últimas grandes vantagens para a França desta tentativa de união do equilíbrio francês da Europa contra a Áustria. Recebeu então a Lorena, enquanto se criava uma terceira casa reinante Bourbon, no Reino das Duas Sicílias (Nápoles e Sicília). Logo a seguir, interveio em defesa da Turquia contra a Rússia e a Áustria e forçou esta última a restituir a Sérvia e a cidade de Belgrado aos Turcos. Em troca, estes concedem à França grandes privilégios comerciais no Levante. O sistema das coligações permitiu-lhe, assim, retomar uma influência considerável na Europa. Por quanto tempo e com que sacrifícios?

Sucede que a Grã-Bretanha também crescia em influência atlântica sem perder o pé, na Europa. Portugal continuava seu aliado, neutralizando a segurança espanhola e permitindo à Grã-Bretanha garantir melhor a sua

força no oceano Atlântico, apesar da pressão francesa que chegou a cortar as relações diplomáticas com o nosso país. A Grã-Bretanha dese-nhava-se pois e cada vez mais com o grande adversário da França na Europa, como já o era no mar. Contudo, a França, se reconhecia essa verdade irrefragável, ainda supunha tirar vantagem das alianças precárias que lhe permitiriam, — julgava — reconstruir a força como potência hege-mónica. E assim, quando o Império Austríaco entrou na sua crise decisiva de-sencadeada à volta do cumprimento da *Pragmática Sanção* e da conse- quente subida ao trono de Maria Teresa (1745), a França procurou alar- gar, ainda mais, as suas vantagens à custa daquele Império, continuando a considerar que lhe era possível adiar o confronto com a Grã-Bretanha.

Enquanto se desenrolava a guerra na Europa Central, já a França ace- lerava o processo do estreitamento das relações com a Espanha, no Atlân- tico, procurando o apoio da sua marinha (1740). Logo a seguir, quando da morte do imperador austríaco, a França recusou-se a reconhecer a acla- mação da Imperatriz Maria Teresa, ao contrário do que se comprometera pelo Tratado de Viena (1735), e colocou-se à frente de uma coligação anti- austríaca. Nela se atribuiu um papel destacado a Frederico II da Prússia. Após diversas oscilações, o edifício montado pelos franceses para a Europa Central acabou por regressar aos próprios problemas locais. A França tomou então consciência clara de que podia perder a chefia das coliga- ções europeias e acabou por entender que o seu verdadeiro interesse, como de há muito sugeria Kaunitz, ministro dos Negócios Estrangeiros austríaco, era procurar constituir uma aliança de significado geopolítico coerente: uma aliança continental antibritânica.

E assim, no final da primeira metade do século XVIII, as grandes potências tradicionais — a França, a Espanha, a Austria — chegaram, por caminhos diversos, à certeza de que o seu verdadeiro adversário era a Grã- -Bretanha que se tornava hegemónica no mar. Assim sucedia porque o esta- belecimento de uma hegemonia europeia já não podia abranger só o território europeu. Tinha de compreender, como elementos componentes essenciais, territórios ultramarinos. Mas se a França, entusiasmada com as vitórias eu- ropeias, aceitou a necessidade de se unir à Austria, logo a seguir à Paz de Aix-la-Chapelle (1748), ainda não se apercebia bem do papel dessas posses- sões ultramarinas na hegemonia pretendida.

Deste modo, como se vê, o distanciamento português ia inevitavel- mente diminuindo, a pouco e pouco, desde os tempos em que o equilíbrio

européu se tinha transformado com a Guerra da Sucessão de Espanha e Portugal vira a França afastada da presença política peninsular com o Tratado de Utrecht. A neutralidade portuguesa foi efectiva, enquanto a França foi aliada da Grã-Bretanha, embora a disposição portuguesa não oferecesse dúvidas, como claramente se verificou quando da presença francesa na Índia. Aí a posição portuguesa não oferecia dúvida. No entanto, nada disso representava a totalidade da política externa portuguesa depois do Congresso de Cambray (1723). Outros problemas específicos a Portugal e fora do equilíbrio europeu, embora seus complementares, se levantaram, a exigir um tratamento imediato.

11 — *Os significados esquecidos*

«... deve ajustar o tratamento que a Rainha deve dar ao Conde [de Vilar Maior] o qual há-de ser o mesmo que se pratica naquela corte com semelhantes pessoas à do Conde, Alemans, Franceses e Espanholas»

(Do «diálogo» articulado entre o embaixador português que foi a Viena tratar do casamento de D. João V e o ministro Corte Real. Papéis do Arquivo Tarouca, in Eduardo Brazão, *Relações externas de Portugal* — reinado de D. João V, 1.º vol., Porto, 1938, pág. 333.)

O Tratado de Utrecht, na parte que se refere às relações entre Portugal e a França, assinado em 7 de Novembro de 1712, foi rapidamente ratificado. Já o mesmo se não pode dizer quanto às negociações de Portugal com a Espanha só muito mais tarde concluídas, vindo o Tratado a ser assinado em 6 de Fevereiro de 1715. E mesmo assim foi, sem dúvida, apressado, nessa altura, por pressão da França. Esta, mais uma vez, procurava aproveitar o receio que Portugal tinha de que as negociações se gorassem vindo a permanecer uma situação indecisa entre as duas potências peninsulares. Procurando reconstituir a sua influência internacional, a França usou de todo o seu poder de pressão junto da corte espanhola no sentido da assinatura do tratado. E, na corte de Lisboa, lembrava essas suas diligências e solicitava direito de mandar navios seus ao Brasil, o

que evidentemente lhe foi recusado. Por sua vez, a Espanha, que estava já a preparar, militarmente, o seu «regresso» à Itália não podia deixar de querer assegurar a estabilidade da sua fronteira com Portugal. Aceitou, assim, algumas das exigências portuguesas, aliás de limitada extensão. Pretendia evitar surpresas, quando viesse a envolver-se nessa guerra para a recuperação da sua influência italiana, como seja a hipótese, ainda que remota, de uma guerra com Portugal.

A situação geral do nosso país era, nesta altura, mais próspera. Disponha de meios de pagamento, especialmente o ouro; por sua vez, o açúcar brasileiro, o vinho e as frutas portuguesas tinham adquirido também maior valor económico. Ao mesmo tempo, as suas posições marítimas continuavam a constituir um capital estratégico de grande poder de negociação nas coligações e alianças e garantia de neutralidade, em constante mobilidade.

Nesta Europa, sem grandes potências decisivas, no mar ou em terra, já com jornais e a possibilidade de difusão de panfletos — evidenciando a tentativa de canalizar a opinião pública — Portugal encontrava-se distanciado, na sua situação e interesses, das áreas continentais onde as controvérsias de política externa facilmente se misturavam com debates artificiais, religiosos e de opinião que, na verdade, só muito remotamente podiam, entre nós, ter alguma projecção. Nestas condições, era preciso aproveitar a oportunidade para arrumar as relações internacionais pendentes e que podiam beneficiar desse distanciamento que, constantemente, se ia reduzindo. A partir desse facto, a política portuguesa acautelava-se quanto aos problemas propriamente continentais europeus, mas não hesitava em participar claramente e sem ambiguidades quando a luta dizia respeito aos oceanos, ou quando os problemas de prestígio constituíam verdadeiros «tests» à sua resistência e determinação. O distanciamento desenhava-se, pois, sobretudo como um cálculo cauteloso sobre as forças disponíveis. Era, como tal, verdadeiramente táctico: podia alterar-se, em qualquer momento. Mas, sendo assim, obrigava a mostrar que se não tratava de fraqueza ou de indiferença mas de escolha eficaz entre as questões que podiam interessar à segurança de Portugal, as que tinham relação com a segurança geral e as que não obrigavam à participação portuguesa. Isto é, as questões atlânticas e de prestígio internacional, ou de estatuto paritário

no campo das relações diplomáticas tinham de ser levadas à prática de modo a não parecerem, de modo algum, sintomas de fraqueza ou falta de determinação, na defesa dos interesses nacionais em face de outros. Por que ordem se apresentavam?

Os problemas atlânticos e peninsulares continuavam a ser, para Portugal, as questões prioritárias acerca das quais valia a pena correr riscos imediatos. Vinha, logo a seguir, a segurança do Mediterrâneo como ameaça potencial à costa portuguesa europeia. Numa terceira, também em forte posição estavam as relações com a Santa Sé e que envolviam o prestígio de Portugal em todas as cortes europeias e tinham de ser enfrentadas de modo a não permitirem quaisquer projecto ou insinuação de tutela. A orientação primordial para o primeiro objectivo era a Aliança inglesa. Para o segundo caso, estava a participação de Portugal na defesa do Mediterrâneo cristão que, na linguagem de hoje, vem a ser o mesmo que a segurança do flanco sul da Europa Ocidental. É nesse campo que se coloca a intervenção de Portugal, ao lado de Veneza e em resposta ao apelo da Santa Sé, na batalha de Matapan contra os turcos (7 de Novembro de 1717). No terceiro domínio encontra-se tanto a eliminação, em Portugal, de quaisquer privilégios extraterritoriais para os quais não houvesse reciprocidade, como a defesa da imunidade diplomática, como ainda o estabelecimento de relações com a Santa Sé, num modo que fosse garantida a paridade protocolar com as outras cortes acreditadas em Roma.

Durante a Guerra da Restauração (1640-1668), as exigências da luta contra os espanhóis tinham obrigado, como já atrás foi dito, a conceder grandes privilégios a estrangeiros. Tinha também permitido que certos privilégios importantes da coroa portuguesa, estabelecidos, antes de 1580, não fossem renovados, com a subida ao trono da dinastia nacional. E Portugal não tinha tido oportunidade nem recursos para os restabelecer, depois de assinada a paz com a Espanha, em 1668.

Passadas as dificuldades económicas do último quartel do século XVII, obtida, com as negociações para o ingresso na *Grande Aliança*, uma co-responsabilidade na Guerra da Sucessão de Espanha, Portugal adquiriu uma audiência internacional indiscutível mas que alguns aliados pretenderam tutelar, a seu modo. E assim, diversos ministros dos estados estrangeiros residentes em Lisboa, encabeçados pelo embaixador do Império Austríaco, pretenderam alargar ao «bairro» onde viviam o direito de extra-

territorialidade diplomática, obrigatoriamente estipulado quanto à residência, onde cada diplomata estivesse instalado. Desse modo, o «bairro», com as suas casas, e habitantes, ficaria dotado de direito de asilo e os agentes da Justiça portuguesa, no exercício das suas funções, não poderiam entrar nele, quando tal fosse necessário. Em suma, em diferentes tentativas, o embaixador austríaco, Bispo de Lubiana, quis tutelar toda a área onde residia, forçando até situações de conflito, quando pretendeu impedir que os agentes da justiça portuguesa exercessem as suas funções no bairro onde residia.

Na realidade, esses incidentes, ocorridos entre 1709 e 1710, não eram, obviamente, ocasionais. Faziam parte da tentativa de tutela por parte de algumas das potências (ou dos seus embaixadores) que defendiam o arquiduque Carlos como rei de Espanha e estavam em Lisboa como aliadas. A tentativa do embaixador austríaco tomou até a forma de um movimento generalizado de imposição. Foi, porém, energicamente recusado o alargamento da extraterritorialidade tal como eles a pretendiam estabelecer. O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Diogo de Mendonça Corte Real, deixou perceber claramente aos embaixadores aliados acreditados em Lisboa que, em caso algum, lhes seria concedida a extraterritorialidade, para além da residência. Acrescentou que se fosse preciso obteria um declaração feita nesse sentido por parte da governança dos próprios países de que eram embaixadores. Em vista disso, os incidentes tiveram de ser encerrados, pois as cortes respectivas não podiam apoiar as pretensões dos ministros residentes. O «privilegio de bairro» (ou seja a tentativa de restabelecimento em Portugal da extraterritorialidade) foi definitivamente eliminado.

A recuperação da paridade diplomática teve um desenvolvimento mais diversificado e complexo. Foram diversos os incidentes que acarretaram períodos tensos nas relações com as cortes estrangeiras mais importantes, segundo a imagem que do equilíbrio europeu se tinha em Portugal: a França e a Espanha. A procura da paridade diplomática por parte de Portugal entra em choque, como é natural, com a preocupação daqueles dois países em diminuir a capacidade diplomática portuguesa e a sua representatividade. E, reciprocamente, a governança portuguesa actuava no sentido de reforçar essa mesma presença diplomática de modo a manter ou a conquistar um tratamento paritário, na categoria diplomática, por parte das outras potências.

12 — *As conveniências do protocolo*

«... e se vos façam as mesmas honras que aos mais ministros de vosso carácter.»

(Instruções ao Marquês de Fontes, Embaixador extraordinário de D. João V junto da Santa Sé passadas em 29 de Agosto de 1711, in Eduardo Brazão, *Relações Externas de Portugal — reinado de D. João V*, 2.º vol., Porto, 1938, pág. 40.)

Importa concretizar o campo em que estas questões se desenvolviam pois não pertencem nem ao campo militar, nem ao económico, nem mesmo, directamente, ao político, visto que a soberania não parecia ser directamente impugnada. Os confrontos diplomáticos desta natureza manifestavam-se numa área hoje pouco controversa: o campo do protocolo, juntamente com as formas de referência aos estados e às posições hierárquicas, como indicativos de prestígio internacional. Portugal aplicava, como norma, o princípio da máxima dignidade atribuída às potências estrangeiras representadas em Lisboa, mas a recíproca nem sempre era verdadeira. Na verdade, as imagens que os países tinham de Portugal, assim como da força de que julgavam dispor para negociar, nem sempre eram exactas e não coincidiam entre si. O ponto de choque dessas diferentes imagens, numa linguagem diplomática comum, era o protocolo, forma de manifestação directa e pública e, se necessário, discreta ou indiscreta, das relações entre os estados e da sua capacidade para impor em paridade de tratamento. Por outras palavras, as questões de protocolo, com exibirem a imagem pública do respeito e apreço pelos Estados que envolviam, evidenciavam, desse modo, a paridade ou disparidade diplomática de que usufruíam.

Nos debates que decorrem destas exigências assim definidas para este domínio, não tem sentido querer dar improtância aos acontecimentos, como tais, ou tomar as ocorrências protocolares noticiadas com a causa real das situações. Expressam-na ou representam-na. Na mentalidade da época, indicavam publicamente o que se pretendia fosse insofismável (mas sem que daí resultasse imediatamente um conflito irremediável), uma situação de ressentimento, choque, desafio ou dependência. As questões de protocolo, como referência a fórmulas de prestígio, hegemonia ou dependência, desenvolviam-se ou manifestavam-se sempre em lugares de presença diplomática obrigatória. Era mesmo esse o papel que elas desempenhavam nas relações

entre as diferentes «cortes». Os meios de comunicação social não tinham capacidade para divulgar a evolução das relações entre os Estados, de um modo amplo, significativo e argumentado, mas precisavam que a opinião pública estivesse prevenida sobre a forma como decorriam as relações. E no século XVIII, numa sociedade hierárquica de forte projecção externa que antecipava o Iluminismo, o aparecimento em público das grandes personalidades era um facto cuidadosamente preparado, com hoje o são os espectáculos televisivos. Para subalternizar ou dignificar as figuras públicas divulgava-se a posição que ocupavam nos actos públicos, estipulava-se um significado expressamente exaltante ou acintoso às formas de tratamento, aos precedentes sobre quem se deve cumprimentar primeiro, sobre quem deve iniciar o acto público, indica-se a ordem em que está disposta a assistência, a forma de saudação e outros modos de relatar ou significar presença. Qualquer mudança do cerimonial público tinha sentido próprio, começava a ser noticiado e desse modo se divulgava e conhecia o alcance dessa alteração. É essa mesma a consequência do protocolo, para além da arrumação dos figurantes. Por aí se ordenam as primeiras fases dos acontecimentos diplomáticos desse tempo, e só tendo em conta esse critério ou modo de expressão eles se podem avaliar ou interpretar. O que importava nesses acontecimentos preparados era a disposição — cimeira ou subalterna —, que neles tinham os participantes. O protocolo não era a causa de coisa alguma mas o sinal indispensável para referir, por parte de um Estado, um serviço, ou mesmo, uma individualidade, a sua força, capacidade de autonomia, sujeição às exigências, forma de ajustamento e de resposta relativamente a «outro», qualquer que ele fosse. A França, com o seu protocolo ostensivo, punha constantemente à prova tanto as pequenas potências como as personalidades cortesãs, na necessidade de terem de exibir a sua capacidade pública de resistência, tutela, adesão, proximidade ou afastamento do Poder. A «desgraça» ou a «graça» de qualquer Estado, embaixador ou dignitário começava por se ver no protocolo. Este revelava pois a capacidade de uma entidade pública garantir posições de respeito público ou de as alterar. As quebras diminutivas do protocolo têm pois de ser interpretadas como tentativas de confronto e subalternização da potência a que dizem respeito. Numa primeira fase das relações internacionais, a opinião pública orientava-se através destas manifestações (ou antes, indícios) de fraqueza, força, prestígio ou falta dele. Os conflitos entre Estados não

têm, como é compreensível, origem nas questões de protocolo, como tais; exprimem-se nelas. Geram conflitos, pelo que representam como intenção por parte das potências que os desencadeiam.

Numa sociedade onde as regras de presença pública são rígidas, as questões diplomáticas têm de sujeitar-se ao peso desta condição. Hoje ela continua, decerto, a existir, mas não tem tido a virulência imediata que apresentava no século XVIII. Na realidade, depois da Revolução Francesa surgiram outras áreas de choque, apareceram outras prioridades nas relações internacionais e o domínio protocolar perdeu uma parte do significado público, uma vez que desapareceu também, em grande medida, o peso que tinha no quotidiano. No entanto, tanto a diplomacia da Revolução Francesa como a do Império aproveitaram as questões de protocolo como meio de imposição e exigência. E não quer mesmo dizer que o seu significado não possa renovar-se.

Nas relações diplomáticas portuguesas do século XVIII são numerosos os incidentes protocolares, o que não deve causar estranheza. Por eles se manifestam, nas relações internacionais portuguesas, as constantes solicitações e desafios a que Portugal estava sujeito, procurando levá-lo assim a tomar posição nos conflitos europeus. Em compensação, os seus governantes procuravam não se arriscar em compromissos excessivos, atitude que muitos diplomatas portugueses de longa permanência no estrangeiro nem sempre queriam perceber. Pelo mesmo modo, se combatia o esforço português para alcançar ou garantir a paridade diplomática, com as outras potências europeias. O esforço foi levado tão longe que, nos casos mais espetaculares, se chegaram a verificar, por essas «razões», cortes de relações diplomáticas: tudo servia para pôr à prova a disposição portuguesa de desafio, confronto ou subordinação, ou de efectiva neutralidade. A ordem das preferências, as regras das visitas, desde a categoria da recepção às características do incógnito, as precedências de entrada e de saída, o tempo de estada, o modo de acolhimento, a categoria dos introdutores e do receptor tudo se revelou com significado, de fácil interpretação pelo público. Assim, por exemplo, em 1724 o embaixador francês exigiu ser visitado pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros português, antes de ser apresentado na Corte. Como lhe tivesse sido recusada tal distinção, por falta de precedentes, o embaixador Livry retirou-se da corte de Lisboa e o rei de Portugal

mandou que o seu embaixador em Versailles fizesse o mesmo, de onde resultou um corte de relações diplomáticas que se prolongou por oito anos.

No entanto, os acontecimentos mais significativos a este respeito referem-se às relações de Portugal com a Santa Sé, com quem havia vários diferendos diplomáticos a resolver.

13 — *A conquista de paridade diplomática, na Santa Sé*

Para Portugal, a paridade diplomática, na Santa Sé, significava afinal a recuperação das antigas posições de que Portugal usufruía antes de ter perdido a independência, em 1580. E foi esse o objectivo essencial do Governo português, nas relações com a Santa Sé e expressamente indicado logo que se iniciou o reinado de D. João V. Ao contrário do que se tem dito nem se tratava de uma decisão ocasional, improvisada, exprimindo uma mera vaidade real, ou a expressão de uma especial atitude religiosa. É uma atitude diplomática. Já constava das instruções gerais remetidas a André de Melo e Castro, como enviado extraordinário do rei de Portugal junto do Papa e redigidas em 1707 ⁽¹⁾. A sua execução exigiu um esforço e uma determinação constantes e nela participaram um certo número de notáveis diplomatas e instituições como a Universidade de Coimbra, ao lado de notáveis prelados que souberam atender às duas faces das relações com a Santa Sé, como sejam, por um lado, a obediência canónica e, por outro, a garantia para Portugal da paridade de tratamento praticada com as restantes potências europeias. Embora, na verdade, isso fosse essencial para a imagem pública do nosso país, no século XVIII, não era uma tarefa fácil tendo sido, até, mal interpretada pelos vindouros. Com efeito a diplomacia de prestígio e a alteração, por meio de negociações, de uma posição hierárquica modesta, como era a da diplomacia portuguesa junto da Santa Sé, não podia realizar-se ou ser levada a cabo através dos meios usuais para outras potências, como sejam a força directa ou a imposição. Obrigava a uma grande perícia para dosear as solicitações, junto do Papado, de modo a apreender o momento internacinal mais favorável. Envolvia, ainda, o conhecimento correcto das influências utilizáveis e o modo como elas poderiam desenvolver-se e consolidar-se sem desdouro para ninguém, operação

⁽¹⁾ O debate sobre a sua autoria não tem sentido, uma vez que exprime uma «linha de força» de todo o reinado de D. João V.

tanto mais difícil quanto se debatia com uma potência de expressão, sobretudo espiritual (embora ainda existisse o poder temporal do Papa) a que Portugal estava muito especialmente ligado. Mas o certo é que, quando D. João V se esforçava por obter, na Santa Sé, uma posição diplomática equivalente à que esta praticava relativamente às outras potências, era sobretudo porque a posição que aí fosse conquistada ou reconquistada viria a reflectir-se, directa e imediatamente, nas relações diplomáticas europeias, cujos estados passariam a ter muito mais dificuldade na sua política de subalterнизação do estatuto internacional português. E isso era essencial.

A direcção da diplomacia joanina integrava-se nas condições do seu tempo e correspondeu de tal modo aos recursos portugueses e aos objectivos que estes podiam pretender que é difícil conceber uma alternativa diplomática, face à que se seguiu: Portugal tinha de entrar, na Santa Sé, pela paridade diplomática com as outras potências aí representadas, sempre que a oportunidade se lhe apresentasse. Tendo conseguido reunir meios para o fazer, não podia adiar a tarefa de equiparar à das outras potências a sua representação internacional que, depois da Guerra da Restauração, ainda não tinha alcançado. Para tanto, foi necessário um esforço considerável e uma persistência de dezenas de anos. A determinação de D. João V nesse sentido não era de natureza religiosa nem assentava na preocupação de imitar os reis dos grandes Estados. Era uma exigência diplomática irredutível.

O primeiro problema com a Santa Sé provinha do princípio do beneplácito régio. D. João V conseguiu restabelecê-lo, no que lhe importava, ou seja, quanto às habilitações dos núncios papais acreditados na corte portuguesa em actuarem directamente nas Ordens e nos Tribunais Eclesiásticos. O núncio Monsenhor Vicente Bicchi, designado em 1710, aceitou desistir desses atributos jurisdicionais, embora eles permanecessem mencionados nos breves de que era portador (carta de 21 de Agosto de 1710).

Contudo, já não pode dizer-se que Portugal tivesse tido o mesmo resultado quanto ao reconhecimento dos direitos exclusivos da coroa portuguesa, no Padroado do Oriente. Este último tinha recebido por parte da *Propaganda Fidei* alterações consideráveis que Portugal não conseguiu demover, tanto na Índia como na China ⁽²⁾. Em verdade que o extenso padroado

(2) Cf. Criação do vicariato apostólico do Decão, em 1637; criação do vicariato apostólico do Malabar, em 1657; ao longo do primeiro quartel do século XVIII, a intervenção do patriarca de Antioquia nas missões chinesas e nos «ritos sínicos».

do Oriente não podia continuar a ter o mesmo estatuto jurisdicional, na altura em que outras nações e a própria Santa Sé podiam ter contacto directo com as múltiplas missões lá estabelecidas. O facto virá a ter um peso muito especial nas relações com a Santa Sé no tempo do governo pombalino, mas com D. João V não assumiu gravidade de maior, embora o governo joanino não poupasse esforços no sentido político de manter as zonas de influência que o regime do Padroado lhe tinha consentido. Mas era flagrante que, no ponto de vista católico, Portugal não podia deixar de se sujeitar às novas condições materiais que resultavam do acesso directo da Santa Sé aos extensíssimos territórios do Padroado.

O esforço seguinte pela paridade diplomática diz respeito à categoria hierárquia atribuída pela Santa Sé ao bispo da diocese onde residia a corte portuguesa. Nas capitais europeias mais destacadas, o bispo daquela diocese tinha a dignidade cardinalícia, o que veio a ser concedido a Portugal com o breve de 7 de Dezembro de 1716. Pouco depois, em 1720, o cardeal-patriarca de Lisboa recebeu a concessão papal de poder sagrar os reis de Portugal.

Na mesma ordem de ideias e de disposições protocolares significativas da equiparação ao que a Santa Sé «praticava» com outros Estados, o rei D. João V empreendeu esforços no sentido que o núncio apostólico acreditado junto da corte de Lisboa recebesse, terminada a sua nunciatura, o chapéu cardinalício. Não foi fácil de conseguir tão característico privilégio que dava aos Estados a possibilidade de dispor na Cúria cardinalícia de uma espécie de auditor com conhecimento mais seguro dos problemas do Estado onde tinha sido núncio. Desse modo, D. João V empregou todos os meios legítimos no sentido de conseguir que o Papa atribuisse o chapéu cardinalício ao núncio em Lisboa, mas a pretensão era, naquela altura, difícil, em virtude das grandes reservas que o Papa fazia à qualidade e competência do Núncio então em Lisboa, Monsenhor Bicchi. Mas a concessão foi tomada, pela coroa portuguesa, como indispensável, uma vez que, como se viu atrás, a Europa entrava numa fase de coligação e nesses termos as precedências definidas pela Santa Sé e esta representação cardinalícia em Roma não deixariam de ter consequências práticas positivas nas relações internacionais. Consciente desse facto, o rei D. João V foi às últimas consequências no sentido de conseguir que o cardinalato ficasse ine-

rente à nunciatura em Lisboa. E embora não deixasse de considerar as dificuldades concretas da atribuição do chapéu cardinalício a Monsenhor Bicchi, dada a fama de pouca capacidade de que gozava, D. João V entendeu que a sua desistência nessas condições seria um desaire que o rei de Portugal não podia admitir. Em vista disso, a sua determinação chegou até ao corte de relações diplomáticas com a Santa Sé (1729) e à expulsão do núncio nomeado para suceder a Bicchi, em Lisboa. Ao cabo de algum tempo, porém, em 24 de Setembro de 1731, foi concedido o barrete cardinalício ao ex-núncio Bicchi, reatando-se, assim, as relações interrompidas.

Foi igualmente objecto de longas e tensas negociações a recuperação, por parte do Estado português, do direito de «apresentar» o nome dos membros do clero para peenchimento das dioceses vacantes. Até 1580 procedia-se segundo o sistema da apresentação ou escolha real sancionada pela Santa Sé, costume que foi integrado nos direitos da coroa espanhola que também usufruiu dele. Com a revolução de 1640, cujo reconhecimento mereceu da parte da Santa Sé um largo tempo de espera, a designação dos bispos portugueses passou a ser realizada mediante *súplica*. Mas, depois da paz com a Espanha, celebrada em 1668, a coroa portuguesa não conseguiu regressar logo ao antigo sistema e a nomeação de bispos portugueses continuou a fazer-se segundo o processo da «súplica» à Santa Sé, o que já não se praticava nas principais potências europeias que «apresentavam» os seus candidatos. A este respeito, a paridade com as outras cortes estrangeiras foi conseguida em 1740.

A actualização dos privilégios diplomáticos de Portugal na Santa Sé, equiparando-os ao nível dos Estados católicos do tempo, teve uma conclusão que a tornou definitiva. Assim, para lhe atribuir maior responsabilidade vinculativa no que se refere à nova situação diplomática, o Papa atribuiu ao rei de Portugal o título de *Fidelíssimo* (breve de 23 de Dezembro de 1748), com que se qualificava uma ligação permanente de Portugal para com a Santa Sé e se evocavam os motivos da criação do Padroado do Oriente.

Com a atribuição do título de *Fidelíssimo*, o Rei D. João V recebia, para a sua paridade diplomática, um estatuto inalterável, tal como sucedia com o rei de Espanha (Sua Magestade Católica) e da França (Sua Magestade Cristianíssima) e o Imperador da Áustria (Defensor da Fé).

A Santa Sé não poderia atribuir a qualquer Estado categoria protocolar superior ao Estado cujo rei tinha recebido o título de *Fidelíssimo*.

A Santa Sé não poderia atribuir a qualquer estado categoria protocolar superior ao Estado, cujo Rei tinha recebido o título de *Fidelíssimo*.

A paridade ficava pois definitivamente estabelecida para com a Santa Sé. Renovam-se, afinal, em novos termos e com diferente amplitude e significado as disposições já expressas na bula *Manifestis probatum*, de 1179. Que uso ia fazer dessa paridade o Estado português?

Jorge Borges de Macedo

Professor catedrático da Universidade de Lisboa
e da Universidade Católica Portuguesa

A CONDUÇÃO DE CRISES E O PODER MARÍTIMO

António Emílio Sacchetti

A CONDUÇÃO DE CRISES E O PODER MARÍTIMO

Vivemos num mundo onde o número de nações independentes rapidamente se multiplicou, as questões raciais e religiosas se vêm exacerbando, os problemas sociais e económicos são causa de profunda instabilidade e onde a intransigência na defesa de discutíveis interesses domina as decisões, mesmo as dos mais firmes aliados.

Sob o ponto de vista militar, para além do aparecimento da arma nuclear, assiste-se a um aumento generalizado do esforço militar e a uma constante proliferação de armamentos. O rápido desenvolvimento tecnológico, aplicado à indústria de armamentos, tem imposto profundas alterações da estratégia e da arte da guerra; tem, por outro lado, permitido a pequenos países a aquisição de uma capacidade militar desproporcionada ao valor dos restantes factores do poder nacional.

Por último, a degradação dos valores morais e políticos, a falta de autoridade e a impunidade das infrações, quer a nível nacional quer a nível internacional, tem dado lugar à propagação de uma noção de complacência perante o recurso à violência na resolução de conflitos. Só assim se pode compreender que tenham surgido vozes apelidando de surpreendente e exagerada a atitude do Reino Unido na crise das Falkland.

No entanto, os países europeus, nomeadamente os da Europa Ocidental, vêm vivendo um dos mais longos senão o mais longo período de paz da história. A consciência de que um conflito na Europa terá consequências imprevisíveis, mas sempre catastróficas, faz com que jamais se possa considerar a guerra como uma mera continuação da política por outros meios.

Como recentemente afirmou o Dr. Henry Kissinger, «esta nova capacidade de a Humanidade se auto-exterminar impõe uma nova maneira de pensar»; «quaisquer que sejam as conclusões que se deduzam da realidade corrente e as preocupações que elas sugerem, pelo menos por um período transitório, haverá armas nucleares que inibem as agressões na Europa» (1).

Este é um problema político, militar e moral extremamente complexo, que se afasta do tema a tratar. Apenas mais um comentário: reconhece-se que também tem havido um louvável respeito mútuo entre as nações europeias, pois salvo o conflito de Chipre, deve ser a primeira vez que a Europa Ocidental vive um período de 37 anos sem que se tenha verificado qualquer violação ou realinhamento de fronteiras.

Já o mesmo não sucede no resto do mundo. Às assimetrias de vária ordem atrás referidas, vem-se juntar o problema da escassez de recursos naturais, cada vez mais necessários para a satisfação das aspirações de desenvolvimento de um número sempre crescente de países, ou de regiões.

Se os países do Terceiro Mundo precisam do apoio dos países industrializados, nomeadamente em alimentos, produtos manufacturados, tecnologia e investimentos, os países industrializados têm necessidade de garantir o fornecimento de matérias-primas e de conquistar novos mercados.

Têm-se procurado soluções para os problemas que resultam destas relações económicas entre o Norte e o Sul, chegando a levantar-se dúvidas quanto à validade do modelo de sociedade de consumo dos países ditos desenvolvidos. Mas, enquanto se aguarda, com ansiedade, uma nova ordem económica internacional, vai continuando, um tanto anarquicamente, a exploração dos recursos da Terra, para satisfação das necessidades impostas pelos actuais padrões de crescimento.

Consequentemente, a eclosão de uma crise em qualquer parte do mundo, ainda que as suas causas possam ser essencialmente locais, acaba quase sempre por envolver tanto as potências que tentam aproveitar a ocasião para alargar a sua área de influência, como as que, vendo os seus interesses em perigo, os procuram defender.

Pondo de parte as razões que poderão dar lugar ao aparecimento de um crise, serão seguidamente tratados alguns aspectos relacionados com o emprego do poder militar na sua condução. Julga-se, no entanto, conveniente começar por esclarecer alguns conceitos.

Assim, por crise entende-se uma controvérsia entre dois governos ou grupos de governos, sobre um assunto considerado fundamental para a prossecução dos interesses nacionais de uma ou de ambas as partes.

Por outro lado, a escolha do termo «condução» da crise, em vez do tão generalizado termo «gestão», justifica-se porque, como se referiu, se pretende relacioná-lo com o emprego do poder militar. Nesse caso, considera-se o conceito «gestão» demasiado restrito na medida em que, embora

englobando um conjunto de acções continuadas de planeamento, organização, direcção, coordenação e controlo, ele não inclui uma vasta área de autoridade e de responsabilidade, que é inerente à acção do comando e, portanto, específica da condução das forças armadas.

Postas estas considerações, recorda-se que na condução de uma crise devem ser tidos em conta determinados aspectos importantes:

1. Compete ao poder político a responsabilidade pela condução da crise.
2. O objectivo da condução de crises é evitar a guerra e pressionar o regresso às condições normais. Para tanto, é indispensável manter as linhas de comunicação abertas, a fim de captar qualquer indício de concessão do outro lado. Esses contactos devem ser o mais privados possível e, normalmente, serem realizados através de um intermediário.
3. A história tem mostrado que não pode haver diplomacia efectiva sem a existência de qualquer forma de poder, quer seja militar, económico ou psicológico⁽²⁾. Esse poder deve fazer-se sentir mesmo durante as conversações, até à completa resolução da crise.
4. Se for usado o poder militar em apoio da diplomacia, é necessário um contacto permanente e rápido entre os políticos responsáveis pela condução da crise e o comando das forças envolvidas. Só assim se poderá impedir que a acção militar prejudique irreparavelmente o andamento sempre irregular das negociações políticas.
5. Se o objectivo é a paz e o retorno às condições normais, deverá sempre ser deixada, à parte contrária, uma possibilidade de saída honrosa. A humilhação leva à radicalização de posições. É portanto necessário que a força militar, se for utilizada, não crie situações irreversíveis.

Ora tem-se verificado que a Marinha, dadas as características das suas unidades, tais como prontidão operacional, mobilidade, flexibilidade, e ainda devido ao meio que utiliza e a determinados aspectos psicológicos e sociais, é o ramo das Forças Armadas que mais vantagens proporciona ao uso da força em apoio da política externa, quer em tempo de paz quer em períodos de crise, e quando a geografia permite optar, ou exige que se opte, pelo seu emprego.

O grau de prontidão operacional das unidades navais, mesmo quando se encontram nos portos, permite uma reacção imediata, em confirmação ou reforço da atitude política inicialmente assumida. E não coloca o poder político perante uma situação irreversível. Durante a crise das Falkland notou-se, a certa altura das negociações, uma tendência para ligeiras cedências de parte a parte. Porém, a ocupação militar terrestre do arquipélago e a impossibilidade de utilização do seu poder naval deixou o governo argentino sem qualquer capacidade de negociação, e negou-lhe a hipótese de, por seu lado, controlar a crise: era o desprestígio e queda, ou a guerra.

A mobilidade é outra característica importante do poder marítimo. Os navios são unidades que podem ser desviadas das suas missões e reagrupadas de acordo com as conveniências. Na crise das ilhas Quemoy, em 1958, o Presidente Eisenhower manifestou o seu apreço pela mobilidade da 7.^a Esquadra, o que permitiu a sua rápida interposição entre as baterias costeiras chinesas e as ilhas, resolvendo o conflito sem disparar um tiro. No caso das Falkland, o Reino Unido concentrou no Atlântico Sul navios que se encontravam nas Caraíbas, no Mediterrâneo, em Gibraltar, nas ilhas Britânicas, e outros ainda em comissão algures no Atlântico.

O emprego das unidades navais proporciona também uma grande flexibilidade. A graduação do poder é conseguida pelo número e natureza dos navios utilizados. Para o desenvolvimento de acções de presença ou de interposição poderá ser suficiente um navio ou uma pequena força, pois não se trata de vencer um conflito mas sim de mostrar claramente um empenhamento político. Uma força poderosa já poderá desempenhar um papel dissuasor ou denunciar uma vontade de escalar o conflito até às últimas consequências, se for necessário. Outro aspecto desta flexibilidade é a facilidade de graduação da velocidade. Sem que seja necessário alterar a atitude política inicialmente assumida, uma redução de velocidade proporciona o prolongamento da acção diplomática, enquanto que um aumento de velocidade pressiona o andamento das conversações. O último aspecto da flexibilidade do poder naval está relacionado com o tipo de navios, submarinos ou navios de superfície, que poderão ser utilizados conforme se julgue conveniente manter discreta ou evidenciar a presença naval.

Referiram-se também as vantagens proporcionadas pelo meio em que os navios se deslocam. Esse meio é o mar largo, internacionalmente reconhecido como mar livre. Não há violações de fronteiras nem de espaços aéreos. Um bloqueio naval ou uma acção de interposição exerce-se, a maior parte

das vezes, sem que haja necessidade de obter autorizações de terceiros estados. Frequentemente os países próximos da área da crise procuram manter a neutralidade, o que dificulta a utilização das bases, mesmo das situadas nos territórios de nações tradicionalmente amigas. Aliás, os pontos de apoio em território estrangeiro são sempre demasiado contingentes para que neles se possa fundamentar a projecção do poder militar. Portugal já o sentiu, quando necessitou de acorrer à Índia, e continuou a constatá-lo quando potências estrangeiras, com idênticas dificuldades, solicitaram a utilização do seu território como escala, para a projecção do poder militar. A necessidade de pontos de apoio para a projecção do poder militar à distância pode, em certas circunstâncias, ser fortemente minimizada pela autonomia das unidades navais.

Não resta dúvida de que, quando a crise tem lugar em áreas ribeirinhas, o poder naval goza de extraordinária independência e de baixa vulnerabilidade. E, para uma potência marítima, os porta-aviões ou os grandes navios auxiliares actuam como bases móveis. Nas Falkland, até alguns aviões da Royal Air Force acabaram por actuar a partir dos porta-aviões, alterando missões com os meios aero-navais.

Na projecção do poder sobre terra podem utilizar-se forças aerotransportadas. Porém, se o conflito tem certa envergadura, essas forças apenas poderão estabelecer uma testa de ponte, onde terão que aguardar, em condições muitas vezes precárias, o transporte marítimo do material pesado de que necessitam, para a progressão. Por isso mesmo, na maioria das crises que envolveram projecção do poder militar sobre terra, foi preferida a solução anfíbia, desembarcando unidades completas, com toda a sua capacidade operacional, ainda que se verificasse um atraso de uns dias em relação ao possível início das operações.

Por último, deverão ainda ser considerados certos aspectos psicológicos e sociais, relacionados com o emprego da força militar em períodos de tensão. O marinheiro ingressa na Marinha para navegar e isso implica frequentes ausências da Pátria. Normalmente agrada-lhe visitar terras distantes e contactar diferentes povos. As famílias reconhecem este facto e os governos não sentem grande dificuldade, ou mesmo necessidade, de justificar perante a Nação a saída para o mar de uns tantos navios de guerra. Quando os EUA acusavam já um certo desgaste por causa da guerra do Vietname, várias mulheres se reuniram para manifestar o seu desgosto e protesto pelo facto dos seus maridos e filhos morreram em terras cujos

nomes nada lhes diziam e nem sequer sabiam pronunciar. Mas as percentagens de familiares de marinheiros nessa manifestação eram mínimas, embora partilhassem o mesmo pesar.

Referiram-se até aqui alguns aspectos do âmbito da estratégia e da política que poderão privilegiar a utilização do poder marítimo, em tempo de paz ou na condução de crises. Mas, será que os factores do poder marítimo, nomeadamente os meios navais e aero-navais, mantêm o seu valor como unidades combatentes?

Sob o ponto de vista estratégico, a análise do conflito das Falkland confirma a maioria dos aspectos que foram referidos e quase nada de novo veio revelar. As principais lições que se podem extrair são do âmbito da táctica ou da técnica.

Muito se tem falado na vulnerabilidade do navio de superfície, face aos novos mísseis ar-superfície. Ao longo da história, a marinha já passou por fases igualmente graves.

Recorde-se apenas a evolução ocorrida no último século.

A revolução industrial veio proporcionar a construção de navios de ferro e a vapor, mas veio também permitir o desenvolvimento da artilharia de grandes calibres e alcances. Começou então o duelo artilharia-couçaça, o que, inevitavelmente, levou à construção de grandes navios fortemente artilhados.

Apareceu então a mina e o torpedo e logo se levantaram vozes, como as da «Jeune École» francesa, anunciando o fim dos navios de linha e propondo a construção de pequenas unidades menos vulneráveis. Mas, mesmo na França, acabaram por vencer os partidários das grandes esquadras, apoiadas essencialmente nos couraçados e cruzadores. A Inglaterra desenvolveu a sua construção naval com o objectivo de criar um esquadrão que, segundo conceito da «equivalência a duas potências», seria superior ao conjunto das esquadras francesa e russa. Na Alemanha, o Almirante Tirpitz, Ministro da Marinha, ele próprio do corpo de torpedeiros, iniciou em 1897 a construção de uma poderosa força naval, baseada também nos cruzadores de batalha. Defendeu uma estratégia que hoje se poderia designar de «dissuasão». Na Lei Naval de 1900 pode ler-se:

«A Alemanha tem de ter uma esquadra de batalha tão poderosa que, mesmo para o adversário com o maior poder marítimo, uma

guerra contra ela envolva tais perigos que ponha em risco a posição desse adversário no mundo».

Estas esquadras vieram a defrontar-se no mar da Jutlândia em 1916, na última grande batalha naval para conquista do domínio do mar, segundo os princípios defendidos por Mahan. Apesar da presença de 80 «destroyers» ingleses e de sete flotilhas de «destroyers» alemães, os torpedos não afundaram navios e a batalha também não foi decisiva.

Poucos anos depois aperfeiçoou-se o submarino e de novo foi considerada a vulnerabilidade dos navios de superfície. A acção dos submarinos na Segunda Grande Guerra foi notável, mas era impossível prescindir da utilização do mar, e rapidamente surgiram os meios técnicos e os procedimentos tácticos para enfrentar a ameaça.

Ainda na mesma guerra o aparecimento do avião constitui um novo marco na evolução da arte da guerra. Mais uma vez os navios de superfície não desapareceram nem perderam a importância. Pelo contrário, passaram a dispor de mais este sistema de armas, o que lhes aumentou grandemente o valor militar. Nasceu a componente aero-naval do poder marítimo, a maioria das unidades de superfície passaram a embarcar meios aéreos, e construíram-se os maiores navios de sempre: os porta-aviões.

Hoje em dia, o aparecimento do míssil é uma nova fase desta dialéctica arma/antiarma.

Como referiu o Almirante Philippe Ausseur, Major-General da Marinha da França, país que fabricou os «Exocet» nas suas duas versões, para emprego pela aviação e pela marinha:

«Reconhecer as qualidades destes engenhos, não quer dizer que eles se tenham tornado a arma absoluta.» Disse ainda que considera «vital a investigação no campo do míssil antimíssil, mas que a autodefesa dos navios pode depender de outros instrumentos bem mais simples»⁽³⁾.

Ainda é cedo para se começarem a ver os efeitos do conflito das Falkland sobre os planeamentos estratégicos das principais marinhas do Ocidente. No entanto parece que as primeiras reacções são nitidamente a favor do desenvolvimento do poder naval e aeronaval.

Segundo a definição adoptada na Marinha, a estratégia é a arte e a ciência que se ocupa da escolha, preparação e emprego dos factores do poder marítimo, em tempo de paz, tensão ou guerra, para a realização dos objectivos definidos pela política.

Os elementos fundamentais desta definição são os meios, o seu modo de emprego e os objectivos.

Foram referidos aspectos relacionados com a utilização do poder marítimo, indicou-se a natureza política dos objectivos e salientou-se a responsabilidade do poder político pela condução de crises. É um aspecto particular da subordinação das Forças Armadas ao poder político. Neste caso, o político exerce autoridade directa sobre o comando militar e tem a obrigação de compreender o efeito das suas decisões sobre as operações militares. Por outro lado, o comandante tem a grande responsabilidade de manter o moral e a eficiência em combate, nas condições adversas que possam resultar, tanto da acção militar como das decisões políticas.

Mas é ainda o poder político que aprova as bases do reapetrechamento das Forças Armadas e que concede os meios financeiros necessários para o concretizar.

O processo de aquisição de meios é muito demorado, nomeadamente no que se refere às unidades navais. Por outro lado, os recursos financeiros são sempre escassos, o que obriga a ponderar cuidadosamente as opções que se podem apresentar, e que devem ter sido elaboradas com base nos mais prováveis cenários estratégicos.

É necessário ter presente que os cortes orçamentais inviabilizam a aquisição de meios, reduzem a capacidade operacional do poder militar, eliminam as opções do seu emprego e reduzem a liberdade de acção política.

O Contra-Almirante Lepotier, referindo-se à crise de Cuba de 1962, comentou que, «em tais circunstâncias, os sacrifícios financeiros consentidos a título de Defesa Nacional, «pagam» bruscamente dividendos incalculáveis, e a rendibilidade discutida dos investimentos militares atinge, instantaneamente, uma taxa jamais prevista pelos economistas mais exigentes» (4).

Na história recente, muitos erros se praticaram por se ter admitido que a teoria militar não teria aplicação prática, ou que os casos em relação aos quais ela se poderia aplicar eram demasiado remotos, apenas interessando teóricos ou pessimistas.

Na análise de outro dos conflitos já referidos, e comentando a opção britânica pelas armas nucleares, em prejuízo das convencionais, pode ler-se:

«Simplesmente não havia recursos económicos disponíveis para criar um sistema de armas nucleares, mesmo pequeno e, simultaneamente, manter grandes forças convencionais com elevado nível operacional.

Não é necessário nem possível examinar todos os complicados argumentos e considerações que influenciaram a decisão final. A Grã-Bretanha escolheu criar um pequeno, mas necessariamente dispendioso, sistema nuclear. Aceitou a redução de outras forças, em grande parte devido ao seu conceito de prestígio e de dissuasão estratégico-militar» (3).

Frases com sentido semelhante têm sido proferidas ultimamente, após o conflito das Falkland. Porém, esta foi extraída de uma análise do Almirante Eccles sobre a crise do Suez, em 1956.

Ao longo destes vinte e seis anos a Grã-Bretanha manteve a sua opção nuclear, assumindo conscientemente as vantagens e os riscos que ela comporta. No entanto, o programa de redução de meios navais, que estava ainda em curso quando do conflito das Falkland, foi imediatamente suspenso.

A história não se repete, mas obriga a reflectir.

Nos tempos actuais, por exemplo, está a verificar-se uma profunda alteração da arte da guerra. Reconhece-se que, dada a variedade de sistemas de armas existentes e a sua sofisticação, é absolutamente indispensável uma acção conjunta de todos os ramos das Forças Armadas, salvo o caso de se tratar de qualquer conflito com características muito específicas, de fraca intensidade e de âmbito limitado. Do mesmo modo, é inconcebível qualquer acção naval de envergadura sem apoio aeronaval. Por outro lado, as actividades de comando, controlo, comunicações e informações são de importância vital e, para se atingir o nível de eficiência demonstrado recentemente pelas Forças Armadas do Reino Unido no Atlântico Sul, é indispensável uma perfeita compreensão mútua do valor, capacidades e limitações dos três ramos, um grande espírito e hábitos de cooperação, uma boa preparação profissional e uma intensa actividade de treino conjunto.

Mas tal não invalida a existência de missões específicas de cada ramo, nem impede que um dos ramos ofereça vantagens na execução de uma missão, ou proporcione um maior número de opções, na prossecução de um determinado objectivo.

Procurou-se precisamente recordar algumas das incontestáveis vantagens que a utilização do poder marítimo vem oferecendo, ao longo da história, muito especialmente em tempo de paz ou na condução de crises. A história

recente mostra ainda que, independentemente do aparecimento de novas armas, as unidades navais mantêm o seu valor, até porque também elas próprias se modernizam, tirando proveito do desenvolvimento tecnológico.

Para terminar, e tal como no início desta exposição, apenas mais alguns aspectos relacionados com o ambiente internacional actual.

Dos 168 países que hoje existem, 138 têm fronteira marítima ou, pelo menos, acesso ao mar. Há esperanças de se poder evitar uma guerra na Europa, mas já não se poderá ser tão optimista quanto à prevenção dos conflitos que poderão resultar do choque de tantos interesses nacionais, frequentemente inconciliáveis. Verifica-se também uma proliferação de marinhas, algumas delas com um poder que há bem poucos anos se consideraria ser impossível concentrar em tão reduzido número de pequenos navios. Por outro lado, as potências marítimas tradicionais continuam estreitamente ligadas a muitos países de independência recente e têm mostrado, ultimamente, uma maior preocupação quanto à necessidade de desenvolver o seu poder marítimo. No entanto, mais surpreendente ainda é o facto de, pela primeira vez na história, as duas superpotências serem também potências marítimas, e ambas pretendem desenvolver estratégias verdadeiramente globais apoiadas, quase exclusivamente, nas suas forças navais.

Estes factos constituem um reconhecimento claro das vantagens militares e políticas que o poder marítimo oferece, e permitem concluir que o seu emprego tende a generalizar-se. Mas esse emprego não deverá ter em vista apenas a condução de crises. As vantagens da utilização do poder marítimo aplicam-se também ao desenvolvimento de acções de presença e de interposição. E se a condução de crises tem como objectivo evitar a guerra, uma acção de presença ou de interposição, quando correctamente concebida e oportunamente executada, pode evitar a explosão de muitas crises.

António Emílio Sacchetti

Capitão-de-mar-e-guerra

Referências:

- (1) Henry A. Kissinger, «Strategy and the Atlantic Alliance», *Survival*, Setembro-Outubro de 1982, pág. 195.
- (2) Hoje, esta afirmação é já um «lugar-comum»; ver, por exemplo, Margret M. Bodront «A intervenção americana no Líbano em 1958», *Military Review*, Fevereiro de 1976, pág. 96 e Rober McClintock «The american landing in Lebanon», *Proceedings*, Outubro de 1962, pág. 79.
- (3) Amiral Philippe Ausseur, «La leçon des Malouines», *Express*, 9/15 de Julho de 1982, pág. 54.
- (4) Contra-Almirante Lepotier, «La leçon de Cuba», *Revue de Defense Nationale*, Janeiro de 1963, págs. 46 e 52.
- (5) Rear-Admiral H. E. Eccles, «Suez 1956 Some military lessons», *Naval War College Review*, Março de 1959, pág. 38.

**ALGUMAS REFLEXÕES
SOBRE CONCEITOS DE DEFESA**

Leonel Cardoso

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE CONCEITOS DE DEFESA (*)

Desde que o Mundo é Mundo que tudo o que tem vida está em permanente risco de ser utilizado para satisfação dos apetites doutrem. Não surpreende, portanto, que tenha surgido, naturalmente, a necessidade de defesa — de início como simples expressão do instinto de conservação.

No decorrer dos milénios, enquanto os animais conservavam em toda a sua pureza esta noção natural e instintiva de defesa — atacando e matando apenas quando têm fome ou se julgam ameaçados — o Homem foi evoluindo, foi-se agrupando, foi-se radicando, foi criando a noção de riqueza e, ao instinto de conservação, veio adicionar-se o sentimento de propriedade. A defesa deixou de ter por finalidade apenas a sobrevivência e passou a ter como objectivo, também, a salvaguarda dos bens, da família e do grupo.

Numa fase seguinte o Homem organizou-se em sociedades, com as suas regras próprias, com as suas culturas diferenciadas, como os seus valores morais específicos. Surgem as tribos, depois as cidades e mais tarde as nações. Surgem as civilizações. E, simultaneamente, crescem a ambição e a ganância e, com elas, exarceba-se a agressividade — sempre presente na natureza humana.

À medida que o Homem continuou a evoluir, mais frequentes e mais graves se foram tornando os conflitos que, envolvendo inicialmente lavradores e caçadores-guerreiros, passaram depois a ser resolvidos entre exércitos organizados. Com o aparecimento destes, especificamente destinados a fazer a guerra — a atacar e a defender — o Homem passou a dispor dum novo instrumento para mais eficazmente procurar impor a sua vontade a um adversário ou para tentar evitar que lhe fosse imposta a vontade daquele. E, já então, o facto de um dos adversários dispor de forças com um certo poder militar e decididas a lutar, era muitas vezes suficiente

(*) Exposição feita em 4 de Janeiro de 1983 ao Curso de Defesa Nacional de 1983, com o tema «Segurança e Defesa — Evolução dos Conceitos».

para dissuadir o outro de quaisquer intentos belicosos. Começava a ter-se consciência de que uma boa organização de defesa constitui a forma mais eficaz de evitar a guerra.

Estava-se na época do que é hoje designado «conceito restrito de defesa». Neste conceito a defesa nacional confundia-se com defesa ou poder militar e a guerra era responsabilidade exclusiva dos militares. Aos políticos apenas competia declará-la — quantas vezes pressionados pelos próprios militares! Note-se, porém, que nem por isso a coacção militar deixava de ser sempre acompanhada ou precedida de formas de coacção política, diplomática, económica e psicológica.

Em princípios do século XIX começou a ser posto em dúvida se a guerra seria na realidade um problema de características exclusivamente militares e Talleyrand chegou a afirmar que ela constituía assunto demasiado complexo para só a militares ser entregue. Durante quase século e meio estas dúvidas e estas palavras não encontraram qualquer eco e foi só no período que decorreu entre as duas primeiras Guerras Mundiais que os responsáveis políticos começaram a aperceber-se de que a defesa era bem mais do que a preparação militar para evitar ou fazer a guerra e de que, para além da decisão de declará-la, lhes cabiam enormes responsabilidades na preparação da nação para tais situações e na definição da estratégia a ser utilizada, ao mais alto nível, se a guerra acontecesse. Estas noções foram amplamente confirmadas pela Segunda Guerra Mundial que levou a morte e a destruição ao coração da maior parte dos países em luta, não fazendo qualquer distinção entre militares e civis ou entre bases e cidades. Ficou demonstrado claramente que os conflitos militares do nosso tempo envolvem a totalidade das populações, e não é difícil prever que num futuro conflito se estenderão a todo o Planeta. A estratégia de condução da guerra deixou de ter por objectivo a destruição do poder militar inimigo e passou a dirigir-se contra o seu poder económico com vista a destruir as suas facilidades de reabastecimento e reequipamento, retirando-lhe, dessa forma, a capacidade e a vontade de combater.

E, assim, o conceito de defesa modificou-se. A defesa deixou de ser uma responsabilidade militar e passou a constituir uma responsabilidade nacional — do Estado e dos cidadãos. Deixou de significar defesa militar e tornou-se defesa nacional. O elemento militar deixou de ser a sua componente quase exclusiva e passou a constituir uma das várias componentes

que, embora nem sempre a mais importante, é sempre importante e sempre necessária visto que, na «selva» das relações internacionais, tem sempre mais razão quem argumenta com armas na mão.

Mas desde o último conflito militar mundial foram enormes os progressos científicos e tecnológicos, e radicais as mudanças na insidiosa arte de esgrimir com os interesses nacionais. Do desenvolvimento científico e tecnológico, que se processou em movimento prodigiosamente acelerado, resultou o «equilíbrio do terror» que, até agora, tem imobilizado os dedos nos gatilhos. E nesta situação desenvolveram-se outras estratégias, outras modalidades de ameaça que não são, já e apenas, as que põem em risco as vidas e os bens dos indivíduos e das nações. São bem mais temíveis porque se dirigem, também e especialmente, contra os valores espirituais, o bem-estar, a unidade, a estabilidade, a forma de viver escolhida pelos povos — ou seja, contra a sua segurança no sentido mais lato.

Perante aquelas ameaças e os sofisticados instrumentos políticos, económicos, psicológicos e tecnológicos utilizados na sua concretização, a defesa passou a constituir um problema de extrema complexidade e, simultaneamente, uma necessidade vital para qualquer nação — mesmo pequena e de poucos recursos económicos.

Vai longe o tempo em que a guerra era a continuação da política por outros meios — como afirmou Clausewitz. Agora tudo se passa como disse Lenine, parafraseando aquela afirmação: «a guerra é a continuação das políticas de paz e a paz a continuação das políticas de guerra». É isso que se está a verificar no mundo actual, podendo dizer-se que a Terceira Guerra Mundial teve início ao terminar a Segunda e que todos os meios, excepto a intervenção militar directa, estão a ser utilizados pelas duas superpotências para procurarem impor uma à outra a sua vontade. Já não são mais a política e a diplomacia que conduzem as relações internacionais, mas o «bluff», tornado possível pelo receio da guerra, as estratégias indirectas e as guerras por procuração.

E é deste duelo de gigantes, sem tréguas nem contemplações, que estão dependentes os destinos do Mundo. É em torno daqueles dois pólos do poder que gravitam todos os satélites, alinhados e não alinhados. É aquela dialéctica de vontades — em que, embora se tenda às aparências, não se olha a meios, nem a amizades, nem a alianças, para se atingirem os fins — que torna mais premente a necessidade de defesa e mais complexa a sua política.

Não é pois de estranhar que o conceito de defesa se tenha vindo a alargar e a modificar ao longo dos tempos, à medida que o Homem foi encontrando mais justificações para dar largas à sua agressividade e descobrindo novas formas de fazê-lo. Assim, a defesa que, como vimos, era inicialmente uma necessidade para a sobrevivência, foi-se transformando num instrumento de garantia da segurança e parece agora voltar a ter como objectivo a sobrevivência. Por outro lado, a defesa que no princípio foi, em toda a sua pureza, apenas defesa, passou depois a ser guerra e é presentemente política. Política que, em virtude de estar sempre presente o medo de continuá-la por meios violentos, recorre agora a outras formas de coacção e de agressão menos sanguinárias, menos mortíferas, mas nem por isso menos demolidoras — as estratégias indirectas com as quais se vão ganhando batalhas desta guerra não declarada, sem disparar um único tiro — a não ser por interpostos exércitos!... Mas já Sun-Tzu dizia, há 25 séculos, que «subjugar o inimigo sem combater é o cúmulo da perícia»!

Alterados que foram todos os parâmetros do contexto planetário, naturalmente que — como disse — se ampliaram e modificaram os conceitos de defesa. Surgiu primeiramente o conceito alargado ou amplo e depois o conceito global ou integrado.

Para evitar mal entendidos resultantes da utilização frequente dos adjectivos amplo e global na linguagem corrente de defesa, sem se referirem especificamente aos conceitos, julgo preferível adoptar para eles apenas as designações de alargado e integrado. Sim, porque, afinal, ambos são amplos e ambos são globais.

O conceito alargado é analítico e considera que a par da defesa militar existe uma defesa económica, uma defesa psicológica, uma defesa civil, uma defesa cultural, etc., sendo a defesa nacional como que o somatório de todas estas parcelas, afectadas de coeficientes de valores variáveis com as conjunturas e, fundamentalmente, com as ameaças.

O conceito integrado é sintético e considera a defesa nacional como um sistema, isto é, um conjunto, no seio do qual o elemento defesa militar está em retroacção sobre si mesmo, e os outros elementos — que são a política, a economia, a segurança pública, a protecção civil e as mentalidades — estão eles próprios em interacção mútua.

Qualquer destes conceitos tem os seus defensores e detractores e ambos se revestem de grande complexidade na sua utilização prática, muito par-

ticularmente o integrado. Talvez seja por isso que nos países mais desenvolvidos este conceito tem maior aceitação — embora a França se mantenha fiel ao conceito alargado, desde 1959.

Mas, a despeito de continuarem a ser estes os conceitos de defesa de que se fala, raramente se verifica a sua aplicação de acordo com a pureza das definições. Assim, há quem utilize a expressão defesa nacional com o significado de defesa militar, sendo este elemento e todos os outros que são hoje parte indiscutível da defesa, incluídos na segurança nacional; há quem considere a segurança como a finalidade última da defesa; há ainda quem a considere apenas um dos objectivos da defesa; e há quem a refira como um meio para atingir outras finalidades. O conceito tornou-se extremamente maleável, tanto podendo traduzir a intenção de preservar a paz como a de preparar a guerra. Tanto pode representar uma atitude honesta como um ardiloso eufemismo. As suas múltiplas e variadas interpretações são, no entanto, sempre condicionadas, fundamentalmente, por ambições e receios, por capacidades e vulnerabilidades, por conveniências e factores subjectivos de avaliação da conjuntura e, ainda, pelas mentalidades. Na realidade verifica-se que, por exemplo, os anglo-saxões são adeptos de conceitos mais vagos, mais flexíveis, deixando várias portas abertas, enquanto os latinos se mostram mais inclinados para as definições claras, para o preto no branco.

Mas, na prática, são os auto-seleccionados interesses nacionais que tudo justificam — incluindo os conceitos — se convenientemente escudados no poder militar e económico. Lamentavelmente, os interesses nacionais são como as liberdades — deviam acabar onde começam os dos outros, mas não acabam; e é sobre eles que se moldam as políticas e os conceitos de defesa que melhor os justificam e satisfazem.

Talvez por tudo isto, o General Beaufre, no seu livro «Introdução à Estratégia», tenha afirmado que «a expressão defesa nacional não corresponde a nada e tem sobretudo o efeito de confundir as ideias». Prefere abordar o problema sob uma perspectiva estratégica, considerando que existem várias estratégias gerais — militar, política, económica e diplomática — e, no topo destas, a estratégia total, à qual cabe a concepção e condução da guerra total, declarada ou não. Tudo se resume, depois, a uma dialéctica de vontades, a uma confrontação de coacções.

Se analisarmos friamente os malabarismos retóricos realizados com os conceitos, poderemos concluir que não passa tudo dum jogo de palavras.

Segurança nacional, defesa nacional, estratégia total, estratégias gerais, defesa militar, defesa económica, etc., não são mais do que peças dum «puzzle» cuja solução se enquadra sempre num único padrão: valores nacionais que há que defender de ameaças ou agressões, e a forma mais eficaz de fazê-lo. Tão simples e tão complicado!

Mas vejamos alguns exemplos de conceitos adoptados em vários países:

Nos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e outros países ocidentais, o conceito assenta numa segurança nacional de grande amplitude na qual estão incluídas todas as componentes de defesa nacional consideradas pelos conceitos globais, excepto a componente defesa militar que aparece em posição destacada e com a designação de defesa nacional. Assim a defesa nacional (defesa militar) tem como finalidade a segurança nacional. Mas aparecem variações deste conceito, como seja na República Federal da Alemanha, onde, nas palavras de Helmut Schmidt, que constam no Livro Branco da Defesa, «A finalidade da nossa política de Segurança é manter a paz e liberdade. Os homens das Forças Armadas e os seus colegas civis garantem, através da capacidade de defesa, a política de paz seguida pela RFA».

Portanto nestes países existe uma política de segurança nacional e uma política de defesa nacional (que é militar), sendo nalguns a política de defesa nacional a garantir a segurança nacional e noutros a política de segurança nacional a garantir a paz e liberdade.

No Japão é adoptada uma outra variante curiosa do mesmo tipo de conceito. Diz o seu Livro Branco de Defesa: «A política de defesa do Japão assenta nos princípios básicos estabelecidos em 1957:

- Promoção da cooperação internacional e esforços para a paz;
- Estabelecimento duma estrutura para a segurança através da estabilidade interna;
- Desenvolvimento gradual duma capacidade de defesa;
- Manutenção dos acordos com os Estados Unidos sobre segurança.»

E acrescenta: «A manutenção da paz e segurança é para o Japão uma premissa fundamental para procurar a estabilidade e o desenvolvimento da vida política, económica e social. Em conformidade com a Constituição da Nação, a capacidade de defesa do Japão é limitada a fins exclusivamente

defensivos e a sua existência e actividade não se destinam a ameaçar a paz de qualquer outra nação.»

Como se vê, um conceito bastante pouco claro no que respeita aos meios e aos fins e que continua visivelmente condicionado pelas circunstâncias em que foi inicialmente estabelecido.

Mas regressando ao Ocidente — e agora a países latinos — verifica-se uma maior clareza, pelo menos no enunciado dos conceitos. Assim, para a França, «A defesa tem por objectivo assegurar em todos os momentos, em todas as circunstâncias e contra todas as formas de agressão, a segurança e a integridade do território bem com a vida da população». E se esta definição pudesse deixar quaisquer dúvidas, as palavras do Primeiro-Ministro, pronunciadas há pouco mais de dois meses na sessão de abertura do Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional, logo as desfariam. Afirmou ele: «Desejaria lembrar-lhes que a defesa não pode ser conduzida apenas sob o ponto de vista militar. Ela deve ser global como a ameaça.»

Para a Espanha «Defesa Nacional é a disposição, a integração e a acção coordenada de todas as energias e forças morais e materiais da Nação, ante qualquer forma de agressão».

E, finalmente, transpondo a fronteira, vejamos alguns conceitos de defesa que têm surgido entre nós nos últimos anos, começando pelo que é hoje oficial, isto é, o que consta no artigo 273.^a da Constituição da República e, evidentemente, na Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, embora acrescido de algumas palavras que em nada lhe alteram o sentido:

«A defesa nacional tem por objectivos garantir, no respeito das instituições democráticas, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas.»

Na Lei da Defesa Nacional constam exactamente as mesmas palavras precedidas por estas outras: «A defesa nacional é a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos no sentido de garantir...», etc., etc.

Em anteriores projectos da Lei da Defesa Nacional apareceram os conceitos de Loureiro dos Santos: «A defesa nacional abrange todas as medidas que de algum modo, sectorial e globalmente, concorrem para a segurança nacional, incluindo medidas culturais, socioeconómicas, de política interna e externa e militares», e de Firmino Miguel: «A defesa nacional tem por finalidade a segurança nacional que se traduz na preservação da estabilidade e da independência do Estado contra todas as formas

de ameaça e abrange todas as medidas socioeconómicas, de política interna, culturais, diplomáticas, de comunicação social e militares que sectorialmente concorrem para a segurança nacional.»

Em fins de 1981 veio a público o conceito do Grupo de Defesa do Gabinete de Estudos do Partido Socialista: «A defesa tem por finalidade a protecção exterior do País garantindo a integridade do território e a segurança de pessoas e bens contra todas as formas de agressão ou de ameaça externa.» E refere também o «carácter permanente da defesa, porque se exerce em qualquer tempo», e o seu «carácter global, porque não se refere apenas à sua componente militar».

Finalmente, o primeiro conceito que apareceu em Portugal depois do 25 de Abril — o deste Instituto:

«A defesa nacional é o conjunto de medidas tanto de carácter militar como político, económico, social e cultural que, adequadamente integradas e coordenadas e desenvolvidas global e sectorialmente, permitem reforçar as potencialidades da Nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todos os tipos de ameaças que, directa ou indirectamente, possam pôr em causa a segurança nacional.» Para tornar o conceito mais claro, foi também definido o de segurança nacional como «A condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em paz e liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda colectiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas».

Aproveito ter apresentado uma definição do conceito de segurança para explicar porque não me referi à sua evolução. Na verdade não pode dizer-se que o conceito de segurança tenha evoluído ao longo do tempo. A segurança é uma condição, ou um estado de espírito, que reflecte as tendências do momento histórico em que acontece, as mentalidades e as próprias posições das nações no xadrez mundial. É umas vezes referida como um dos grandes objectivos nacionais permanentes — a par com o Bem-estar e a Justiça Social — e outras vezes como um meio de garantir a Paz, a Liberdade, a Sobrevivência, ou outros valores nacionais.

Neste ponto da minha exposição julgo que será estimulante para o debate que vai seguir-se apontar alguns aspectos interessantes ou contro-

versos da teoria e da aplicação prática dos conceitos de defesa, que passo a referir:

1. Tanto nas discussões como nos textos dos numerosos escritos sobre defesa nacional, verifica-se uma tendência muito generalizada para evitar definições claras e concretas dos conceitos. Por outro lado, diferentes autores utilizam diferentes palavras para dizer o mesmo, ou as mesmas palavras para exprimir ideias diferentes. As eternas dificuldades de comunicação, aliadas à prudente fuga ao comprometimento!
2. Há quem receie que uma interpretação demasiado fiel dos conceitos alargado e integrado possa resultar em que a defesa, estando em toda a parte, acabe por diluir-se e não estar em parte alguma, ou em que o campo da política de defesa nacional se alargue tanto que acabe por confundir-se com a política nacional. E há quem tema o contrário — que, se os conceitos forem demasiadamente restringidos, a componente militar possa voltar a constituir o elemento dominante, em prejuízo das outras componentes que não podem ser minimizadas na sua importância. A resposta correcta deve, como sempre, estar num meio-termo sensato, adequado ao contexto de cada país e à conjuntura internacional em que se insere.
3. A velha questão da «manteiga» e do «canhão». É, evidentemente, um problema difícil, tanto sob o ponto de vista psicológico como económico e político. O cidadão comum, preocupado com os seus problemas pessoais, tem tendência para se deixar embalar pela crença de que a guerra é impossível ou, então, que é uma daquelas coisas desagradáveis que só acontecem aos outros. Por outro lado, as estratégias indirectas são venenos de efeito lento e insidioso pelo que, normalmente mal informado, o cidadão não se apercebe dos seus efeitos senão demasiado tarde. Se acrescentarmos a estes factores o natural desejo dos povos de verem satisfeitas as suas legítimas aspirações de bem-estar e justiça social, fácil é de entender que lhes desagrade ver os dinheiros do Estado desviados daqueles fins para o financiamento das sempre elevadas despesas com a defesa militar — que constitui sempre parte importante da defesa nacional. E aquele desagrado exerce um inevitável pressionamento

sobre o poder político, que não deixará de influenciar as suas decisões.

É com argamassa feita destes sentimentos — que sempre se avolumam durante os longos períodos de paz aparente — e da natural repulsa pela guerra, que se constroem os movimentos pacifistas que hoje proliferam em todo o mundo civilizado. Mas talvez não se apercebam os milhões de jovens que os integram que, por enquanto, ainda a melhor forma de evitar a guerra é estar preparado para ela, isto é, ter uma organização de defesa — incluindo defesa militar — que actue como dissuasor de quaisquer tentações agressivas do adversário. O pacifismo e o desarmamento são, e serão ainda por muito tempo, utopias que têm as suas raízes num poético desconhecimento das tristes realidades da conjuntura internacional. Mas, mesmo que fossem banidos do Planeta todos os meios militares de destruição, as confrontações e agressões prosseguiriam com armas psicológicas, económicas e ideológicas. Não se morreria mais por acção de armas convencionais, biológicas, químicas ou nucleares, morrer-se-ia menos de fome — mas talvez deixasse de valer a pena estar vivo.

E, para além de serem uma quimera no mundo actual, os movimentos pacifistas constituem grave ameaça ao «espírito de defesa», que é o elemento fundamental da defesa e ao qual me referirei adiante.

4. Como decerto repararam, nuns conceitos a defesa destina-se a enfrentar ameaças, noutros agressões, e, noutros ainda, ameaças ou agressões. Pessoalmente, penso que se uma nação não tiver a sua defesa organizada em face das ameaças, decerto não estará preparada para reagir quando estas se concretizarem em agressões.
5. Nos países, como Portugal, onde os militares, num passado recente, se intrometeram na política, existe da parte dos políticos um marcado receio de que voltem a procurar fazê-lo através da sua participação na política de defesa. Dizia, por exemplo, um texto de reflexão do Partido Socialista elaborado em 1981, que «Os projectos de Lei de Defesa Nacional até hoje divulgados estão aparentemente muito influenciados pela visão que certos sectores das Forças Armadas têm da Defesa Nacional, das instituições políticas e do seu próprio papel no futuro do País. As Forças Armadas, que

fizeram a Revolução do 25 de Abril e que têm tido, desde essa ocasião até agora, uma participação e uma influência, directa ou indirecta, mais ou menos forte, sobre a vida nacional, não querem, no fundo, aceitar a sua completa sujeição ao poder político, legitimamente constituído, pois receiam perder uma parte do peso que ainda detêm, sem terem, por outro lado, garantias sobre uma dimensão profissional mais sofisticada. Este problema, que não é normalmente afluído por nenhum sector militar, é o condicionante das propostas já citadas, onde todo o sector da Defesa Nacional fica sujeito a uma participação maioritária das Forças Armadas. Se juntarmos a este facto um conceito de defesa integrado, obtemos a forma disfarçada como as Forças Armadas poderiam vir a manter sobre as demais instituições um «droit de regard» e, de alguma maneira, uma capacidade real de influência na vida política.

Este receio, embora não seja de surpreender, pode contribuir para que se mantenha a inconveniente barreira que tem separado os militares e civis portugueses e pode ocasionar outros sérios inconvenientes visto que a definição duma política de defesa — pela sua própria natureza, e em Portugal como nos outros países — exige um diálogo permanente, nem sempre formal, desapaixonado e sensato, entre políticos e militares. Diálogo que será tanto mais fácil e produtivo quanto maior for a confiança e o conhecimento mútuo dos interlocutores e dos seus problemas, a sua flexibilidade de espírito e a consciência das suas responsabilidades para com a nação. Diálogo franco e honesto, desinibido, em que estará sempre presente que ao poder político cabe a responsabilidade das decisões e aos militares a apresentação e defesa dos seus pontos de vista estratégicos e técnico-profissionais.

Uma das principais tarefas deste Instituto — e objectivos destes cursos — é, justamente, contribuir para criar as condições para facilitar aquele diálogo, pelo alargamento dos horizontes culturais dos auditores a terrenos que normalmente se situam fora das suas áreas de interesse, pela melhoria da sua capacidade de debate e pela promoção da aproximação dos militares e civis.

6. Existe uma polémica curiosa entre os que pensam que a defesa deve ser dirigida contra todas as formas de ameaça ou agressão e os que creem que deve dirigir-se apenas contra as ameaças ou

agressões externas. É evidente o argumento dos primeiros: muitas ameaças internas são reflexos ou projecções de ameaças externas, sendo hoje em dia extremamente difícil distingui-las.

Mas, para além da argumentação, há aspectos que se afiguram pouco claros e até pouco lógicos, como seja o dos conceitos que apenas consideram as ameaças ou agressões externas e, no entanto, incluem nas finalidades da defesa a integridade do território. O que acontecerá se uma parcela do território quiser tornar-se independente? Por um lado trata-se dum problema de defesa porque está ameaçada a integridade do território, mas por outro lado a ameaça é interna e, como tal, não constitui um problema de defesa!

Um outro exemplo é o do terrorismo. Trata-se duma ameaça externa ou interna? Constitui ou não um problema de defesa? Voltando a citar o Primeiro-Ministro da França: «O terrorismo que se tem manifestado durante os últimos meses no território francês revelou ligações tão directas com a nossa política externa ou com os conflitos internacionais que não pode ser excluído da nossa política de defesa. O desafio do terrorismo é com efeito global.»

Julgo que o Primeiro-Ministro apenas pretendia sublinhar a sua afirmação, já citada, de que «a defesa deve ser global, como a ameaça» e não, utilizar uma habilidade política para tornar o terrorismo uma ameaça externa, visto que o conceito de defesa francês abrange «todas as formas de agressão», como vimos. A não ser que a observação tenha tido como objectivo classificar o terrorismo de agressão visto que o conceito francês só a agressões se refere.

Penso que a preocupação de limitar o âmbito da defesa às ameaças ou agressões externas tem como origem o receio a que me referi anteriormente bem como o de possibilitar identificações menos democráticas das ameaças internas.

Afigura-se haver certas áreas ainda mal esclarecidas neste importante problema dos conceitos mais amplos de defesa, nomeadamente no que respeita à forma como neles se insere e articula a componente militar. O facto desta componente fazer parte do todo «defesa nacional» não significa que tenha algo a ver com as outras

componentes, a não ser nos aspectos referentes à inter-relação e interacção que, necessariamente, tem que existir entre as várias partes dum conjunto que se pretende homogéneo e funcional. É evidente que as Forças Armadas não se destinam a enfrentar as ameaças ou agressões internas, a não ser que o poder político entenda utilizá-las em reforço das Forças de Segurança — o que constitui um problema delicado, por ser difícil definir até que ponto estão a actuar legitimamente e quando estão já a violentar a vontade da maioria. Mas não é correcto pensar que as Forças Armadas se destinam a enfrentar as ameaças externas e as Forças de Segurança as ameaças internas. A política e a organização da defesa destinam-se a enfrentar ameaças ou agressões de qualquer tipo — económicas, culturais, psicológicas, diplomáticas, ideológicas, militares, etc. — e como tal devem ser concebidas.

Não pode haver qualquer risco político em considerar que a defesa se dirige contra todos os tipos de ameaça ou agressão e não apenas contra as ameaças ou agressões externas, se estiver bem claro no espírito das pessoas responsáveis que a componente militar é o instrumento específico para enfrentar (ou dissuadir) ameaças e agressões militares externas e, mesmo essas, só de acordo com as decisões do poder político.

Há necessidade de pensar a defesa como defesa nacional, evitando a tendência para continuar a falar de defesa nacional a pensar em defesa militar. Alargar ou globalizar a defesa significa, justamente, estendê-la a todas as áreas onde as ameaças existam ou as agressões sejam possíveis — a defesa nacional, não a defesa militar.

De resto, julgo não ser ímpar esta forma de encarar o problema visto que, de todos os conceitos que foram apresentados e de muitos outros de países democráticos que não foram referidos, só o conceito oficial português define claramente que apenas as ameaças ou agressões externas dizem respeito à defesa nacional.

Muitos outros aspectos curiosos de conceitos de defesa poderiam ser referidos se tivéssemos tempo para nos debruçarmos sobre o que se passa, o que se diz e o que se escreve por esse mundo fora sobre este assunto particularmente interessante — desde o amadorismo e superficialidade com que são tratados por uns, à incons-

ciência com que figurinos estrangeiros (que não se adaptam ao contexto particular do seu país) são adoptados por outros, passando pela habilidosa introdução na defesa de factores que nada têm a ver com ela nem com o verdadeiro interesse nacional.

Mas julgo dispormos já de material suficiente para iniciarmos o nosso debate e, por isso, vou encerrar esta parte da minha exposição com uma citação que considero muito judiciosa. Disse o, então, Primeiro-Ministro da República da Irlanda, falando sobre Princípios da Política de Defesa Nacional, há pouco mais de um ano: «Ao pensar a política de defesa não devemos deixar-nos dominar por emoções ou ideologias mas antes, calma e realisticamente, considerar todos os seus aspectos sob o ponto de vista dos nossos interesses nacionais.»

Deixei propositadamente para fecho da minha exposição a referência ao aspecto fundamental da defesa: o querer defender, o espírito de defesa, o sentimento de que há alguma coisa que vale a pena defender e a vontade de defendê-la. Espírito de defesa que — como disse o Professor Rocha Trindade — «emana de uma consciência nacional que constitui o integral e a envolvente das consciências cívicas dos cidadãos». Com efeito, de nada servirá que sejam espessas e sólidas as muralhas da «cidade», que estejam fortemente armados os seus defensores e atestados os seus celeiros, se os cidadãos não estiverem conscientemente decididos a defendê-la. Como escreveu o Dr. Magalhães Mota, «a defesa é, acima de tudo e antes de tudo, manifestação da vontade nacional».

Mas o espírito de defesa — tal como a identidade nacional que o fomenta — não se desenvolve em qualquer terreno. Precisa duma nação sã, onde a educação cívica dos cidadãos tenha feito criar neles o orgulho de pertencer e o desejo de participar.

Leonel Cardoso

Vice-almirante

**A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ESTRATÉGICA MUNDIAL
E A VALIDADE DAS TEORIAS GEOESTRATÉGICAS**

Virgílio de Carvalho

A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ESTRATÉGICA MUNDIAL E A VALIDADE DAS TEORIAS GEOESTRATÉGICAS (*)

AS PRINCIPAIS TEORIAS GEOESTRATÉGICAS

O interesse que as teorias geoestratégicas mais conhecidas poderão ter decorre principalmente de continuarem, ou não, a influenciar o comportamento das mais importantes potências.

Como é sabido, a durabilidade dessas teorias resulta da circunstância de serem fruto de análise profunda da História e de reflexões sobre a influência que a Geografia — o factor mais estável do potencial estratégico de regiões e países — tem tido nela.

Segundo o almirante Mahan (1840-1914), a chave do poder mundial encontra-se no Hemisfério Norte (60 % das terras emersas e 90 % da população mundial), e a região «pivot» situa-se na massa euro-asiática, a que chamou de «Heartland». Este geoestrategista norte-americano, que estudou profundamente as campanhas de Néelson contra Napoleão, defendia que a Potência Marítima, para manter a hegemonia mundial, teria de proceder a uma política de contenção periférica da Potência Continental nos seus limites geográficos, explorando as vantagens das comunicações marítimas sobre as terrestres, para o que teria de dispor do domínio do mar. Estima-se que as conclusões de Mahan tivessem sido influenciadas pelas dificuldades logísticas denunciadas por Napoleão para neutralizar a pontuada de Wellington em Portugal, e pelas da Rússia para dar combate ao Japão, de que resultou a desastrosa derrota na batalha naval de Tushima em 1904, em que o episódio do reabastecimento da esquadra russa na baía dos Tigres constitui um exemplo do calvário do seu longo trânsito entre o mar Báltico e o oceano Pacífico. Curiosamente, Mahan considerava que o Império Russo tenderia a expandir-se para o oceano

(*) Conferência proferida ao Curso de Defesa Nacional, no I.D.N., em 22 de Dezembro de 1982, subordinada ao tema «As Grandes Teorias Geoestratégicas e a Situação Estratégica Mundial».

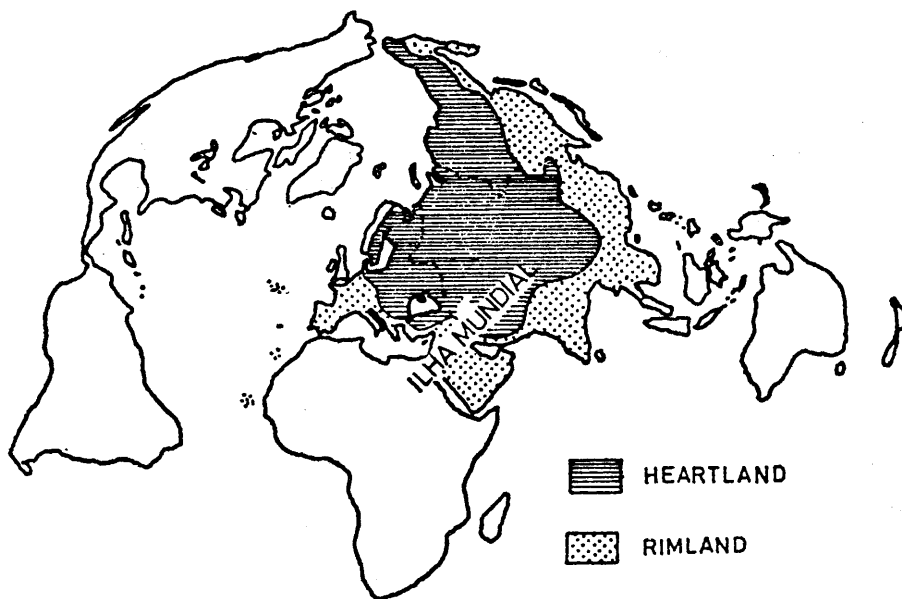
Índico via Afeganistão e Pérsia, e para o Pacífico através da Manchúria. Mahan previu que as potências marítimas, com base no Poder Naval, poderiam conter perifericamente essa expansão, mas excluiu um ataque directo e frontal à Potência Continental, que considerava inexpugnável.

Quanto ao domínio do mar, Mahan entendia que ele seria conseguido através da derrota decisiva do adversário por uma esquadra superior concentrada no local e no momento apropriados. No seu tempo, Mahan não podia prever a importância da aviação e, principalmente, dos mísseis balísticos, que «abalaram» um tanto a inexpugnabilidade da Potência Continental.

O almirante francês Castex (posterior a Mahan) expôs a curiosa tese do «perturbador continental» que, periodicamente, tenta o domínio mundial, e que teria de ser contido pela Potência Marítima. Em 1935, Castex previa que os próximos «perturbadores continentais» seriam a Alemanha e a Rússia.

Segundo o geógrafo inglês MacKinder (1861-1947), se a nação hegemónica do «Heartland» (correspondendo este aproximadamente à parte central do continente Euro-Asiático, inacessível às esquadras), que poderia ser a China, a Alemanha, ou a Rússia, desenvolvesse o seu poder terrestre, e se tornasse também ela numa potência marítima, então poderia vir a assenhorear-se da Ilha Mundial (compreendendo os continentes Euro-Asiático e Africano) e a dominar o resto do Globo. Sendo MacKinder um inglês, será de presumir que tenha tido como preocupação actuar como «advogado do diabo», lançando o alarme para um previsível fim da supremacia da Potência Marítima, no caso de a Potência Continental rasgar o continente Euro-Asiático com estradas, caminhos de ferro, aviões e explorações de recursos naturais, aumentando o Potencial Económico e Militar do «Heartland». É conhecida a sentença de MacKinder: «quem dominar a Europa do Leste domina o «Heartland», quem dominar o «Heartland» domina a Ilha Mundial, e quem dominar a Ilha Mundial domina o Mundo». No entanto, já em 1943 MacKinder reviu as suas teses, e passou então a sustentar que, se as potências marítimas ocidentais conseguissem fazer do Atlântico Norte (a que chamou de «Midland Ocean») um forte elo de ligação, seria ainda assim possível conter a potência continental hegemónica do «Heartland». Queria MacKinder cer-

tamente dizer que uma solidariedade atlântica, que integrasse os potenciais estratégicos da Europa Ocidental e do continente Norte-Americano, seria a resposta adequada ao inevitável desenvolvimento do potencial estratégico do «Heartland». Era afinal a preconização da Aliança Atlântica, baseada numa interligação que havia funcionado também no tempo de Nelson, quando a França de Napoleão não conseguiu interromper o intenso tráfego marítimo então já existente entre a América e a Inglaterra.



O professor de Relações Internacionais norte-americano Spykman (1843-1943) rejeitou a tese do confronto inevitável entre o Poder Naval e o Poder Terrestre, e expressou uma nova tese que ficou conhecida pela sentença de que «quem dominar o 'Rimland' domina a Eurásia, e quem dominar a Eurásia controla os destinos do Mundo». Spykman, considerou assim como área de decisão da disputa da hegemonia mundial a periferia do «Heartland», a que chamou de «Rimland», o qual abrangeria aproximadamente a Europa Ocidental e Meridional, o Médio Oriente, o Sudoeste Asiático (incluindo a Península Arábica e os países ribeirinhos do golfo Pérsico), o subcontinente Indiano, o Sueste Asiático, a China Oriental e

a Sibéria Oriental. Para ele, a potência que conseguisse a hegemonia no «Heartland» teria de estender primeiro o seu controlo ao «Rimland» para conseguir depois o domínio mundial.

Para o capitão inglês Lidell Hart, a Potência Marítima aproveita as vantagens da segurança que lhe confere a sua condição insular, procurando a supremacia nos mares e fomentando a divisão dos seus adversários em terra; a Potência Continental poderia procurar neutralizar as vantagens e a estratégia da posição insular da Potência Marítima através do reforço da coesão interna e do desenvolvimento do Poder Marítimo para lhe disputar ou para lhe negar o uso do mar.

Das teorias do Poder Aéreo, duas apresentam interesse no contexto da análise da validade das grandes teorias geoestratégicas. São elas a Escola Moderada, ou «Air First», e a Escola Extremista, ou «All Air». A «Air First», apesar de continuar a considerar os meios aéreos ligados ao apoio aos meios terrestres e navais, reconhece no entanto a sua capacidade para obter uma decisão por actuação autónoma. A «All Air» sustenta que a decisão reside no emprego do Poder Aéreo, dispensando assim, praticamente, os poderes Terrestre e Naval.

A Escola Moderada, de que são pensadores influentes o marechal do ar britânico Slessor e o general norte-americano Mitchel, entende que, no confronto entre a Potência Marítima e a Potência Continental, a importância do «Heartland» se atenua com o aparecimento do Poder Aéreo, porque este o torna mais vulnerável a ataque. Slessor defende uma teoria de equilíbrio «Heartland»-«Rimland», recusa a guerra total, e considera possíveis guerras limitadas no Médio Oriente e no Sueste Asiático, em que os meios aéreos apoiem acções de projecção de força contra terra a partir do mar. Mitchel advogou em 1921 a introdução do Poder Aéreo na batalha naval para a disputa do domínio do mar, o que acabou por Goering e a criação da RAF, por absorção das aviações Naval e -aviões. A própria criação da Força Aérea portuguesa parece ter-se inspirado nesta teoria, a ajuizar pelo Decreto-Lei n.º 2055, de 27 de Maio de 1952, segundo o qual a «Aeronáutica Militar» disporia de meios para operações autónomas e de outros para pôr à disposição do Exército e da Marinha para emprego dos respectivos comandos. A Escola Moderada

acrescenta, por assim dizer, a dimensão aérea às teorias geoestratégicas de Mahan, MacKinder e Spykman.

Quanto à Escola Extremista, o italiano Douhet previa o fim das guerras periféricas pelo facto de todos os países serem vulneráveis em toda a sua extensão aos meios aéreos, sendo o domínio do ar a condição necessária para vencer o inimigo. O grande desenvolvimento da Força Aérea por Goering e a criação da RAF, por absorção das aviações Naval e Terrestre britânicas, inspiraram-se nas teses de Douhet. A batalha aérea de Inglaterra, que este país e a Alemanha travaram no início da Segunda Guerra Mundial pelo domínio do ar, inspirou-se certamente nas mesmas teses, tendo correspondido, por assim dizer, à batalha naval da Jutlândia no início da Primeira Guerra Mundial, pelo domínio do mar. Só que o sucesso da RAF se ficou a dever ao domínio do mar (sem o qual não teria sido possível à Inglaterra obter combustível para os seus aviões), e que a própria decisão da guerra na Europa, obtida em terra, para a qual muito contribuíram efectivamente os bombardeamentos aéreos, não teria no entanto sido possível sem o prévio sucesso aliado na batalha do Atlântico, o qual tornou possível os desembarques no Norte de África, na Sicília e na Normandia. Mesmo na batalha naval decisiva de Midway, no Pacífico, os aviões embarcados actuaram como autênticas armas navais no combate entre os novos navios capitais — os porta-aviões — para a disputa do domínio do mar e para a projecção de força contra terra a partir do mar. O norte-americano Sversky entendeu por seu turno, em 1950, que a posição dos EUA, quanto ao Poder Aéreo, é similar à da Inglaterra no passado, quanto ao Poder Naval. Segundo ele, as batalhas navais e terrestres, sorvedouros de recursos e de vidas, deviam ser evitadas, e as bases avançadas seriam desnecessárias na era dos voos intercontinentais. Tratar-se-ia, por assim dizer, de proposta para uma espécie de «isolacionismo aéreo» (sem bases avançadas e sem alianças) tirando partido da posição insular do continente Norte-Americano, como base de ataque aéreo para obter a decisão, uma tese apenas válida em caso de aceitação da guerra nuclear.

O bombardeamento atómico do Japão no final da Segunda Guerra Mundial, e o termo imediato da resistência armada deste país, evidenciaram a concretização, pela primeira vez na História, da chamada arma absoluta, ou decisiva. Assim, não admira que a aplicação de ogivas nuclea-

res aos mísseis da chamada «Triade» (silos terrestres, aviões e submarinos) se apresentasse como um «perturbador» das grandes teorias geoestratégicas. Simplesmente, o próprio carácter absoluto do novo meio de destruição, cujo emprego será capaz de não deixar vencidos nem vencedores, levou à imediata criação da dissuasão nuclear e, ultimamente, também moral, deixando às grandes potências o recurso à estratégia indirecta, em que aquelas teorias continuam a ter inteira validade e aplicação.

A validade e a persistência das grandes teorias geoestratégicas podem reconhecer-se nos seguintes acontecimentos e factos:

- A disputa da hegemonia no «Heartland» entre os «perturbadores continentais» URSS e Alemanha, concretizada pela preocupação russa em manter os alemães divididos pela «cortina de ferro», e entre a URSS e a China, bem patente no difícil relacionamento entre ambas desde que o cisma verificado nos anos 60 pôs termo à pretensão soviética de inserir Pequim no mundo comunista liderado por Moscovo; esta disputa entre russos e chineses reconhece-se ainda na estratégia de cerco soviético à China pelo sul, através do intervencionismo militar do Vietname, e na classificação da União Soviética como inimigo principal da China pronunciada nos X e XI Congressos do Partido Comunista Chinês;
- A apressada progressão militar soviética para Oeste no final da Segunda Guerra Mundial, e a posterior satelitização da Europa Oriental, com todos os acontecimentos conhecidos que, desde aí, se têm verificado na Hungria, Checoslováquia e Polónia;
- A preocupação dos dirigentes soviéticos com a invulnerabilidade do seu território a ataques externos, evidenciada por: criação e manutenção de estados-tampões na Europa e no Sudoeste Asiático (possivelmente foi também este um dos objectivos da intervenção no Afeganistão); forte presença militar na fronteira com a China; desenvolvimento da defesa da fronteira marítima (através de artilharia e missilaria de costa, aviação naval, submarinos e navios ligeiros lança-mísseis antinavio); e na criação de meios oceânicos para ataque a submarinos nucleares lança-mísseis balísticos adversários e para protecção dos próprios;

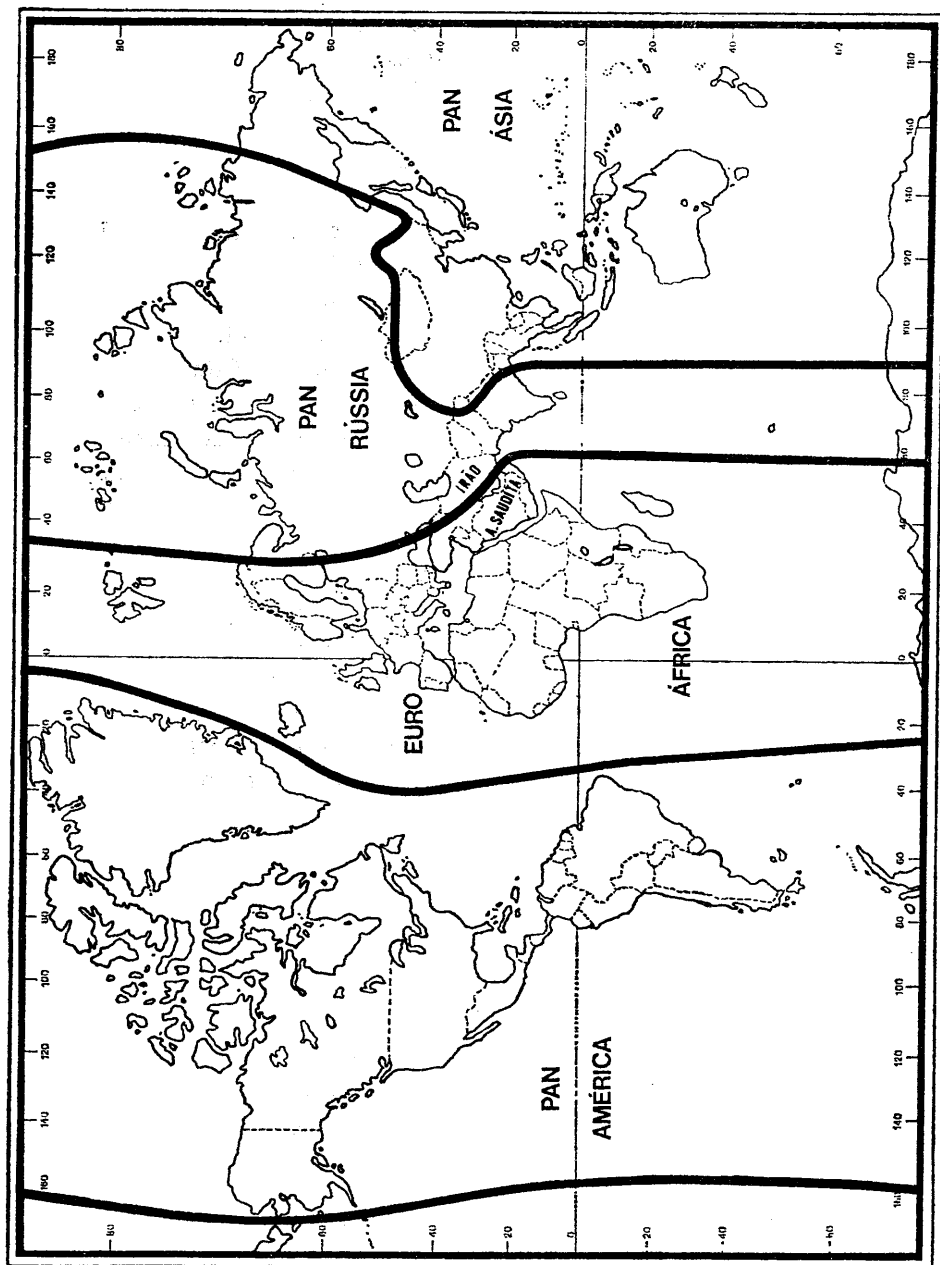
- A ocupação de surpresa da Manchúria pela URSS, no final da Segunda Guerra Mundial, já com o Japão abatido pelos bombardeamentos atômicos norte-americanos;
- A intervenção militar da URSS no Afeganistão, colocando o seu Poder Militar apenas a 500 km do estreito de Ormuz e dos «mares quentes» sonhados pela imperatriz Catarina II;
- A estratégia de sistemático desmoronamento da influência ocidental no «Rimland» (do Sudoeste ao Sueste Asiático) e também noutras regiões de que o Ocidente depende para a sobrevivência da sua economia, através de apoio a lutas de libertação, de estratégia ideológica e de «diplomacia militar»;
- Aproveitamento da instabilidade do Médio Oriente e da crise petrolífera mundial pela URSS para se apresentar perante a Europa Ocidental como fornecedor mais seguro de hidrocarbonetos, procurando obter em troca meios financeiros e tecnológicos que lhe permitam ir desbravando e desenvolvendo a Sibéria por meio de implantação de vias férreas que permitam fáceis ligações à costa do Pacífico, e também por exploração dos seus recursos naturais;
- A preocupação dos EUA na contenção da expansão da União Soviética, visível através de: criação de alianças como a Atlântica, e ainda as já desaparecidas CENTO e SEATO, respectivamente para o Sudoeste e Sueste asiáticos; redução da influência soviética no Médio Oriente e na zona do canal de Suez, pelo apoio a Israel e pela promoção de um clima de paz a alcançar pelo progressivo cumprimento do Acordo de Camp-David; «iniciativas de libertação» do Zimbábue e da Namíbia; instalação de uma base aeronaval na ilha de Diego Garcia, no Índico Central; criação da Força de Intervenção Rápida e garantia dos respectivos trampolins intercontinentais e apoios avançados no Médio Oriente; e tentativa de obstrução à construção do gasoduto siberiano para a Europa;
- O reconhecimento pela URSS da importância vital da solidariedade atlântica para a sobrevivência do Ocidente, e as tentativas para o seu enfraquecimento através de iniciativas como: a instalação de mísseis de teatro «SS-20» apontados à Europa Ocidental; o gasoduto siberiano; a já referida intervenção militar no Afeganistão; o apoio a Cuba e, conseqüentemente, ao fomento de instabilidade nas Antilhas e América Central; o apoio à Argentina no caso das Malvinas;

o possível envolvimento indirecto da Europa pelo Norte de África, através da Frente Polisário.

EVOLUÇÃO POSSÍVEL DA SITUAÇÃO ESTRATÉGICA MUNDIAL

A viabilidade de acesso a recursos económicos naturais existentes no Globo parece de momento poder ser o factor mais influente na evolução da situação estratégica mundial. Para além da sua importância fundamental no Contexto do Conflito Leste-Oeste, nome que hoje se dá à histórica disputa entre a Potência Marítima e a Potência Continental para o domínio mundial, a questão dos recursos naturais está na origem doutro Conflito, o Norte-Sul, entre o Mundo em Desenvolvimento dos fornecedores de combustíveis e matérias-primas e o Mundo Desenvolvido dos seus utilizadores. Mas nem sequer este Conflito passou despercebido aos pensadores geoestratégicos, designadamente aos da Escola de Munique (como Karl Haushofer, que se inspirou por sua vez nas teses do sueco Rudolph Kjeller), a qual ficou um tanto desacreditada pelo desvirtuamento que os nazis imprimiram às suas teorias do espaço vital. Como se sabe, aquela Escola dividia o Mundo em sectores Norte-Sul, ou «Pan-Regiões», em que a complementaridade produtor-utilizador é patente. Curiosamente, a linha de separação entre as «Pan-Regiões» Rússia e Euro-África passa pelo golfo Pérsico, deixando do lado de cá a Arábia Saudita, cuja preservação no campo ocidental constitui hoje, realmente, uma das grandes preocupações dos EUA, dadas as suas enormes reservas em hidrocarbonetos.

Na chamada «guerra dos recursos» aparecem como os mais prováveis fulcros de atenções das maiores potências as regiões produtoras de hidrocarbonetos (Sudoeste Asiático, África Ocidental, América Central e Sibéria), as produtoras de minerais estratégicos (África Austral, Sibéria, Antárctida e os oceanos) e as produtoras de recursos alimentares, principalmente de cereais (EUA, Canadá, Argentina, CEE e Sudão). Por outro lado, a simples posse de recursos naturais (energéticos, minerais ou alimentares), ou de situação geográfica que facilite o acesso às fontes produtoras, confere a determinadas regiões, ou mesmo a certos países, por vezes pequenos, aquilo que o prof. Adriano Moreira tem designado por Poder Funcional. Este, devidamente brandido, parece susceptível de poder conferir aos seus detentores uma capacidade de manobra externa desproporcionada relativamente aos restantes factores do seu Poder Nacional,



e de assim poder provocar inflexões inesperadas na situação mundial. Os casos de Israel, dos choques petrolíferos, e do vexame sofrido pelos EUA em Teerão, constituem exemplos elucidativos do Poder Funcional de algumas regiões e de potências menores. Coube a Afonso de Albuquerque, no tempo em que o petróleo eram as especiarias, a honra de ter reconhecido e utilizado em primeiro lugar o Poder Funcional geoestratégico de certas posições, e não aos ingleses, que reclamam muitas vezes para si tal clarividência, quando o que é verdade é que se limitaram a copiar o genial estrategista português. Efectivamente, a progressão das explorações e da influência portuguesa no Mundo assentou no controlo dos hoje chamados «Choke Points», como o estreito de Gibraltar (ocupação de Ceuta), cabo da Boa Esperança, estreito de Ormuz, estreito de Malaca, etc.) e no domínio do mar. Com o actual recrudescimento da «guerra dos recursos», a importância dos «Choke Points», e também a dos trampolins transcontinentais de acesso, têm tendência a aumentar. Será provavelmente por isso mesmo que os EUA, no seu papel de Potência Marítima, correm riscos de credibilidade por causa da República da África do Sul, da questão das Falkland, de Gibraltar, de Marrocos, de Israel, etc. Por outro lado, havendo cada vez maior dificuldade política em conseguir pontos de apoio em terra, a nova Potência Marítima procura assegurar a utilização de posições insulares (ilhas portuguesas, Falkland, Diego Garcia, etc.), e lança ainda mão de preposicionamento flutuante de homens e de material em áreas vizinhas de regiões sensíveis, como está acontecendo nas proximidades do golfo Pérsico.

A crescente importância da «guerra dos recursos», simultaneamente com o cada vez maior risco de escalada de violência em regiões onde se verificam perigosas concentrações de meios de destruição, como sucede na Europa Central, poderão ir deslocando gradualmente a atenção das superpotências para outras regiões do «Rimland». A propósito, não deixará de ser curioso que o estrategista norte-americano prof. Ray S. Clyne, no seu livro «World Power Assessment 1977», já sustentasse que a importância das regiões se avalia pelo seu Poder Politéctónico (conjunto de Poder Político, Económico e Militar) e que existem apenas três regiões politectónicas principais: a América do Norte, a União Soviética e a China. Este possível desvio das atenções e das estratégias das superpotências da Europa para outras regiões começa a dar alguns sinais visíveis nas tendências do seu

armamento, dando a ideia que ambas estarão a virar-se gradualmente para hipóteses de intervenção no Mundo em Desenvolvimento, principalmente em regiões situadas no «Rimland», cujo controlo Spykman considerou decisivo para a luta pela hegemonia mundial. O tipo de intervenção das superpotências em áreas do chamado Terceiro Mundo, a ajuizar por intenções declaradas, e por práticas já correntes, e ainda pelo material de guerra planeado, poderá revestir-se de aspectos de presença preventiva, ou interposição (tendo como objectivo dissuadir um adversário de intervir pelo risco de confronto e consequente escalada de violência), ou de presença reactiva (intervenção militar local, limitada na geografia, nos objectivos, nos contendores, nas armas e no tempo). Efectivamente, no planeamento naval soviético, ao tempo que os seus estrategistas falam de missões externas para as suas Forças Armadas, começa a despontar uma nova capacidade de permanência naval em áreas distantes, revelada pelos cruzadores de propulsão nuclear da classe «Kirov», pelos navios de apoio de 40 000 toneladas de deslocamento da classe «Berezhina» e pelos navios de assalto anfíbio médios de 13 000 toneladas de deslocamento da classe «Ivan Rogov». De salientar também as tendências da capacidade de intervenção aerotransportada da URSS, já empregada na Etiópia e no Afeganistão, estimável a partir do raio de acção da grande maioria dos seus aviões de transporte que, roçando pelas 3000 milhas, parece apontar efectivamente para intervenções no «Rimland». Quanto aos EUA, está a ser revelada muito claramente a intenção de revolucionar vastos sectores do Exército em termos de mobilidade estratégica e táctica com a criação de grandes unidades aerotransportáveis, a apoiar em trampolins transcontinentais e em pontos de apoio flutuantes preposicionados.

Cabe aqui referir que uma evolução para um maior aproveitamento do carvão para redução da dependência dos hidrocarbonetos é susceptível de aumentar o Poder Funcional de países dispondo de consideráveis reservas, como a China, Austrália, África do Sul e EUA. No respeitante a abastecimento da Europa em carvão, a segurança da sua obtenção poderia ser maior relativamente à dos hidrocarbonetos, nomeadamente no concernente a rotas marítimas, que poderiam ser limitadas ao Atlântico, diminuindo assim, de certo modo, os problemas da Potência Marítima.

Outra evolução da situação estratégica deveras importante é a da URSS para Potência Marítima de primeira grandeza (como temia MacKinder), efectuada de modo profundo, uma vez que contempla tanto as Marinhas civis como a militar, num plano integrado de autêntico Poder Marítimo. A evolução do Poder Naval da URSS acentuou-se após o traumatizante recuo na Crise de Cuba em 1962, transmitindo precisamente por isso a noção de que não tenciona abandonar os seus propósitos, e que os seus estrategistas se terão convencido que não poderiam levar a cabo a política externa do país sem Poder Naval adequado, em conformidade com as teses de Mahan. O plano de construção de porta-aviões clássicos, juntamente com a de outros navios atrás referidos, e a aludida crise de Cuba, sugerem efectivamente uma futura actuação da URSS como Potência Marítima, possivelmente até para apoiar uma hipotética contenção dos EUA na sua própria área geográfica. Realmente, a cada vez maior instabilidade que se verifica nas Caraíbas e na América Central, acompanhada de crescente hostilidade de países desta região contra Washington, poderá ser o prelúdio de próximo estabelecimento de um autêntico «Rimland» que, absorvendo boa parte das disponibilidades e das atenções dos EUA, possa distrair os seus responsáveis do resto do Mundo e, particularmente da Europa, o que tem sido exactamente apontado como podendo ser o objectivo primário da estratégia soviética.

Quanto aos EUA, não poderão restar dúvidas de que os seus estrategistas se estão apercebendo da importância da margem asiática do Pacífico onde, para além de se encontrarem a China e grandes países insulares como a Indonésia, a Austrália, a Nova Zelândia e o Japão (este um importante concorrente económico e tecnológico), se verifica crescente Poder Económico de pequenos países ribeirinhos do «Rimland» asiático, onde a assimilação da tecnologia nipo-americano, juntamente com a capacidade de trabalho, disciplina e saúde moral das respectivas populações, está produzindo um autêntico milagre, desde os têxteis aos aços, em contraste chocante com o que se passa na Europa Ocidental. E não é apenas aos estrategistas norte-americanos que a nova realidade politectónica do «Rimland» asiático não escapará. É certamente por isso, entre outras coisas, que não deverá espantar que a URSS tenha vindo a atribuir crescente importância à base aeronaval de Petropavlovsk, na Península de Kamchatka, e a aumentar a sua força naval no Pacífico, e que persista em não devol-

ver as ilhas Kurilas ao Japão, pois do seu controlo depende o livre acesso àquela base e ao Mar de Ostok.

Os estrategistas norte-americanos parece terem compreendido já a necessidade de rearmar o Japão, cujos dirigentes também começam a manifestar inquietação por não vislumbrarem de momento capacidade na Marinha norte-americana para contrariar os efeitos da crescente presença naval soviética na região. Por outro lado, a referida evolução está certamente a chamar a atenção dos estrategistas de Washington para a posição central da Ilha-Continente Norte-Americana relativamente a dois oceanos, o Atlântico e o Pacífico, que caminham para uma paridade em valor estratégico no âmbito do conflito Leste-Oeste. As consequências duma percepção deste tipo não se farão porventura esperar em termos de procura de uma «solidariedade pacífica» de tipo «mackinderiano», estando possivelmente já a transparecer das conhecidas polémicas sobre a eventual redução de forças norte-americanas na Europa Central e no Mediterrâneo para atender a outras necessidades, e dos abalos cada vez mais intensos que a solidariedade atlântica tem ultimamente suportado.

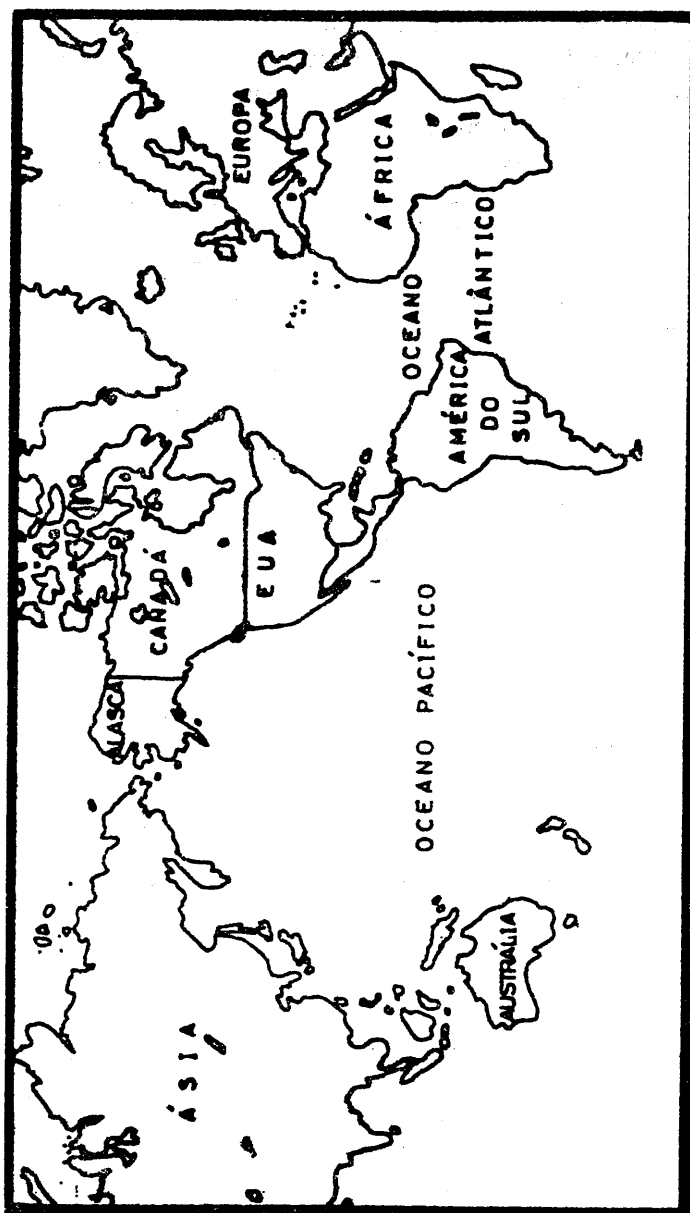
O novo ânimo e agressividade externa dos EUA, a confirmarem-se, dando por exemplo lugar a um efectivo esforço rearmamentista, poderão reflectir-se em dificuldades para a URSS, que se encontra já algo assoberbada com crescentes compromissos externos e internos que lhe tornarão difícil manter-se a par, podendo daí resultar o reaparecimento dos velhos e clássicos pavores de cerco estratégico, de dependência externa, de fragmentação nacional e de estagnação económica. Por outro lado, a eventualidade de a URSS poder não ter recursos energéticos e minerais disponíveis para satisfazer totalmente as crescentes necessidades dos países da Europa do Leste, poderá levar estes a procurá-los fora do mercado soviético, agravando os receios de segurança de Moscovo com um possível desmoronamento do seu sistema de estados-tampão. Talvez por tudo isto, a URSS, que tem 85 % das suas reservas em recursos naturais para lá dos Urais, se não dispuser entretanto de meios financeiros e tecnológicos para os explorar, terá tendência a aumentar a sua pressão no «Rimland» do Sudoeste Asiático para os obter. Parece ser em grande parte do referido que decorrem as divergências entre norte-americanos e europeus quanto à conveniência do gasoduto siberiano e, porventura, a recente aparente compreensão e cedência de Washington neste ponto. O caso é que poderá

efectivamente ter sido achado mais conveniente evitar que o clássico jogador de xadrez que tem sido o homem russo se veja obrigado pela insegurança a evoluir para jogador de «poker», apostando em desespero no seu trunfo militar e numa ilusória falta de resposta adequada do Ocidente.

O outro possível «perturbador continental», ou potência politectónica, a China, encontra-se de momento numa fase de desenvolvimento e de consolidação que lhe não tem permitido desempenhar o papel que certamente vai ter no contexto internacional. Até agora, em termos geoestratégicos, tem-se preocupado principalmente em consolidar a frente interna e em impedir a hegemonia da URSS no «Heartland», denunciando-a exactamente como potência com propósitos hegemónicos, e criando um sistema dissuasor militar e nuclear essencialmente voltado contra ela, ao tempo que apoia a solidariedade atlântica, encoraja os esforços de união europeia e vai intervindo a favor de países do «Rimland» ameaçados de influência soviética, tudo numa perspectiva de contenção da expansão da URSS. Uma vez vencida a actual fase de consolidação, será de prever uma evolução da China também para o mar, o que tenderá a aumentar as atenções dos EUA com o Pacífico, com consequente hipotética repercussão na solidariedade atlântica.

ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DA EVOLUÇÃO ESTRATÉGICA MUNDIAL PARA PORTUGAL

No que toca a Portugal, a crescente importância dos EUA como actor fulcral no contexto estratégico mundial (o que decorre da sua posição geográfica insular central, do seu crescente Poder Politectónico, da sua recuperação moral e militar, e da sua ímpar capacidade de diálogo com todas as partes em todas as regiões) é natural que venha a ser posta em confronto com a imagem que a Europa Ocidental está dando de si mesma como uma península do continente Euro-Asiático, não apenas em termos geográficos, mas também em matéria de força anímica. Efectivamente a Europa, continuando a debater-se com problemas sérios de coesão e de determinação competitiva, tarda em conseguir projecção correspondente ao seu Potencial Estratégico Material, o qual é muito grande, mesmo a despeito da sua conhecida dependência em hidrocarbonetos e em matérias-primas do exterior.



Os estrategistas e os políticos portugueses não deixarão certamente de reflectir serenamente no que mais convirá ao País, tendo principalmente em atenção que, no contexto do grande conflito Leste-Oeste, a solidariedade atlântica tem largo contributo para a preservação da coesão interterritorial portuguesa que, de outro modo, poderia eventualmente tornar-se mais difícil, face à política nacional simultaneamente pró-atlântica (Aliança Atlântica) e pró-europeia (CEE). A tal propósito, não escapará certamente ao pensamento estratégico português que o Poder Funcional de Portugal é um no sentido atlântico, e outro, muito diferente, no sentido europeu. Efectivamente, Portugal foi convidado para membro fundador da Aliança Atlântica, tendo sido preferido à Espanha, ao passo que tem de lutar pelo ingresso na Comunidade Europeia, o qual tem sido protelado, e tende a ser subordinado ao da Espanha. Para Oeste, a liberdade do mar e o reforço de coesão interterritorial como base de importante Poder Funcional e, para Leste, o constrangimento geográfico da Espanha e o risco de funcionar a «fronteira estratégica» da defesa em profundidade dos EUA, entre as ilhas atlânticas e a Euro-África (de que falava a Administração Nixon) no caso de fraquejar a solidariedade atlântica. Aliás, a História prova que a opção atlântica foi sempre aquela que garantiu a individualidade e a independência portuguesa, e a que lhe conferiu inclusivamente um atestado de competência invulgar, não apenas em resultado do sucesso do desbravamento sistemático de novos mundos e de propagação da civilização ocidental, mas também do notável feito que consistiu em assegurar a integridade territorial do enorme Brasil e em cimentar a sua hegemonidade cultural linguística e religiosa, tudo constituindo um legado em termos de potencialidade politectónica que hão-de assegurar ao país irmão um futuro invulgar. Aliás, não são poucos os sinais que estão dando a impressão de que se conta ainda com os portugueses para terminar obra idêntica em países lusos mais recentes.

Os estrategistas e os políticos portugueses reflectirão certamente na conveniência de pugnarem pelo fortalecimento da solidariedade atlântica como um autêntico interesse nacional, dado ela constituir efectivamente o ambiente mais favorável para a actual política simultaneamente pró-atlântica e pró-europeia. Em qualquer caso, para que se evitem surpresas graves, não deixarão certamente de aconselhar atenção, flexibilidade e pragmatismo consentâneos com o Interesse Nacional, tendo em conta que a atlanticidade do Território português, a que a coesão interterritorial em-

presta o maior vigor, é efectivamente um interesse vital do País e também a base do seu Poder Funcional de maior relevância. A propósito, diga-se que, não apenas para preservar a coesão interterritorial, mas também para tirar o devido partido do Poder Funcional do Território Nacional no contexto da Comunidade Atlântica, convirá indiscutivelmente que a defesa militar ao Poder Militar nacional seja compatibilizada com a geografia e com a vocação atlântica do País. O contrário, para dar um exemplo comezinho, corresponderia mais ou menos a ter uma loja no local mais concorrido da cidade e de deixar a sua exploração a outrem, com o risco adicional de vir a perder o direito à sua posse, por força de razões consuetudinárias.

O PODER ESPACIAL

Para terminar, uma breve reflexão sobre o Espaço e o Poder Espacial, que alguns admitem já como podendo ser um novo «perturbador» da viabilidade das grandes teorias geoestratégicas, à semelhança do que sucedeu com o Poder Aéreo.

Embora pareça ser ainda cedo para prever seja o que for de tipo revolucionário, pelo menos com os elementos de que se dispõe, o que é facto é que, da evolução mais recente detectada nos armamentos e no pensamento estratégico das duas superpotências, que são precisamente as que mais se adiantaram na corrida espacial, nada parece indicar que o «perturbador espacial» esteja a tirar os pés do chão aos seus estrategistas e que, por conseguinte, a validade das grandes teorias geoestratégicas corra «risco» imediato. Por outro lado, os alvos mais óbvios das «guerras espaciais» parecem poder ser de momento os mísseis balísticos com ogiva nuclear, os satélites de comunicações, comando e controlo, e os satélites de vigilância, ou de informações. Sendo assim, a chamada «guerra espacial» poderá resumir-se nos tempos mais próximos ao seu relacionamento com a guerra em terra, no mar e no ar a que estamos habituados, como aliás parece sugerir o que tem transpirado das missões do «shuttle» Colúmbia norte-americano.

Entretanto, e arriscando algo no campo da futurologia, não será porventura de pôr de parte a hipótese de virem a definir-se para o espaço, à semelhança do que aconteceu com o mar, conceitos estratégicos de «space use» e de «space denial» para a disputa do seu controlo, bem como con-

ceitos ulteriores de projecção de força a partir do espaço contra terra e contra o mar, e ainda de utilização do espaço para fins económicos. Mas isso não será porventura para já, e parece difícil de prever que possa colidir, ou não, com as grandes teorias geoestratégicas ao nível da Terra.

O que parece no entanto mais provável é que o avanço de que os EUA e a URSS já disfrutam na corrida espacial proporcione distanciamento decisivo do seu potencial politectónico relativamente ao dos outros, aumentando a sua influência na condução dos assuntos do Planeta, com todas as consequências que daí são de esperar. Designadamente, a acentuação da interferência do conflito Leste-Oeste, actual designação da histórica disputa entre a Potência Marítima e a Potência Continental, em outros conflitos e, paradoxalmente, talvez a possibilidade de aumento dos graus de liberdade de que potências menores já estão usufruindo, pelo crescendo da «importância do terror» que tem de certo modo manietado as maiores potências desde que acederam ao Poder Nuclear.

CONCLUSÃO

Em conformidade com o exposto, parecerá que as grandes teorias geoestratégicas poderão continuar a manter o seu interesse, pelo menos como elemento de indispensável estudo e reflexão, para fins de previsão e de análise de situações. Isto porque, em boa medida, os pensadores geoestratégicos analisam detidamente a história da utilização da Geografia pelo homem e as servidões que ela impõe às suas estratégias, de que se podem retirar elementos preciosos para avaliar eventuais intenções de antagonistas, as quais constituem o factor que, multiplicado pelo potencial estratégico ou capacidade deles, fornece indicações úteis sobre a probabilidade de ameaças.

No que nos toca mais directamente, a análise da Geografia e da História diz-nos que poderão tender a persistir tentações de integração do potencial geoestratégico da Península e de consideração das ilhas Atlânticas como trampolim intercontinental em várias direcções, com consequente tensão divisionista do potencial geoestratégico do conjunto territorial nacional. Tenderá também provavelmente a persistir a possibilidade

de interacção Noroeste Africano-Península Ibérica-ilhas Atlânticas. Quanto à capacidade de eventuais antagonistas do Interesse Nacional, ela pode assumir hoje aspectos menos suspeitos do que a de natureza militar, tanto mais tentadoras quanto maiores forem as correspondentes vulnerabilidades nacionais.

Virgílio de Carvalho

Capitão-de-mar-e-guerra

A DEFESA NO MUNDO

Redacção

A DEFESA NO MUNDO

«NATO FIFTEEN NATIONS» (HOL), de Junho-Julho de 1982

A Marinha de Guerra soviética encontra-se em 1982 na sua quarta grande transformação do após guerra, evidenciada pelo aparecimento do cruzador de propulsão nuclear «Kirov», do submarino nuclear lança-mísseis antinavio da classe «Oscar» (ambos de grandes dimensões) e, provavelmente a breve trecho, de um novo porta-aviões autêntico. Estrategicamente, estes factos parecem corresponder a uma alteração nas missões principais da Marinha soviética, respeitante a uma preocupação adicional com guerras limitadas, provavelmente no Terceiro Mundo. Muito possivelmente, terá sido a consecução da paridade estratégica com o Ocidente que terá tornado viável aos soviéticos passar a considerar sem receio de escalada nuclear a hipótese de disputar guerras limitadas. Ao mesmo tempo, os soviéticos começaram a escrever acerca de um novo tipo de missão naval (transmitindo a ideia de estarem admitindo que uma «guerra nuclear central» é agora cada vez menos provável), a qual parece ser a de interposição, ou seja, de presença naval preventiva em regiões do Terceiro Mundo onde o Ocidente se abastece de hidrocarbonetos e de matérias-primas. Atentos ao facto de que, muito embora a interposição dependa mais da ameaça do que propriamente do combate, este possa vir eventualmente a acontecer, o programa naval soviético contempla também escoltadores para os novos grandes navios de superfície atrás citados, os «Udaloy» (uma espécie dos «Spruance» norte-americanos), armados apenas com mísseis «SAM» e os «Sovremenny», armados com uma combinação de mísseis «SAM» e «SSM» com equipamento e armamento anti-submarino relativamente menos importante. As novas construções parecem apontar, efectivamente, pela complementaridade das capacidades dos navios, e para a constituição de forças navais coordenadas.

Quanto aos novos cruzadores de batalha nucleares «Kirov», dispõem de 20 mísseis de cruzeiro «SSN-19» e 12 rampas para um novo míssil «SAM» e podem guiar pelo radar 6 mísseis ao mesmo tempo.

No concernente a meios estratégicos refere-se o novo submarino «Tiphon» com os novos mísseis balísticos «SSN-20», com alcance de 8300Km, portanto idêntico aos «Delta III», transportando cada um 12 «MIRV». O seu casco parece ser duplo, o que, a ser verdade, lhes confere uma sobrevivência adicional, capaz de eventualmente resistir a impactes dos torpedos ligeiros «MK-44» e «MK-46» da NATO.

Os submarinos da classe «Oscar», acima referidos, disporão de 24 mísseis antinavio idênticos aos instalados nos cruzadores «Kirov», não necessitando de vir à superfície para os lançar e guiar.

«CÁMBIO 16» (ESP), 20 de Setembro de 1982

A Armada espanhola adquiriu aos Estados Unidos 40 mísseis anti-aéreos «Standard SM-1», que equiparão a primeira das três fragatas tipo «FFG» actualmente em construção em El Ferrol, dentro da segunda fase do Programa Naval.

As «FFG» estão a ser construídas sob licença americana porque pertencem à moderna classe «O. H. Perry» da Marinha dos EUA. Em Espanha, cada um destes navios está orçamentado na assombrosa soma de 23 000 milhões de pesetas.

Cada um destes navios tem 135,6 m de comprimento, desloca 3600 ton. e pode atingir 30 nós de velocidade graças aos seus motores com uma potência de 41 000 H. P. Dispõe de dois helicópteros anti-submarino, de uma peça de defesa antimíssil «Meroka», dotada de um sofisticado sistema de direcção de tiro, e, também, de numerosas armas anti-submarinas, tipo «ASROC».

Realizadas segundo os mais modernos conceitos de guerra naval, estas fragatas estão dotadas de dois tipos de mísseis. O primeiro é o «Standard» que acaba de ser adquirido na sua versão de médio alcance, capaz de destruir alvos aéreos a 24 Km de distância. O segundo, conforme está previsto, é o «Exocet», cuja aquisição para os três navios será acompanhada por outros para as unidades já existentes.

As novas fragatas serão também equipadas por mísseis «HARPOON», antinavio, com um alcance de 92 Km em voo rasante (para não serem detectados pelo radar) e uma velocidade de 0,9 a 1,1 Mac.

Fez exactamente um ano em Setembro de 1981 que expirou o Tratado de Amizade e Cooperação entre a Espanha e os Estados-Unidos sem que, como era habitual, se tivesse chegado a um acordo para a sua renovação. As negociações entre os dois Estados prolongaram-se até ao passado mês de Julho, mas até ser anunciada a dissolução das Cortes espanholas — 28 de Agosto — nenhum texto deu entrada no Congresso para ser discutido.

Agora a aprovação do acordo para o novo Tratado poderá deparar com novas dificuldades, como consequência da presumível maioria socialista no Parlamento espanhol, porque o PSOE se tem mostrado muito crítico acerca de determinados aspectos do acordo negociado entre o Governo UCD e a Administração Reagan.

As negociações entre os dois países, posteriores à entrada da Espanha na NATO, apresentaram menos problemas técnicos que em anos anteriores, nos quais se conseguiu apenas a retirada dos bombardeiros estratégicos «B-52» de Torrejon de Ardoz e a dos submarinos nucleares de Rota.

Os Governos espanhóis que, desde 1953, discutiram periodicamente com Washington as sucessivas renovações do Tratado, nunca puderam obter contrapartidas suficientemente proveitosas para as suas Forças Armadas.

Tradicionalmente, estes acordos têm servido apenas para dotar as FA espanholas de armamento, ainda que, quase sempre, se tratasse de material usado e obsoleto, o que, hoje em dia, constitui um forte entrave para a modernização do Exército, da Marinha e da Aviação.

«U. S. NEWS AND WORLD REPORT» (EUA), de 20 de Setembro de 1982

O Exército dos EUA está actualizando as suas tácticas, armas e estrutura, por forma a criar uma força capaz de responder rapidamente a situações de crise, onde quer que tenham lugar, perto ou longe do país. Quando a transformação estiver completada, o Exército não se parecerá com o que era, pois terá o mais avançado equipamento que a tecnologia norte-americana pode produzir, e a sua actuação basear-se-á mais na manobra e na velocidade do que no poder de fogo. Não será apenas por acaso

que o novo Exército dos EUA irá parecer-se com o de Israel, pois passará a depender mais da manobra, da decepção e da velocidade de actuação, como meio de desorientar um inimigo que possa ser mais numeroso e mais «pesadamente» armado. O Exército será também preparado para levar a cabo batalhas bem no interior do território ocupado pelo inimigo, atacando os seus reforços e efectuando «raids» na sua retaguarda contra campos de aviação, centros de abastecimento, postos de comunicações, pontes, etc., para evitar a concentração de forças na frente de batalha. Os progressos tecnológicos tornarão mais fácil para os comandantes no terreno seguir as tropas, guiar as armas e vigiar os movimentos do inimigo, e tornarão possível novas e poderosas «armas inteligentes».

O conceito da batalha ar-terra é considerado altamente sensível do ponto de vista político, porque parece agressivo e porque dá a impressão de que constitui uma tentação para a execução de ataques preventivos («pre-emptive strikes»), o que parece susceptível de pôr os cabelos em pé aos aliados europeus.

Embora o Exército norte-americano possa vir a combater e manobrar como o dos israelitas, a sua organização assemelhar-se-á mais à dos ingleses, com regimentos permanentes para proporcionar coesão e espírito de corpo, que são julgados essenciais para a prontidão de combate.

Serão gastos largos fundos para modernizar as forças blindadas do Exército e para aumentar o seu potencial aéreo com os novos helicópteros de ataque «AH-64» «Apache», mais rápidos, fortes e versáteis que os helicópteros «Cobra» usados no Vietname.

«REVUE INTERNATIONALE DE DÉFENSE» (SUIÇA), de Setembro de 1982

O Presidente da República Helénica declarou em Julho que as forças armadas gregas haviam atingido um nível que lhes permite garantir a segurança e a independência da nação.

Com uma população de cerca de 8 milhões de habitantes, a Grécia tem umas Forças Armadas com um efectivo um pouco superior a 200 000 homens, dos quais 150 000 são conscritos. As forças paramilitares — Guarda Nacional e Gendarmaria — contam 130 000 homens.

O esforço actualmente efectuado no sentido de modernizar o material das FA impõe ao povo grego grandes sacrifícios, já que as despesas militares representam 30% do orçamento nacional.

A Grécia recebe uma substancial ajuda, para equipamentos militares, da RFA (70 milhões de marcos para 1982 e 83) e dos EUA (325 milhões de dólares em 1983). Apesar do montante elevado de ajuda americana, os gregos estão descontentes porque a Turquia receberá 425 milhões.

Por outro lado, a Grécia obteve recentemente da CEE uma ajuda económica no valor de 690 milhões de dólares, soma equivalente a mais de metade dos impostos directos cobrados no país.

No seu esforço de modernização, e no que diz respeito à Força Aérea, o Conselho Superior de Defesa decidiu adquirir 100 modernos aviões de combate e apresentar a sua opção para mais 60, especialmente destinados a substituir os «Phantom» actualmente em serviço. Julga-se que os principais concorrentes para este fornecimento serão os «F-16» e «F-18», o «Mirage 2000» e o «Tornado».

A escolha, além das características operacionais consideradas em prioridade, dependerá, também, de condições políticas e económicas, tais como preço, condições de pagamento e compensações industriais.

Este programa de renovação da Força Aérea, sendo prioritário, vai obrigar a que outras aquisições de material aeronáutico sejam espaçadas no tempo: aviões de treino (cerca de 40) e aparelhos de transporte para substituição de alguns existentes considerados obsoletos. No domínio dos helicópteros foram recentemente encomendados dez «Chinook», construídos sob licença em Itália, e destinados à Marinha helénica.

A Marinha adquiriu ultimamente duas modernas fragatas da classe «Kortenaer», fabricadas nos estaleiros R. S. V. dos Países-Baixos. No entanto existem dúvidas quanto ao prosseguimento do programa de aquisição das fragatas, havendo correntes de opinião que afirmam dever ser dada preferência a navios mais pequenos, tipo corveta, adquiridos no estrangeiro ou construídos no país sob licença. Porém, o problema não é urgente porquanto a tarefa principal da Marinha é, para já, a familiarização das equipagens com os novos sistemas de armas integrados nas fragatas.

Por outro lado, a Marinha tem um projecto para melhorar as instalações de comando e controlo e as comunicações da maior parte das unidades da frota de combate.

Quanto ao Exército foram recentemente encomendados 110 carros de combate «Leopard 1», com as primeiras entregas no começo de 1983. Está já a ser encarada a encomenda de mais 113 mas, desta vez, a montagem final será provavelmente efectuada no país.

Após a efectivação destas encomendas, o Exército ficará a dispor de três tipos de carros de combate, o que não é o ideal do ponto de vista logístico: o «Leopard 1», o «AMX 30» e «M 48A5».

Praticamente toda a artilharia é de origem americana, e o Pentágono deu já autorização para o fornecimento de cinquenta novas bocas de fogo de 155mm, sob reserva de aprovação pelo Congresso.

No que concerne ao armamento anticarro, o Alto Comando do Exército ainda não chegou a uma opção definitiva entre mísseis e lança-foguetes.

Finalmente a Grécia começou, em 1982, a construção de uma viatura blindada para transporte de pessoal denominada «Leonidas» e destinada a substituir os «M 113» americanos.

«*NAVAL WAR COLLEGE REVIEW*» (EUA), de Setembro/Outubro de 1982

Existe hoje em dia acordo quase completo entre os políticos e os analistas acerca da necessidade de rearmamento dos EUA. O consenso desaparece, contudo, logo que se pensa nos tipos e nas quantidades de armas e sistemas, nas estratégias militares correspondentes a tais armas e sistemas, e nas políticas fiscais para proceder ao rearmamento.

Há analistas que lembram, por exemplo, que as condições económicas para um rearmamento militar norte-americano na Segunda Guerra Mundial e na Guerra da Coreia eram extremamente favoráveis, mas que dificilmente se repetirão. Assim, naquelas épocas a economia norte-americana operava sem as dificuldades de um mercado mundial populado por outras grandes economias industriais. Isso significava que ela não era afectada pelas operações internacionais de firmas actuando em resposta às políticas económicas do Governo norte-americano. Nos anos 60, com o desenvolvimento do mercado mundial composto por várias economias industriais fortes, a liberdade de manobra dos estrategistas económicos norte-americanos diminuiu. Além disso, os orçamentos federais para outros programas, que não de defesa, passou de 7% do PNB da Segunda Guerra Mundial para 11% da Guerra da Coreia e chegou a 17% em 1981. Por outro lado, as indústrias dos EUA encontram agora concorrência efectiva no mercado mundial, o que dá

lugar a que os economistas norte-americanos temam que o rearmamento militar proposto pela Administração Reagan provoque a transferência de engenheiros e de outros técnicos das indústrias civis, onde já escasseiam, para as indústrias de defesa, afectando a competitividade daquelas no mercado mundial. Há ainda a considerar que o aumento de impostos que poderão ser necessários para financiar o rearmamento tenha como resultado a diminuição de investimentos privados de que a competitividade das indústrias civis muito necessita.

Pelas razões expostas, o rearmamento dos EUA tem a oposição de muitos democratas no Congresso. Em suma, o rearmamento proposto pela Administração Reagan não tem suficiente base de sustentação económica e política para mais de uns 2 anos, o que poderá significar o cancelamento de um ou mais projectos principais, como os do bombardeiro estratégico «B-1», do míssil intercontinental «MX» ou do míssil balístico naval «D-5». Poderá ainda resultar na diminuição da quantidade de meios convencionais como aviões tácticos, carros de combate e navios de superfície. Ou poderá resultar ainda em fundos insuficientes para a manutenção do material e treino do pessoal.

Os cortes relativos aos aviões tácticos, carros de combate ou navios poderão parecer menos dramáticos do que o cancelamento de sistemas estratégicos, mas podem ter consequências mais importantes para a estratégia militar dos EUA. Com tais cortes, os EUA não poderão manter na Europa Ocidental uma estratégia credível de resposta flexível, de defesa convencional baseada em carros de combate e aviões. Tal situação poderá conduzir à adopção de uma estratégia alternativa para a NATO.

Uma opção, sem dúvida, poderá residir em passar a confiar em armas nucleares tácticas, como a bomba de neutrões, e numa estratégia de guerra limitada convencional. Esta estratégia, contudo, será provavelmente bloqueada por oposição política dos aliados europeus ocidentais. Outra opção poderia residir em defesa passiva, como minas e barragens anticarro, a qual também encontraria oposição política substancial, particularmente na RFA, que veria em tal sistema uma confirmação simbólica da divisão permanente da Alemanha.

Frustrados pelas políticas europeias, os EUA poderão ver-se tentados a uma terceira opção — uma estratégia marítima — que atribuisse menor importância à defesa norte-americana da Europa Ocidental e passasse a

focar, em vez disso, a defesa dos interesses norte-americanos noutras regiões com recurso ao seu Poder Marítimo. Tal evolução, associada com a já advogada política de «unilateralismo global», consistiria efectivamente na maior alteração da estratégia militar dos EUA desde 1940.

Tendo o desenvolvimento tecnológico e industrial tornado os aliados dos EUA em seus adversários económicos e, por conseguinte, inviabilizado a possibilidade de os norte-americanos continuarem a proporcionar-lhes a sua própria defesa contra o antagonista comum, restará possivelmente uma das seguintes quatro opções como resposta: usar a interdependência económica como substituto do Poder Militar; usar a diplomacia das alianças como substituto do Poder Militar; restabelecer o Poder Militar com base numa reforma da política de obtenção de material de guerra; restabelecer o Poder Militar com base numa política económica de transformação industrial. Crê-se que a mais importante e sólida política poderá ser a última mencionada, a qual contém, em si, riscos, mas também a oportunidade de empregar novas tecnologias que simplifiquem e tornem simultaneamente mais eficazes as novas armas.

«REVUE INTERNATIONALE DE DÉFENSE» (SUIÇA), N.º 9/1982

Segundo M. Caspar Weinberger, Secretário da Defesa dos EUA, a URSS dispõe de várias armas novas. Assim, os meios estratégicos soviéticos iriam ser acrescidos com um novo bombardeiro, o «BLACKJACK-A», um pouco maior do que o «B-1» norte-americano, o qual já teria começado os seus ensaios em voo e poderia ficar operacional em meados da presente década. Entre outros, aquele político ter-se-ia referido indirectamente à nova versão de 2 lugares do «MIG-25» (designação NATO «FOXHOUND») e ao SUKHOI SU-25 («FROGFOOT») de apoio aéreo próximo. Por outro lado, M. Weinberger não se referiu à existência do «SU-27» e do «MIG-29», confirmada pelo general Creech.

«REVUE INTERNATIONALE DE DÉFENSE» (SUIÇA), N.º 10/1982

No programa naval da França, dois modelos de corvetas, concebidas com o mesmo casco, constituirão a ossatura da frota de superfície para as décadas de 80 e 90 — as corvetas anti-submarinas «C70» e as antiaéreas «C70 AA» (para escolta aos porta aviões), ambas de 4000 toneladas de deslocamento.

A corveta «C70 AA» representa uma evolução da doutrina francesa em matéria de propulsão, pois será totalmente «diesel», com o novo motor BTC (Baixa Taxa de Compressão), o qual é considerado pelo menos de valor igual à turbina de gás. A Marinha francesa estima ter preenchido assim o fosso que separava a propulsão «diesel» da nuclear.

Quanto a navios experimentais, foi abandonado o projecto «hidrofoil» «Saphyr», mantendo-se ainda a hipótese do «4K» SES («Surface Effect Ship» de 4000 toneladas), se bem que o objectivo próximo seja um SES de 1000 a 2000 toneladas, capaz de 50 nós de velocidade.

Os dois porta-aviões convencionais «Foch» e «Clemenceau» serão substituídos por dois porta-aviões de propulsão nuclear, cujo início de construção será fixado no plano quinquenal de 1984-88.

A Marinha francesa manterá a missão de guarda-costas na ZEE, prevendo-se a construção de vários tipos de navios para o efeito, todos preparados com reserva de espaço e de peso para rápida transformação em navio de combate. São eles uma patrulha de 400 toneladas (P400 e SP400), outro de 900 toneladas (SP900) e um outro de 2000 toneladas, transformável em escoltador oceânico em pouco tempo pela adição de sonar rebocado, tubos lança-torpedos, mísseis de superfície-superfície, e peça de artilharia de grosso calibre. Aliás, o futuro aviso francês utilizará o mesmo casco de 2000 toneladas.

A Marinha francesa vai renunciar definitivamente aos submarinos de ataque de propulsão «diesel», cuja construção manterá apenas para fins de exportação, passando a dispor só de unidades de propulsão nuclear.

Foi iniciado o estudo de um navio para substituição dos navios «A69» e «Comandant Rivière», designado por «aviso da segunda geração» (ADG), que utilizará o mesmo casco que o futuro guarda-costas de 2000 toneladas,

Sob a designação provisória de 1.º Comando de Operações Especiais, o Exército dos Estados Unidos acaba de organizar em FORT BRAGG um comando que coordenará todas as actividades dos elementos encarregados da execução de missões especiais. As preocupações provocadas pela progressão soviética em África, na América Latina e no Sudoeste Asiático parecem estar na base da sua organização porque o Alto-Comando americano considera que as unidades especiais desempenharão melhor as missões de intervenção naquelas áreas que as tropas clássicas.

O novo Comando será responsável pela preparação, implementação e pelo apoio das forças especiais na execução, no exterior, de missões de segurança interna, de guerrilha, de acção psicológica, etc., mas não se encarregará das acções específicas contra o terrorismo, que será encargo da força «Blue Light» que já interveio no Irão na tentativa de libertação dos reféns americanos.

O 1.º Comando das Forças Especiais dispõe de unidades especiais e de batalhões de «Rangers».

«L'EXPRESS» (FR), de Outubro/Novembro de 1982

Para o caso de ataques aéreos, a baixa ou média altitude, encontram-se disponíveis, no seio dos aliados ocidentais, dois tipos principais de mísseis antiaéreos novos, um britânico e outro franco-alemão.

O sistema de armas britânico, o «RAPIER», é fabricado pela British Aerospace e já equipa as Forças Armadas do Irão, de Singapura e da Zâmbia. O sistema é constituído por 4 a 8 mísseis que podem ser disparados em salva, com um alcance compreendido entre 900 e 6500 m a uma altitude variando de 50 a 2000 m. A principal desvantagem do «RAPIER» é a lentidão da sua entrada em bateria. Mesmo na versão automotriz, torna-se necessário ligar um radar «Blindfire», autotransportado, ao veículo transportador do vector de lançamento do engenho.

Fabricado pela firma EUROMISSILES, o «ROLAND» constitui o resultado da cooperação franco-alemã, estando também os americanos a construí-lo sob licença. Os últimos clientes do «ROLAND» foram a Argentina, a Venezuela, a Nigéria e o Iraque. O «ROLAND» tem um alcance de 500 a 6300 m a uma altitude de 20 a 3000 m e pode ser disparado por salvas de 2 a 4 mísseis. A sua principal vantagem é a rapidez na entrada em posição e um recarregamento muito rápido, o que o torna superior aos seus concorrentes, segundo uma avaliação feita pelo exército dos EUA.

O inconveniente principal de qualquer dos sistemas indicados é o seu elevado custo. Por exemplo, um posto de tiro «ROLAND» completo, com 3 mísseis e um conjunto de peça de reserva e de manutenção pode custar, hoje em dia, cerca de 60 milhões de francos franceses. Tendo em atenção apenas as necessidades mínimas de defesa (3 postos por base) das bases aéreas situadas

na Alemanha Federal, incluídas no plano de defesa antiaérea elaborado pelas autoridades militares de Washington, a defesa total pode ultrapassar os três biliões e meio de francos.

«INTERNATIONAL DEFENSE REVIEW» (SUIÇA), de Novembro de 1982

Foi adjudicada pela NATO a produção do sistema AEGIS («Airborne Early-Warning Ground-Environment Integration System»), por forma a ficar operacional em meados da presente década. O sistema AEGIS destina-se a processar os elementos de informação recebidos por «data-link» dos aviões de vigilância «AWACS» e a disseminá-los pelos centros de comando e controlo da Europa Ocidental, incluindo as estações do sistema NADGE (NATO Air Defense Ground Environment). A integração dos elementos obtidos pelos aviões «AWACS» e pelo sistema NADGE permitirá apontar directamente armas antiaéreas a aviões que penetrem na Europa Ocidental a qualquer altitude, inclusivamente em voo rasante, uma vez que serão detectados, mesmo neste caso, por aqueles aviões «AWACS» que operam a 30 000 pés de altitude.

«RUSI» (UK), de Dezembro de 1982

O Programa de Defesa da Administração Reagan tornou-se essencial por dois motivos: o aumento da ameaça soviética e a negligência verificada na defesa dos EUA nas últimas duas décadas.

O presente orçamento de defesa dos EUA reflecte aquele Programa, atribuindo recursos em conformidade com a estratégia de defesa, a qual é agora uma realidade. Esta estratégia visa a consecução de dissuasão (não superioridade), a preservação da paz (não a destruição de adversários) e, apesar de tudo, a preparação para combater em mais do que uma região.

A ênfase de estratégia de defesa dos EUA vai ser posta no Factor Humano, na Prontidão, na Sustinência, na Modernização das Forças, na Mobilidade Estratégica «Airlift», «Sealift» e Preposicionamento) e na Gestão.

Quanto ao Factor Humano, o sistema de voluntariado, que permite obter melhor qualidade do que o serviço militar obrigatório, vai ser apoiado

com um programa adequado de recrutamento, treino e retenção do pessoal que interessa.

A Prontidão, incluindo a capacidade para dispor e empregar forças militares sem demoras inaceitáveis, proporcionando flexibilidade para responder pronta e confiavelmente com os sistemas adequados, vai ser aumentada para um alto nível.

A Sustinência (ou capacidade de permanecer) tem a ver com a possibilidade de dispor nas áreas de presença (ou de actuação) de munições, combustível e sobressalentes.

O objectivo subjacente à Modernização das Forças consiste em eliminar carências críticas no material existente e em acelerar a produção dos novos meios militares, como os carros de combate «M-1» «Abrams» e as novas viaturas «Bradley», conseguir elevar o total de navios da Marinha para 600 (incluindo 2 novos porta-aviões de propulsão nuclear), e conseguir os mísseis «MX», os bombardeiros «B-1» e os aviões de transporte «C-5A». Mais de 2/3 do orçamento de defesa para 1983 destinam-se à obtenção de novos sistemas de armas e outro equipamento.

A Mobilidade Estratégica será conseguida à custa da Prontidão, do «Sealift» e do «Airlift», e do preposicionamento (Sustinência). Quanto ao «Sealift» torna-se necessário melhorar a frota de navios sob controlo do «Military Sealift Command» da Marinha com mais navios rápidos do tipo petroleiro e «Roll-on/Roll-off». Para tal, precisa-se de uma política marítima nacional que preserve uma indústria naval, que é um verdadeiro instrumento de defesa nacional.

Quanto à Gestão, o problema é o de sempre cumprir todos os objectivos da maneira mais eficiente, mostrando ao povo americano e ao Congresso que tudo na Defesa corre como deve ser, em termos de desperdícios, frandes e abusos.

Numa conferência subordinada ao tema A Aliança-Atlântica: Realidades e Perspectivas Futuras, o general norte-americano Bernard Rogers, Supremo Comandante Aliado para a Europa, produziu algumas afirmações relativas ao estado da Aliança e às medidas convenientes para a melhorar. Para o referido general, há que fortalecer o consenso dos aliados no con-

cernente aos objectivos fundamentais de segurança da NATO e convencer os respectivos povos de que há uma ameaça para a sua segurança e liberdade. Não haverá grande polémica quanto ao objectivo fundamental da Aliança — a manutenção da paz — mas o que se deve procurar é uma paz com a liberdade intacta, e não uma paz de demissão. O desacordo poderá, sobretudo por isso, recair nos três objectivos da Aliança susceptíveis de contribuir para a paz e a liberdade, os quais são:

- Manter segurança por meio de dissuasão;
- Pugnar por um mundo menos hostil, com tensões abrandadas;
- Procurar obter níveis de forças reduzidos e equilibrados.

O consenso sobre estes três objectivos é muito importante, porque eles se complementam mutuamente, podendo a não aceitação de qualquer deles prejudicar o efeito dos outros. A urgência sobre tal consenso deve-se à crescente ameaça soviética, à crescente superioridade em armamentos do Pacto de Varsóvia sobre a NATO, às atitudes, crédito e impacte das minorias no Ocidente, à crescente impaciência com os esforços para controlar os armamentos, e às pressões para reduzir, sobretudo, as despesas com a defesa.

«DÉFENSE NATIONALE» (FR), de Dezembro de 1982

Os dirigentes alemães ocidentais e franceses reuniram-se em Bonn em 21/22 de Novembro de 1982, em conformidade com o tratado de 23 de Janeiro de 1963 que prevê cimeiras regulares entre eles. Desta vez tratou-se de uma concepção comum de defesa, mas não de defesa comum, decorrente de a França, embora pretendendo manter-se fora da organização militar integrada da NATO, reconhecer que o seu território não pode ser defendido a não ser por um sistema de segurança que se estenda para além dele. Os alemães também estariam interessados na cooperação com a França, face à sua percepção de que os EUA não intervirão nuclearmente na Europa para a defender. A ideia básica de tal cooperação será a de que os europeus assumirão um dia a defesa do seu teatro de operações próprio com armas nucleares tácticas ou de alcance intermédio, reservando-se os EUA para o desafio estratégico. De momento não se trata de associar a

RFA à estratégia nuclear da França, nem da transferência de tecnologia nuclear francesa para a Alemanha, nem mesmo de um contributo financeiro alemão para o desenvolvimento da força nuclear francesa. Trata-se apenas duma troca de ideias num quadro preciso, com a consciência de que a França e a Alemanha constituem o núcleo da Europa, podendo da sua cooperação resultar um esforço defensivo eficaz para obviar ao mito da defesa europeia, irrealista na ausência de um poder político europeu. O problema é delicado, mesmo em consequência do crescimento de um «neutralismo» e de um «pacifismo» pró-soviéticos na RFA.

COMUNICADO DE IMPRENSA (OTAN), de 2 de Dezembro de 1982

No comunicado final da reunião efectuada em Bruxelas, em 1 e 2 de Dezembro de 1982, os Ministros procederam ao balanço dos esforços a empreender pela Aliança na década de 80 para garantir a segurança colectiva, tendo sublinhado que, independentemente da importância dos reforços americanos, a presença permanente de forças dos EUA e do Canadá na Europa, mantida ao nível actual, é essencial para a estratégia de defesa e de dissuasão da OTAN e serve o interesse de todos os membros da Aliança. Aquelas forças têm uma missão única e essencial no dispositivo de defesa integrada e a sua presença demonstra concretamente a coesão e a vontade da Aliança.

Do mesmo modo, os esforços dos aliados europeus para conservar e melhorar o seu potencial defensivo são essenciais para a demonstração comum de coesão e de vontade, devendo, neste contexto, todos os países estar atentos à divisão dos encargos e ao desenvolvimento de sectores com maiores possibilidades para a cooperação técnica.

Todos os países fazem sacrifícios para satisfazer os seus compromissos em matéria de defesa. Contudo, os Ministros notaram a que ponto a Grécia, Portugal e Turquia dependem do apoio dos seus aliados para poderem cumprir com eficácia as suas missões em benefício da Aliança e combinaram prosseguir o estudo dos meios mais adequados para manterem o apoio necessário àqueles três países.

Foi salientado o interesse dos países aliados no que concerne a segurança, a estabilidade e a independência das nações soberanas fora da área da OTAN: o respeito do autêntico não alinhamento é um elemento importante para a estabilidade internacional. Embora reconhecendo que a razão de ser da Aliança é a segurança na zona do Atlântico Norte, os Ministros consideraram que os acontecimentos fora daquela zona podem ameaçar os interesses vitais dos aliados.

Em consequência, decidiram ter em linha de conta as incidências de tais acontecimentos sobre a segurança da Aliança e sobre os seus meios de defesa, bem como sobre os interesses nacionais dos países membros.

Apesar da política que os países seguem fora da zona da OTAN ser da exclusiva decisão nacional, os Ministros declararam que aqueles que, como os EUA, possuem os meios para adoptarem medidas convenientes tendo em vista as potenciais ameaças aos interesses vitais do Ocidente, deveriam tomar as providências adequadas, procedendo a consultas com os seus aliados segundo os termos da cimeira de Bonn.

Por outro lado, os Ministros anotaram que os outros países membros poderão dar uma contribuição nacional importante para a segurança da Aliança se fornecerem os meios destinados a propiciar os dispositivos necessários para reforçar a dissuasão naquelas regiões do mundo.

«TIME» (EUA), de 6 de Dezembro de 1982

Os recentes cortes no orçamento da Defesa em França provocaram uma moção de censura ao Governo, na qual se destacou uma intervenção do antigo Ministro da Defesa de George Pompidou, Pierre Messmer, o qual se lastimou pelo facto de a Defesa ter deixado de ser uma prioridade do Governo, ao afectar-lhe o menor quinhão desde a Segunda Guerra Mundial. O Governo socialista, graças à sua maioria, derrotou facilmente a moção de censura, mas um perito militar disse a propósito que a hierarquia militar estava preocupada com a questão. Os referidos cortes provocarão, entre outras coisas, atrasos de um ano no fornecimento dos 25 primeiros aviões avançados «MIRAGE 2000».

Entretanto, um terço do orçamento da Defesa para 1983 é dedicado à força nuclear independente, constituída por 6 submarinos nucleares lançamísseis balísticos («SSBN»), 36 bombardeiros e 18 sistemas terrestres lança-

-mísseis. O Ministro da Defesa Nacional, Charles Hermu, declarou a este propósito que «quem quer que diga que preferiria uma divisão do Exército a um submarino nuclear vive na era errada». Em conformidade, os reduzidos recursos atribuídos à Defesa irão para armas caras como o novo míssil estratégico multiogiva «M4» a ser instalado, em 1985, no novo «SSBN» «L'INFLEXIBLE».

«L'EXPRESS» (FR), Dezembro de 1982

A hipótese de trabalho apresentada em 30 de Julho pelo Ministro de Defesa da França, Charles Hermu, ao general Lacaze, chefe do Estado-Maior-General, no quadro da lei da programação militar 1984-1988, implica uma redução espectacular de efectivos: 30 000 no Exército, 5000 na Marinha e 7000 na Força Aérea, e uma grande redução no pessoal civil ao serviço das Forças Armadas, porque é intenção do Governo que o orçamento militar não ultrapasse 3,9% do PIB para os próximos quatro anos.

Esta redução conduz, forçosamente, a opções draconianas, a primeira das quais favorece a aposta na dissuasão nuclear em detrimento das forças convencionais.

A redução será tão pesada que, segundo o general Delaunay, Chefe do Estado-Maior do Exército, conduzirá a umas forças terrestres enfraquecidas nas suas próprias estruturas, com equipamento envelhecido e com o moral afectado.

Também o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Leenhardt, prevê consequências alarmantes: envelhecimento de frota que será reduzida a 300 aparelhos de combate (o limiar mínimo admitido é de 450), treino abaixo das normas e comprometidos os equipamentos aviónicos e armamentos modernos.

Por sua vez, a Marinha será obrigada a optar entre os dois porta-aviões nucleares previstos no seu programa e os aviões de patrulha marítima «Atlantic» de 2.^a geração.

«TIME» (EUA), de 10 de Janeiro de 1983

O cruzador de batalha «New Jersey», da Marinha dos EUA, foi tirado pela terceira vez da «naftalina».

Para além das suas peças de 16 polegadas de calibre (400 mm), com alcance de 23 milhas marítimas (42,6 Km), ele foi agora equipado com mísseis de cruzeiro «Tomahawk» (com alcance de 1500 milhas) e de superfície-superfície «Harpoon», alguns com ogivas nucleares.

O navio será incorporado num grupo operacional dum porta-aviões, o qual incluirá submarinos de ataque de propulsão nuclear («SSN») como escoltadores anti-submarinos.

A US Navy tem reagido a críticas de que o velho cruzador de batalha será um alvo fácil, afirmando que será necessário ser atingido por 10 mísseis de cruzeiro para ser posto fora de combate.

A «recuperação operacional» do «New Jersey» custou 326 milhões de dólares (29 milhões de contos), o que levou o Presidente Reagan a considerar este caso como um bom exemplo da aplicação da tecnologia a meios existentes com um máximo de custo-eficácia.

«TIME» (EUA), de 10 de Janeiro de 1983

Nunca na História houve tantas nações devendo tanto dinheiro e com tão poucas possibilidades de o pagarem.

As origens da presente crise, em que tudo se passa como se a economia global estivesse sentada numa «bomba de dívidas», remonta ao primeiro aumento dos preços do petróleo, uma década atrás. Por um lado, os países produtores de petróleo desataram a ganhar dinheiro em tais quantidades que, não tendo em que o gastar, depositaram-no nos maiores bancos mundiais. Por outro lado, as nações em desenvolvimento, não dispendo de fundos para pagar o petróleo a preço tão alto, começaram a recorrer repetidamente àqueles bancos para empréstimos, na esperança que o seu crescimento económico fosse de molde a superar os aumentos do custo do petróleo. Actualmente estas nações já devem um total semelhante ao orçamento anual dos EUA, ou a três vezes o do Japão, ou seja, cerca de 154 dólares (mais de 13 mil escudos) por cada habitante. O sistema bancário do Mundo Ocidental está agora muito perigosamente exposto e, ainda por cima, se forem contraídos abruptamente os empréstimos, isso provocará

danos no comércio mundial e na estabilidade económica e política, tanto das nações devedoras, como das credoras. O FMI declarou que 32 países estavam com as suas dívidas atrasadas em 1981, em comparação com 15 em 1975.

Dado que os bancos dos EUA são os que estão mais envolvidos, e que mais de 75% dos empréstimos internacionais são feitos em dólares, não há dúvidas nos círculos financeiros de que, se tal se tornar necessário, a salvação do sistema financeiro mundial recairá na U. S. Federal Reserve, que será porventura o único banco central com capacidade para tal. Aliás, a crise das dívidas internacionais pode resumir-se a um problema de 4 países, 10 bancos norte-americanos e à Federal Reserve.

Mas há um receio maior ainda: um surto de falhas de pagamento poderia transformar a recessão mundial em depressão. Em tais circunstâncias, os banqueiros já não se importam tanto em cobrar as dívidas no prazo, pretendendo apenas receber o que lhes é devido, mesmo que demore mais, para evitar a sua própria solvência.

«CAMBIO 16» (ESP), 24 de Janeiro de 1983

Em Dezembro passado o Governo espanhol assinava com a empresa norte-americana McDonnell Douglas uma «carta de intenções» para a aquisição de 84 aviões «F-18» de que a Espanha necessita para dotar a sua Força Aérea a partir de 1986.

No entanto, o Ministro da Defesa mandou agora proceder a um estudo aprofundado do avião «TORNADO» fabricado na Europa. Esta decisão parece fundamentar-se na dificuldade posta pelos americanos à exportação de tecnologia — de que a Espanha precisa — e, também, pelas limitações na utilização dos aparelhos em caso de conflito com os países ocidentais.

O «TORNADO», pelo contrário, é um avião produzido por 3 países europeus — Alemanha, Inglaterra e Itália — o que permitirá que a Espanha participe activamente no programa de produção, com o que o país incorporaria parte da tecnologia militar do seu fabrico. Além desta vantagem a Espanha poderia, de futuro, participar de pleno direito na produção de novos aparelhos militares, como seja o caça-bombardeiro «ACA» («Agile Combat Aircraft») que será produzido em Itália a partir de 1990, e no qual os pilotos espanhóis têm o maior interesse.

A Espanha tem um programa de 7 anos para a redução dos efectivos das Forças Armadas, prevendo uma diminuição anual de 1%.

O Exército, por exemplo, passará dos 255 000 homens que tem actualmente para 170 000 em 1990 mas, em contrapartida, a sua eficácia e profissionalismo serão aumentados.

Esta redução consta da Lei das Dotações Orçamentais para o investimento e manutenção das Forças Armadas aprovada em Maio de 1982.

Esta lei prevê uma despesa até 1990 superior a três biliões e meio de pesetas, dos quais 2 biliões serão aplicados em novos investimentos e em despesas de manutenção e o restante em gastos com o pessoal.

O crescimento das despesas militares espanholas deverá manter-se dentro dos níveis dos últimos anos mas estas, anualmente, não ultrapassarão, em nenhum caso, 2,04% do PIB.

Redacção

Foi salientado o interesse dos países aliados no que concerne a segurança, a estabilidade e a independência das nações soberanas fora da área da OTAN: o respeito do autêntico não alinhamento é um elemento importante para a estabilidade internacional. Embora reconhecendo que a razão de ser da Aliança é a segurança na zona do Atlântico Norte, os Ministros consideraram que os acontecimentos fora daquela zona podem ameaçar os interesses vitais dos aliados.

Em consequência, decidiram ter em linha de conta as incidências de tais acontecimentos sobre a segurança da Aliança e sobre os seus meios de defesa, bem como sobre os interesses nacionais dos países membros.

Apesar da política que os países seguem fora da zona da OTAN ser da exclusiva decisão nacional, os Ministros declararam que aqueles que, como os EUA, possuem os meios para adoptarem medidas convenientes tendo em vista as potenciais ameaças aos interesses vitais do Ocidente, deveriam tomar as providências adequadas, procedendo a consultas com os seus aliados segundo os termos da cimeira de Bonn.

Por outro lado, os Ministros anotaram que os outros países membros poderão dar uma contribuição nacional importante para a segurança da Aliança se fornecerem os meios destinados a propiciar os dispositivos necessários para reforçar a dissuasão naquelas regiões do mundo.

«TIME» (EUA), de 6 de Dezembro de 1982

Os recentes cortes no orçamento da Defesa em França provocaram uma moção de censura ao Governo, na qual se destacou uma intervenção do antigo Ministro da Defesa de George Pompidou, Pierre Messmer, o qual se lastimou pelo facto de a Defesa ter deixado de ser uma prioridade do Governo, ao afectar-lhe o menor quinhão desde a Segunda Guerra Mundial. O Governo socialista, graças à sua maioria, derrotou facilmente a moção de censura, mas um perito militar disse a propósito que a hierarquia militar estava preocupada com a questão. Os referidos cortes provocarão, entre outras coisas, atrasos de um ano no fornecimento dos 25 primeiros aviões avançados «MIRAGE 2000».

Entretanto, um terço do orçamento da Defesa para 1983 é dedicado à força nuclear independente, constituída por 6 submarinos nucleares lançamísseis balísticos («SSBN»), 36 bombardeiros e 18 sistemas terrestres lança-

-mísseis. O Ministro da Defesa Nacional, Charles Hermu, declarou a este propósito que «quem quer que diga que preferiria uma divisão do Exército a um submarino nuclear vive na era errada». Em conformidade, os reduzidos recursos atribuídos à Defesa irão para armas caras como o novo míssil estratégico multiogiva «M4» a ser instalado, em 1985, no novo «SSBN» «L'INFLEXIBLE».

«L'EXPRESS» (FR), Dezembro de 1982

A hipótese de trabalho apresentada em 30 de Julho pelo Ministro de Defesa da França, Charles Hermu, ao general Lacaze, chefe do Estado-Maior-General, no quadro da lei da programação militar 1984-1988, implica uma redução espectacular de efectivos: 30 000 no Exército, 5000 na Marinha e 7000 na Força Aérea, e uma grande redução no pessoal civil ao serviço das Forças Armadas, porque é intenção do Governo que o orçamento militar não ultrapasse 3,9% do PIB para os próximos quatro anos.

Esta redução conduz, forçosamente, a opções draconianas, a primeira das quais favorece a aposta na dissuasão nuclear em detrimento das forças convencionais.

A redução será tão pesada que, segundo o general Delaunay, Chefe do Estado-Maior do Exército, conduzirá a umas forças terrestres enfraquecidas nas suas próprias estruturas, com equipamento envelhecido e com o moral afectado.

Também o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Leenhardt, prevê consequências alarmantes: envelhecimento de frota que será reduzida a 300 aparelhos de combate (o limiar mínimo admitido é de 450), treino abaixo das normas e comprometidos os equipamentos aviónicos e armamentos modernos.

Por sua vez, a Marinha será obrigada a optar entre os dois porta-aviões nucleares previstos no seu programa e os aviões de patrulha marítima «Atlantic» de 2.ª geração.

EXECUÇÃO GRÁFICA

DO CEGRAF/Ex—RUA DOS REMÉDIOS, 202,—1100 LISBOA

EXECUÇÃO GRÁFICA

DO CEGRAF/Ex—RUA DOS REMÉDIOS, 202,—1100 LISBOA

